

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 693
9 de Abril de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

GREVES E LUTAS CONTRA OS PROBLEMAS QUE O GOVERNO DERRUBADO DEIXOU AO PAÍS

Págs. 8, 9, 10 e 11/Semana



O encontro das delegações do PCP e PCE na passada terça-feira no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes

Delegação do PCE dirigida por G. Iglesias visita Portugal

A convite do PCP e de acordo com o programa estabelecido entre os dois partidos e em que se enquadrou a recente visita a Espanha de uma delegação do PCP dirigido por Álvaro Cunhal, chegou a Lisboa uma delegação do Partido Comunista de Espanha dirigida pelo seu secretário-geral, camarada Gerardo Iglesias, e de que fazem parte os camaradas Julio Setien, membro do Secretariado do CC e responsável pelas questões culturais, José Palau, mem-

bro do CC e responsável pelas questões relacionadas com a paz e ainda pelo jornalista Nelson Marra, do «Mundo Obrero», órgão central do PCE.

Na própria terça-feira a delegação do PCE teve um encontro com uma delegação do PCP composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes e Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes e Jerónimo de Sousa, do Comité Central.

A delegação do PCE vi-

tou ontem uma UCP da Reforma Agrária e avistou-se com diversas organizações do PCP. Hoje, às 21 e 30, realizar-se-á um **comício de amizade** no cinema Alvalade, em Lisboa e amanhã, também às 21 e 30, realizar-se-á outro **comício de amizade** no cinema Val Formoso, no Porto em ambos usando da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Gerardo Iglesias.

Hoje às 16 e 30, o secretário-geral do PCE dá uma conferência de imprensa no Centro de Trabalho Vitória.



AMAR
O TEJO
VIVER
A PAZ



JUVENTUDE
EM FESTIVAL
11/2 DE ABRIL
NA FIL

Sábado e Domingo, em Lisboa, diversas iniciativas — entre as quais um **espectáculo** e uma **gigantesca discoteca** na FIL — assinalam o movimento para libertar o Tejo, e especialmente o seu estuário e o porto de Lisboa, da presença de armas nucleares

Pág. 13/Semana

CAVACO DIMITIDO

Solução necessária: um governo democrático



Álvaro Cunhal nas sessões realizadas em Coimbra e Viseu no passado fim-de-semana:

A queda do Governo PSD de Cavaco Silva **não foi um acidente de percurso**, mas o fim natural de uma acção governativa caracterizada pelas suas consequências desastrosas e pela rebelião contra as instituições democráticas.

A moção de censura foi sem dúvida a iniciativa de um partido, no concreto do PRD. Não apareceu entretanto na vida política como um acontecimento fortuito, mas sim como um acontecimento decorrente de todo o processo de contestação do Governo.

O processo de contestação do Governo desenvolveu-se em várias áreas e com várias dinâmicas.

Por um lado, a grande movimentação dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes, dos professores, dos médicos e de outras classes e camadas sociais e profissionais, lutando abertamente contra as consequências desastrosas da política do Governo e reclamando a satisfação de justas reivindicações.

Por outro lado, a actuação cada vez mais firme da oposição democrática maioritária na Assembleia da República exercendo a sua competência de fiscalização, impedindo que fossem por diante certas medidas antidemocráticas do Governo e aprovando leis de conteúdo democrático tendentes a resolver alguns problemas mais graves.

Finalmente, o diálogo entre partidos democráticos de que estavam resultando, em muitos casos concretos, iniciativas políticas convergentes e iniciativas legislativas convergentes. — Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana



1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português examinou a evolução da situação política após a demissão do Governo PSD de Cavaco Silva resultante da aprovação da moção de censura na Assembleia da República.

2. É indubitável que a demissão do Governo significa uma grande derrota do Governo e da reacção, uma grande vitória da democracia, e uma clara confirmação da real possibilidade de encontrar uma alternativa assente na convergência dos partidos democráticos.

3. A posição assumida pelo PSD no dia 5 de Abril torna ainda mais claros os perigos e ameaças contra a democracia por parte deste partido e de Cavaco Silva e a necessidade imperiosa de afastá-los do poder e de formar um governo democrático.

4. A posição do PSD constitui uma tentativa de impor pela coacção e a chantagem a sua continuação no poder apesar da derrota que acaba de sofrer e da existência de uma maioria dos partidos democráticos na Assembleia da República.

Cavaco e o PSD procuram assim também impedir a concretização (para a qual estão criadas algumas condições fundamentais) de uma solução democrática da crise, inteiramente constitucional e conforme com o regular funcionamento das instituições.

5. Sem respeitar os trâmites constitucionais para a saída da crise política, sem quaisquer fundamentos legais, insistindo no desrespeito e afrontamento da Assembleia da República e das instituições, com escandaloso e orquestrado apoio da comunicação social que controla, o PSD avança um plano que em si próprio confirma um plano de subversão do regime.

Pretendendo manter-se como governo de gestão para organizar eleições antecipadas, não respeitando no mínimo a legalidade e as mais elementares normas democráticas, utilizando em massa e manipulando a Televisão e outros meios de comunicação social para enganar o eleitorado, utilizando os fundos públicos como sacos azuis para acções demagógicas com fins de ganhar votos, — Cavaco Silva e o seu Governo têm manifestamente o objectivo de provocar eleições para falsar o processo e o acto eleitoral e conseguir em eleições manipuladas reforçar a sua posição, continuar no governo e não só prosseguir como intensificar a sua desastrosa política de destruição do regime democrático e de comprometimento da independência nacional.

Um tal plano encerra um propósito real de instauração de um sistema autoritário e totalitário do poder. Urge desenvolver a luta para cortar o passo à realização de um tal plano.

6. Não pode deixar de sublinhar-se a arrogante pretensão de Cavaco Silva ditar ao Presidente da República as decisões que a este caberá tomar no exercício dos seus poderes constitucionais, designadamente as relativas à formação de um novo governo, à eventual realização de eleições e à formação e composição de um governo de gestão. Tal pretensão confirma a insistência de Cavaco Silva, apesar de derrotado e demitido, em sobrepor-se a todos os órgãos de soberania e julgar que centraliza na sua própria pessoa todo o poder do Estado.

7. Ao mesmo tempo que sublinha os perigos contidos na atitude do PSD e de Cavaco Silva, o PCP chama a atenção para o facto de que a solução da crise política está simplificada pela decisão de Cavaco Silva e do PSD de não constituírem novo governo no caso de o Presidente da República o convidar para tal.

O PCP mantém os dois pontos fundamentais da sua proposta para a solução da crise política decorrente da demissão do Governo PSD de Cavaco Silva.

O **primeiro**: a possibilidade da formação de um novo governo na base da maioria dos partidos democráticos existente actualmente na Assembleia da República, não se tornando assim necessária a realização de eleições antecipadas, conforme aliás é opinião expressa de todos os partidos com excepção do PSD.

O **segundo**: a disponibilidade do PCP para viabilizar a formação de um governo sem participação comunista, designadamente um governo do PS, do PRD ou de coligação do PS/PRD, mediante acordos ou garantias de que o novo governo porá termo à política de direita e realizará uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa.

8. O PCP defenderá esta orientação na sua imediata acção política geral e terá ocasião de expô-la ao Presidente da República quando nos dias próximos, conformemente aos princípios constitucionais, e segundo a intenção já expressa pelo Presidente, for ouvido sobre a solução da crise.

6 de Abril de 1987

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

Inalienáveis responsabilidades

Portugal democrático acaba de alcançar uma vitória de profundo significado sobre a direita restauracionista governante.

O voto convergente dos partidos da oposição democrática maioritária em 3 de Abril na Assembleia da República configura desde já uma séria derrota das forças mais retrógradas do leque social e político português personificadas no Governo Cavaco Silva/PSD e abre possibilidades imediatas de uma necessária viragem na política nacional.

A aprovação da moção de censura ao Governo Cavaco/PSD na AR culmina e deu expressão institucional e política inapelável a um vasto movimento de contestação popular de massas que de maneira terminante se tem afirmado nas formas mais diversas no plano nacional contra uma acção governativa objectivamente contrária aos interesses basilares do povo e do País.

No decurso da crise governativa veio a lume com ilminar clareza o verdadeiro carácter do Governo agora derrotado.

Se dúvidas houvesse acerca da natureza profundamente reacçãoária da clique cavaquista governante, a forma provocadora e arrogante como se comportaram o Governo e os seus apoiantes nos dias antecedentes da apresentação da moção de censura e durante o debate parlamentar e ainda a forma como se estão comportando no processo da crise são extremamente esclarecedoras e conclusivas.

Um governo de confrontação institucional e política, um governo demagogo, um governo chantagista e de mistificação, um governo fascizante — eis a imagem viva que fica para a posteridade destes derrotados apoiantes do Poder Executivo agora apeados pela convergência dos partidos da oposição democrática.

A resposta de Cavaco Silva, de Eurico de Melo e dos restantes membros do Governo cavaquista, submissamente coadjuvados pelos deputados do PSD, foi um cúmulo de desrespeito pelo órgão de soberania Assembleia da República, uma grosseira exibição do carácter autocrático e de baixo estof político da clique governante e dos seus apoiantes mais directos. Difícilmente se poderia encontrar no após 25 de Abril manifestação mais degradante do confronto institucional característico da direita restauracionista.

Cavaco Silva mostrou na tribuna a quem o quis ver a sua incontível raiva pela iminência visível da derrota, da perda do controlo do aparelho executivo e dos recursos financeiros do Estado que ele tem exercido e pretende continuar a exercer com

objectivos eleitoralistas. Esgrimiou uma pobre argumentação que evidenciou como nunca a sua verdadeira índole de candidato a ditador.

O Primeiro-Ministro agora derrotado revelou a quem o quis ouvir o desespero por terem falhado os seus desígnios secretos de determinar, quando bem quisesse e fosse mais conveniente aos seus objectivos de hegemonia absoluta do Poder, o momento mais azado para um julgamento a seu favor do eleitorado ou da Assembleia da República por meio de uma moção de confiança de sua iniciativa ou de uma moção de censura da iniciativa de qualquer dos partidos da oposição democrática.

Há quatro meses, quando se baseava na impossibilidade prática de uma convergência dos partidos democráticos em maioria na AR para o derrotarem numa moção de censura, desafiava-os com petulância — designadamente o PCP — para que se usasse essa figura regimental de censura ao Governo. Para ser, evidentemente, derrotada.

De maneira visível Cavaco queria acrescentar aos seus habituais argumentos de «legitimidade» e «força» do seu fraco Governo que tendo passado na AR quando da apresentação do seu programa e quando da moção de confiança de Julho de 86, teria então mais esse outro argumento da derrota de uma eventual moção de censura da oposição.

Agora, surpreendido inesperadamente pela iniciativa do PRD, o Primeiro-Ministro derrotado esbraceja raivosamente contra a moção de censura apresentada, esgrime o argumento defensivo sem base da «ilegitimidade» política da moção, manobra desesperadamente nas novas condições para não perder as rédeas do Executivo.

Cavaco levou a sua arrogância ao ponto de querer determinar ele próprio o momento de apresentação de uma moção de censura pela oposição!

Toda a direita restauracionista e os seus advogados encobertos se mobilizam no momento presente contra uma solução institucional da crise governativa no quadro actual da Assembleia da República.

Todos os corifeus confessos ou disfarçados do restauracionismo autoritário e ditatorial, desde Cavaco Silva a Ferraz da Costa e a Casqueiro, desde Eurico de Melo a Torres Couto e de «analistas» encartados como Júdice e Prado Coelho, cada um deles nas formas peculiares do seu papel na cena social e política, vêm agora a terreiro contra qualquer solução da crise no quadro actual da AR e em defesa de eleições antecipadas e da continuação do Governo cavaquista como governo de gestão até novas eleições.

O jogo é claro: Cavaco e a sua gente — descoberta ou encoberta — têm medo de perder o controlo do aparelho de Estado, desenvolvem uma frenética chantagem sobre o Presidente da República para que este, contrariando a vontade expressa do povo, do seu próprio partido, da substancial maioria da Assembleia da República e do eleitorado que fez dele o «Presidente de todos os portugueses» se decida por eleições antecipadas, última esperança de sobrevivência da direita no Governo.

Argumentos dos mais eufemísticos aos mais sórdidos são aduzidos para justificar a tese das eleições antecipadas no momento que julgam mais favorável à direita.

Compreensivelmente, o anticomunismo é o manto que pretendem o mais convincente em defesa das eleições antecipadas.

«Frentismo de esquerda», «frentismo popular», «afastamento do PCP da área do Poder» e outras argumentações do estilo, são brandidas para alimentar estafados preconceitos antidemocráticos e anticomunistas no seio dos partidos da oposição democrática e pressionar o Presidente da República para uma solução mais consentânea com os objectivos restauracionistas da direita.

Não deixa de ser curioso verificar como aqueles que ainda há bem pouco tempo se levantavam contra os «custos» de constantes eleições advogam agora com fervor a necessidade da antecipação imediata de uma nova consulta eleitoral e, no caso de Cavaco e do seu Governo, esforçando-se mesmo por opor falsos argumentos de legitimidade a uma solução institucional da crise governativa no quadro actual da AR.

É visível que Cavaco e PSD, que viram nas últimas semanas baixar a sua cotação política perante o povo e perante muitos dos que se fiaram nas suas promessas e no «mérito» das suas medidas de fachada, jogam tudo para segurar-se no Governo — mesmo de gestão —, têm o secreto objectivo de usar as volumosas verbas do seu «saco azul» para corromper o eleitorado menos consciente e assegurar-se da continuação do seu controlo do Executivo, lutam desesperadamente pela sobrevivência no Poder.

Cavaco, a sua gente, os seus advogados confessados ou encobertos, agitam espantinhos inconsistentes como o da «falta de confiança dos investidores», o da «reprovação e desagradável surpresa dos parcelos da CEE» — entre alguns dos quais, como se sabe, estão identicamente em curso crises governativas — como forma de paralisar a iniciativa da oposição democrática.

A clique cavaquista pretende esconder o facto de que a razão de fundo que os motiva é a existência real de condições para solucionar a crise sem recurso a eleições antecipadas.

O facto impossível de escamotear e de abafar nos gabinetes e na penumbra da intriga política é o potente movimento de contestação popular de massas da política cavaquista, que se desenvolve e fortalece no plano nacional e abarca diversificadas camadas do povo português, o qual não pode ser subestimado no quadro das soluções políticas da crise governativa.

Cresce a resistência dos trabalhadores da cidade e do campo à política laboral do Governo Cavaco/PSD atentatória do direito ao trabalho, ao emprego, a um salário justo, a condignas condições de vida.

O povo trabalhador, onde alastram extensas zonas de miséria e fome exige um governo que cuide dos seus interesses, que promova medidas que favoreçam o seu bem-estar e o futuro dos seus filhos.

Por toda a parte, no vasto mundo do trabalho, nas fábricas, nos campos, nos estabelecimentos de ensino e de saúde — importantes surtos de acção contestam abertamente a política da direita governante e derrotada.

Greves, manifestações, concentrações, acções de natureza diversificada mobilizam actualmente vastos sectores sociais e da actividade nacional.

É uma situação que se impõe à consideração e às decisões dos partidos da oposição democrática e a todos os que têm uma palavra decisiva a dizer na solução da crise.

O PCP tem insistido na sua disponibilidade para uma solução democrática, negociada e consensual, para uma saída que permita melhorar a vida dos portugueses, desenvolver a economia do País, estabilizar o clima social e político, defender e respeitar a legalidade democrática, garantir a Independência nacional.

E para uma tal saída é indispensável que os partidos democráticos dialoguem com os olhos postos nos interesses fundamentais do povo e do País e remetam para um plano secundário os seus objectivos partidários hegemónicos.

Não é um caminho fácil mas não há outro capaz de solucionar de maneira cabal os agudos problemas nacionais da hora presente.

Nos dias que vão seguir-se clarificar-se-ão as condições e os meios institucionais e políticos para a saída da crise.

Uma inalienável responsabilidade pesa sobre as decisões e os actos dos partidos e das restantes forças democráticas portuguesas.

Resumo

1 Quarta-feira

A realização de eleições antecipadas seria «uma injustificada cederia às exigências da reacção derrotada» — afirma Álvaro Cunhal após uma reunião da Comissão Política do CC do PCP. ■ Estudantes, professores e trabalhadores não docentes da Faculdade de Ciências de Lisboa paralisam segundo dia exigindo verbas para a conclusão das instalações. ■ A conferência de líderes parlamentares decide adiar a ida este mês à RPD da Correia de uma delegação, devido à «conjuntura política interna decorrente da apresentação na AR de uma moção de censura». ■ A UNICEF revela que 50 milhões de crianças latino-americanas vivem em situação de «pobreza crítica». ■ A URSS continua disposta a discutir os mísseis de curto alcance, mas não permitirá o seu relacionamento com a elaboração e assinatura de um acordo sobre a redução dos mísseis de médio alcance, afirma Viktor Karpov. ■ O presidente de Itália rejeita o pedido de demissão apresentado por Bettino Craxi a 3 de Março e pede-lhe que apresente no Parlamento uma moção de confiança. ■ O comandante da base de El Paraíso afirma que guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional se infiltraram no quartel e apoiaram o ataque de ontem que provocou a morte de 69 soldados salvadoreños e um sargento dos EUA.

2 Quinta-feira

Inicia-se na AR o debate da moção de censura ao Governo. ■ No dia do 11.º aniversário da Constituição, uma delegação de trabalhadores de Lisboa e Setúbal exige junto à AR uma política que respeite a lei fundamental e «promova o desenvolvimento do País e bem-estar do povo»; nos dois distritos estão em luta 130 mil trabalhadores. ■ Carlos Costa faz a «o diário» da recente deslocação de uma delegação do PCP a S. Tomé e Príncipe, Angola e Congo. ■ Regressaram ao trabalho os bancários brasileiros, depois de nove dias de greve por aumentos salariais e segurança no emprego. ■ O exército das Filipinas desencadeia uma grande acção de repressão contra o Novo Exército do Povo. ■ Hans-Dietrich Genscher manifesta-se contra a transformação dos mísseis de médio alcance estacionados na RFA em mísseis de curto alcance. ■ É anunciada a realização na próxima semana de uma reunião dos dirigentes das principais forças da OLP. ■ O Papa João Paulo II é recebido em Santiago do Chile por Augusto Pinochet. ■ Com 69 anos, morre em Los Angeles o baterista de jazz Buddy Rich.

3 Sexta-feira

É aprovada na AR a moção de censura ao Governo apresentada pelo PRD; cai assim o executivo de Cavaco Silva, apenas com o PSD e o CDS a apoiá-lo. ■ Trabalhadores da Renault paralisam e manifestam-se em Lisboa em defesa do caderno reivindicativo apresentado há 7 meses. ■ Termina o Seminário Nacional sobre educação pré-escolar promovido pela FEN-PROF. ■ A CM do Porto decide por unanimidade atribuir a medalha de honra da cidade a Oscar Lopes. ■ O procurador-geral da República requer a declaração de in-

constitucionalidade da deliberação da CM de Lisboa punindo inscrições murais. ■ O MNE sul-africano, «Pik» Botha, rejeita a proposta de Perez de Cuellar para a criação de uma administração provisória da ONU para a Namíbia. ■ Uma carga de polícia interrompe a homilia papal em Santiago do Chile; várias centenas de pessoas ficam feridas e o próprio João Paulo II é atingido por gases lacrimogéneos.

4 Sábado

Começa o 3.º Congresso da Federação do Comércio, Escritórios e Serviços (FEP-CES). ■ O 2.º Encontro sobre a situação social no concelho da Amadora reclama que a região seja considerada «zona crítica» e disponha de um «plano social de emergência». ■ «O povo não aceita mais governos de direita» — afirmam os partici-



pantes numa concentração-relâmpago promovida no Rossio pela União dos Sindicatos de Lisboa. ■ A repressão policial fez um morto e mais de 600 feridos durante a visita do Papa ao Chile; foram deixadas 47 pessoas, segundo um balanço parcial.

5 Domingo

O Presidente da República, Mário Soares, termina a visita oficial ao Brasil, depois de 12 dias de viagem e de contactos em 6 cidades brasileiras. ■ Álvaro Cunhal participa em iniciativas do PCP em S. Pedro do Sul e Lamego, depois de ter estado ontem em Coimbra numa sessão de esclarecimento. ■ Por iniciativa das organizações não governamentais da Comissão da Condição Feminina debate-se em Lisboa o tema «As mulheres e o emprego». ■ A DORL do PCP declara a sua «firme oposição» à decisão do Governo de dar prioridade à auto-estrada Lisboa-Estoril em detrimento das circulares regionais. ■ Milhares de manifestantes exigem em Faro o cancelamento das demolições previstas para a Ria Formosa. ■ A Direcção Nacional da JCP afirma que o movimento juvenil «ganhou



uma nova dinâmica» nos últimos meses. ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE manifestam-se a favor da eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa. ■ A polícia britânica informa que foi en-

contrado morto Peter Peapell, que trabalhou em projectos militares secretos; é o sélmio cientista britânico a morrer ou desaparecer nos últimos tempos em circunstâncias estranhas. ■ O governo peruano detém uma tentativa de golpe de Estado em curso desde quinta-feira contra o presidente Alan García. ■ O PS italiano admite participar na formação de uma nova maioria com comunistas, radicais e sociais-democratas, segundo proposta lançada pelo Congresso Nacional do PSI que hoje terminou. ■ O Congresso do PS Francês decide aguardar a atitude de Mitterrand quanto à candidatura às eleições presidenciais de 1988 e inviabilizar o lançamento de Michel Rocard, da ala direita. ■ Os protestos de mais de 2 mil pessoas recebem Reagan à chegada ao Canadá para a cimeira de 2 dias com o primeiro-ministro Brian Mulroney.

6 Segunda-feira

A Comissão Política do PCP acusa Cavaco Silva e o PSD de pretenderem «falsar o processo e o acto eleitoral» mantendo-se como governo de gestão em caso de eleições antecipadas. ■ As greves sectoriais na CP levam à supressão de mais de 20 composições de passageiros e mercadorias e provocam atrasos no movimento ferroviário. ■ É marcada para dia 21 a apreciação na AR de projectos de lei sobre as eleições para o Parlamento Europeu. ■ Segundo a União dos Sindicatos de Évora o desemprego aumentou 65% nos últimos 3 anos no distrito, atingindo actualmente 16 mil pessoas numa população activa de 70 mil. ■ François Mitterrand chega a Portugal para uma visita oficial de 58 horas. ■ A Comissão Nacional da Comunicação e Liberdades decide atribuir ao «superconstrutor» civil Francis Bouygues o primeiro canal da TV francesa (TF1).

7 Terça-feira

Uma delegação do PCE dirigida por Gerardo Iglesias inicia uma visita a Portugal a convite do PCP. ■ A CGTP-IN manifesta-se disponível para contribuir para a definição de uma política democrática e a constituição de um governo com base na maioria parlamentar existente. ■ Em entrevista à Rádio Comercial, Ramalho Eanes defende um anticomunismo do PRD com o PS para dar ao «centro-esquerda» a possibilidade de governar com uma conjuntura económica favorável. ■ Na RTP Vítor Constâncio recusa a hipótese de uma coligação governamental, admitindo no entanto um governo «de base PS». ■ Mário Soares inicia um ciclo de contactos informais, recebendo Fernando Amaral e Adriano Moreira. ■ A gerência da CP infringe as normas de segurança para esconder da opinião pública os efeitos das greves sectoriais na empresa, denunciam as estruturas representativas dos trabalhadores. ■ A Democracia Cristã Italiana admite a possibilidade de retirar os seus membros do governo de Bettino Craxi antes da apresentação de uma moção de confiança. ■ Os pilotos que a CIA contrata para levarem armas aos contras instalados nas Honduras trazem para o EJA droga, esta é vendida e o dinheiro vai também para os terroristas anticarregueses, revela o «Newsday». ■ As Comissões Obreras anunciam que cerca de um milhão de trabalhadores serão abrangidos pelas greves e paralisações dos próximos dias em Espanha.

Semana

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 693

9 de Abril de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

**Álvaro
Cunhal
nas
Beiras**



S. Pedro do Sul: a intervenção de Álvaro Cunhal após a 2.ª Assembleia



Lamego: visita ao CT

Ir para a luta com confiança e determinação

Uma sessão de esclarecimento em Coimbra. A inauguração do novo Centro de Trabalho em Lamego, sete meses depois do incêndio que destruiu por completo o anterior espaço de trabalho dos comunistas de Lamego. Um socialista que, após o incêndio do CT, coloca à disposição do PCP uma loja num centro comercial para que o trabalho pudesse continuar até à construção do novo centro de trabalho. Uma Assembleia Concelhia em S. Pedro do Sul, onde os camaradas constatam que 43 por cento da organização local do Partido (em crescimento) tem menos de trinta anos.

Tudo isto se viveu e soube, neste último fim-de-semana, durante a visita do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, a Coimbra, Lamego e S. Pedro do Sul. Mas para além da crónica simples do acontecido, o actual momento político que atravessamos confere a estes factos um significado especial. A acção política e o empenhamento na solução dos problemas, o

É possível uma solução democrática para a crise

crescimento e o reforço do Partido mesmo em zonas, pelas circunstâncias, mais difíceis, a unidade dos democratas. Por si mesmas, estas frases, que sintetizam o quanto se passou durante a visita de Álvaro Cunhal, apontam o caminho necessário para uma solução democrática da actual crise política.

A confiança e a determinação foram os sentimentos dominantes em todos os momentos, em todos os locais. Como sublinhou em Coimbra Álvaro Cunhal, «**depois de muitos anos de luta, atingiu-se finalmente uma conjuntura em que é perfeitamente possível pôr fim à política de direita e formar um governo**

democrático». E para isso, é necessário ir para a luta e ir para a luta com confiança, confiança na capacidade de intervenção do PCP, confiança nos trabalhadores portugueses e na classe operária, confiança no povo e nas instituições democráticas, confiança, sobretudo, na possibilidade de vitória.



Durante a sessão na escola primária do Desterro, na Sé, Lamego



Diálogo entre a assistência e o secretário-geral do PCP em Coimbra



Lamego



Vários camaradas da direcção do Partido estavam na Mesa da sessão em Coimbra

Pires Jorge
Colecção Resistência

COM UMA IMENSA ALEGRIA

Relatos de um lutador antifascista



a Talhe de FOICE

O cabo de esquadra

Na terminologia do quotidiano português a figura do polícia, do agente da PSP, não teve durante anos e anos particulares favores do cidadão comum. A utilização da força repressiva feita durante quase cinco décadas pelo fascismo remeteu a figura do «cívico» para um puro papel antipático, inconsciente, acerca do qual se acumulavam anedotas contundentes e receios justificados.

O polícia era, por definição, «o que não sabia fazer mais nada». Era o do «são proibidos ajuntamentos de mais de duas pessoas». Era o que falava pouco e muito utilizava o cassetete. Era o capitão Maltez dos «choques», era o «cabo de esquadra», ele próprio retrato do primarismo boçal, do reaccionarismo obtuso, da incompreensão absoluta face aos homens e à vida.

Sucede que Portugal mudou com Abril.

E se não mudou tudo quanto seria necessário, se muitos tentam que volte à primitiva o que efectivamente mudou — a verdade é que muita coisa mudou.

E uma delas foi, apesar de tudo, a polícia.

Naturalmente que há excepções que perpetuam hábitos e vícios antigos.

Mas lemos nos jornais que, aqui há uns dias, houve agentes da PSP que trataram uma criança abandonada não apenas com o cuidado que seria natural, mas com o carinho e a lucidez que nada têm a ver com um «cabo de esquadra». E sucede até que esse «cabo de esquadra» está tão longe dessa depreciativa imagem que até é uma mulher. E que na PSP seja possível a mulheres ascenderem por mérito a situações de responsabilidade e comando — há que dizê-lo que tem que ver com Abril e nada com os cabos de esquadra.

Por condenáveis casos, que justamente se denunciam nas páginas dos jornais e nos relatórios dos magistrados, de maus tratos infligidos em esquadras ou cadeias, há que contabilizar igualmente que deixou de ser sinónimo de paragem de um «nivea» que de lá de dentro saiam, cassetete em punho, indivíduos que batem primeiro e perguntam depois. O dia-a-dia da cidade contabiliza bons sentidos, vontade de resolver problemas e situações.

Também em muitos desses «niveas» entrou Abril. Sabemos que de Norte a Sul do País milhares de agentes da PSP entendem a sua função como um efectivo serviço cívico, uma profissão destinada a servir as populações, que se sentem cidadãos também eles, trabalhadores também eles — e como tal querem ter o seu sindicato, as suas prerrogativas, a sua carreira profissional esclarecida, assente no mérito, no trabalho e no estudo. Sabemos que por isso se têm batido, alguns têm sofrido — enfim, também aí há um Abril que se procura.

Mas, a verdade é que subsistem os «cabos de esquadra». Brutais, obtusos, reaccionários, evidente e agressivamente reaccionários, a imagem mesmo da concepção da política enquanto polícia e da polícia enquanto cacete e cadeia, cacetada nos trabalhadores e cadeia com os democratas. Só que a figura do cabo de esquadra, essa figura que se queria enterrada numa manhã de que se vão agora comemorar 13 anos, deixou de ter assento nas esquadras propriamente ditas, para passar a tê-lo nas cadeiras dos ministros das polícias dos governos de direita.

A desbragada intervenção do sr. eng. Eurico de Melo durante o debate da moção de censura que correu com ele e os seus pares dos cadeirões do poder foi digna, efectivamente, dos cabos de esquadra, do capitão Maltez, do subinspector Seixas — e fiquemo-nos por aqui. Não admira que a PSP exija sindicato. Não admira que o povo português exigisse o fim deste governo. Não admira que os democratas manifestem a sua inquietação face às novas polícias que não mostram a farda nas ruas, antes espiam como bufos e se alistam em bandos terroristas internacionais.

Não admira nada disto porque, como se comprovou, agentes da PSP, cidadãos, democratas, todos estávamos à mercê de um ministro das polícias que tem as concepções que revelou.

Foi corrido — é indispensável que não volte.

Porque o sr. eng. Eurico de Melo enganou-se francamente na vocação. Não agora, não neste Abril e neste Portugal, com estes homens e estas mulheres que agora vivem e trabalham, mas num fascismo cimentado em prisões, torturas, estupidez, censura e exploração, aí, o sr. eng. Eurico de Melo seria sem dúvida — e não mais do que isso — um cabo de esquadra como havia dantes.

■ RC

Entusiasmo e reflexão

Foi uma assistência entusiástica mas atenta a que participou, no último fim-de-semana, nas iniciativas em que interveio o secretário-geral do PCP. Quer em Coimbra, numa sessão de esclarecimento bastante participada, quer num encontro informal em Lamego ou no encerramento da Assembleia da organização concelhia de S. Pedro do Sul, o tema em destaque foi naturalmente a situação política do momento e a perspectiva do Partido sobre as possibilidades de uma saída democrática para a crise. O entusiasmo, que não deixou nunca de pontuar a passagem de Álvaro Cunhal pelas localidades dos distritos de Coimbra e Viseu acompanhado sempre pelo camarada Jaime Serra da Comissão Política do CC em momento algum substituiu a necessária reflexão e atenção sobre a importante e complexa situação que o País vive.

Foi talvez em Coimbra que este misto de entusiasmo e o exame atento da situação decorrente da queda do Governo de

Cavaco Silva na AR, melhor se reflectiu. Em Coimbra onde, como referiu o camarada Vasco Paiva, do Comité Central, «a

luta de massas no distrito e a acção do nosso Partido contribuíram, mesmo que de forma modesta, para esta nova situação». Para além das manifestações promovidas pelo movimento sindical, foram ali referidas as lutas dos trabalhadores da Termec, da Viúva Macieira da Lousã, da empresa José Maria dos Santos, da Triunfo, da Função Pública, bem como dos agricultores do distrito — onde aliás se realizou recentemente o IV Encontro da Lavoura — salientando-se, em especial, a vitória dos agricultores do Baixo Mondego que viram o tribunal reconhecer, contra a posição do Governo, o seu direito de serem ouvidos na execução da obras do Mondego.

O camarada Vasco Paiva revelou ainda as lutas desenvolvidas noutros sectores e camadas da população, com destaque para os médicos e a juventude.

A moção de censura

Foi portanto nesta cidade que o camarada Álvaro Cunhal profereu a sua primeira grande intervenção pública depois da queda do Governo e num pavilhão que foi preparado para o efeito em apenas duas horas. Depois do seu discurso inicial o camarada Álvaro Cunhal participou num animado debate sobre as principais questões da actualidade. Também ali se falou das implicações para Portugal da adesão à CEE e do acordo recentemente

Discurso

em Coimbra

Uma oportunidade única que as forças

Camaradas:

Custou, mas foi: o Governo caiu!

Não queria, mas caiu. Melhor: foi atirado abaixo.

Primeiro e fundamental significado deste acontecimento: uma grande derrota da reacção, uma grande vitória da democracia.

Demissão do Governo Cavaco Silva derrota da reacção, vitória da democracia

Desde já é importante que todos os portugueses (a começar pelos democratas, pelos trabalhadores e por todos aqueles que sofreram as consequências da política do Governo de Cavaco Silva) tomem plena consciência de dois factos.

O primeiro: que o Governo, que arrogantemente se proclamava intocável e invencível, e o seu Primeiro-Ministro, que julgava que no Portugal de hoje se pode governar com métodos ditatoriais, defrontando e afrontando as instituições e as regras democráticas mais elementares, sofreram a mais clamorosa derrota que pode atingir um Governo: a sua demissão.

O segundo: que os partidos democráticos, logo que convergiram num grande objectivo comum, alcançaram uma vitória política de profundas repercussões que podem conduzir a uma viragem na política nacional.

Quando, em Setembro de 1986, na Festa do «Avante!», lançámos a palavra de ordem «Governo para a rua!», quantos não duvidaram que tal resultado se pudesse conseguir?

Quando avançámos a ideia não só da necessidade mas também da possibilidade da convergência democrática para pôr fim à actividade de destruição do Governo Cavaco Silva, quantos não duvidaram da possibilidade de uma tal convergência?

O resultado aí está para mostrar que tínhamos razão. Que tínhamos razão em travar a batalha pela demissão do Governo. Que tínhamos razão para ter confiança na possibilidade de o atirar abaixo. Que tínhamos razão ao afirmar que, se o Governo PSD de Cavaco Silva se mantinha no poder, e prosseguia a sua política de destruição das conquistas democráticas, de rebelia institucional e de subversão do regime, não era tanto pela força própria mas pelas hesitações, vacilações e divisões entre partidos democráticos. Que tínhamos razão em afirmar (como no actual momento político continuamos a afirmar) que a democracia é mais forte que a reacção.

A consciência desta realidade é de importância capital no momento presente. Porque o Governo foi atirado abaixo, mas coloca-se agora a sua substituição e é necessário actuar e lutar com confiança em que a democracia, os democratas, têm força bastante para impedir que a política de direita continue e para alcançar uma viragem democrática na política portuguesa.

A moção de censura termo quase inevitável do processo de contestação

A queda do Governo PSD de Cavaco Silva não foi um acidente de percurso, mas o fim natural de uma acção governativa caracterizada pelas suas consequências desastrosas e pela rebelião contra as instituições democráticas.

A moção de censura foi sem dúvida a iniciativa de um partido, no concreto do PRD. Não apareceu entretanto na vida política como um acontecimento fortuito, mas sim como um acontecimento decorrente de todo o processo de contestação do Governo.

O processo de contestação do Governo desenvolveu-se em várias áreas e com várias dinâmicas.

Por um lado, a grande movimentação dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes, dos professores, dos médicos e de outras classes e camadas sociais e profissionais, lutando abertamente contra as consequências desastrosas da política do Governo e reclamando a satisfação de justas reivindicações.

Por outro lado, a actuação cada vez mais firme da oposição democrática maioritária na Assembleia da República exercendo a sua competência de fiscalização, impedindo que fossem por diante certas medidas

antidemocráticas do Governo e aprovando leis de conteúdo democrático tendentes a resolver alguns problemas mais graves.

Finalmente, o diálogo entre partidos democráticos de que estavam resultando, em muitos casos concretos, iniciativas políticas convergentes e iniciativas legislativas convergentes.

A contestação, desenvolvendo-se nestas várias direcções, foi reduzindo a base de apoio social e político do Governo, isolando-o de forma crescente no plano partidário e parlamentar, tornando-o cada vez mais frágil e vulnerável.

Cavaco Silva cometeu um erro basilar. Na medida em que se tornou mais fraco, pretendeu afirmar-se cada vez mais forte, mais arrogante, mais autoritário, mais desrespeitador da legalidade, mais arbitrário, mais agressivo para com outros órgãos de soberania.

Cavaco Silva precipitou assim a própria queda.

A moção de censura foi apresentada pelo PRD. Se não fosse o PRD a apresentá-la, mais dia menos dia teria sido o PS ou o PCP a fazê-lo. E, se não fosse pela moção de censura, o Governo acabaria por cair pela luta popular e a oposição dos partidos democráticos maioritários.

Não, a moção de censura não foi (como Cavaco Silva disse em Santarém no dia 28 de Março) «uma mera encenação e manobra política». Foi sim o termo quase inevitável do processo de contestação à política desastrosa do Governo.

Como sublinhou a Comissão Política do Comité Central do Partido na sua nota de 31 de Março (nas vésperas do debate na Assembleia da República), «a moção de censura corresponde a um sentimento generalizado da necessidade da demissão do Governo e da sua substituição por um governo democrático».

A moção foi aprovada. O Governo PSD de Cavaco Silva caiu. A política de direita foi derrotada e rejeitada. Trata-se agora de lutar para que a demissão do Governo saia uma solução favorável ao povo, a Portugal, à democracia, saia um governo democrático com uma política democrática.

É necessário e possível a formação de um governo democrático

Nos últimos 11 anos de luta o povo português já mostrou ter força bastante para atirar abaixo governos que, com uma política de direita, procuram destruir as conquistas democráticas de Abril.

Mas a experiência mostrou também que, se o povo tem tido força para atirar abaixo governos de direita, não tem tido força bastante para em sua substituição levar ao poder um governo verdadeiramente democrático.

A demissão do Governo de direita do PSD de Cavaco Silva resultou directa e institucionalmente da aprovação da moção de censura na Assembleia da República. Resultou directamente da convergência dos partidos democráticos na Assembleia da República.

É entretanto plenamente correcto dizer-se que a grande força propulsora do processo de contestação foi a luta dos trabalhadores e das massas populares, que uma vez mais aparece na vida nacional como o facto determinante da evolução política.

É o momento de mobilizar as nossas forças, de empenhar os nossos esforços, de procurar congregar energias e vontades, de ganhar a opinião, de ganhar os outros partidos democráticos, para que, desta vez, agora que foi atirado abaixo o Governo reaccionário de Cavaco Silva, seja formado um governo democrático.

Uma grande batalha para pôr fim à política de direita e abrir caminho à formação de um governo democrático acaba de ser ganha. Mas outras batalhas nos esperam e o caminho não será fácil para se alcançar tal fim.

A reacção fará esforços desesperados para evitar que à grande vitória que as forças democráticas acabam de alcançar demitindo o Governo, se suceda, como outra grande e ainda maior vitória, a formação de um governo democrático.

Não pensemos que a reacção capitula.

A reacção fará esforços desesperados para que, demitido o Governo PSD de Cavaco Silva, seja formado novo governo do PSD, com ou sem Cavaco Silva, com ou sem a substituição de alguns ministros, alargado ou não a outros partidos, designadamente ao CDS.

É necessário impedir que se venha a concretizar a farronca da gente do Governo agora demitido quando, nas vésperas da aprovação da

—As notas da visita de Álvaro Cunhal às Beiras

te assinado entre Portugal e a República Popular da China sobre Macau.

Sobre o facto de ter sido o PRD a avançar com a moção de censura, Álvaro Cunhal afirmou: «nós sempre considerámos que uma moção de censura deveria ser eficaz. O importante era nós lutarmos para que esse resultado acabasse por ser conseguido».

A este propósito o secretário-geral do PCP teve oportunidade de realçar a importância que tem tido, nestes últimos onze anos, interromper os planos contra-revolucionários dos governos, obrigando a direita a atrasar os seus projectos, a rever os seus planos para a ofensiva contra a democracia.

Se estes processos não tivessem sido interrompidos afirmou, «não teríamos a menor dúvida que não estaríamos na situação em que estamos hoje. Estaríamos numa situação extraordinariamente mais complicada, se é que ainda existia hoje um governo democrático».

A derrota da direita e a alternativa

Independentemente do que se vai passar a seguir, a moção de censura que levou à queda de Cavaco, em si é «uma grande vitória da democracia, mostra a possibilidade real de derrotar a reacção, mostra a possibilidade real de a convergên-

cia dos democratas levar a soluções democráticas para a alternativa nacional».

Sobre a alternativa e a disponibilidade do PCP para viabilizar a formação de um governo dos partidos democráticos, só ou coligados, o secretário-geral do PCP esclareceu em Lamego, durante a intervenção breve que proferiu após a visita ao novo Centro de Trabalho, que «ao mesmo tempo que insistimos na necessidade (que se virá a confirmar um dia) da participação dos comunistas num governo para resolver os graves problemas nacionais criados pela política de direita, ao mesmo tempo que o afirmamos, afirmamos também que o nosso Partido está disposto a

viabilizar a formação de um governo do PS, de um governo do PRD ou de um governo PS com o PRD, desde que estes partidos no governo, em áreas fundamentais da vida nacional, tenham uma política democrática».

Isto significa que seja por acordos, seja por uma definição que se torne para nós clara, estamos dispostos a viabilizar um governo desses partidos sem a nossa participação, e sem o nosso compromisso na política que eles venham a realizar. Pensamos que, de qualquer forma, a verificar-se esta realidade seria uma derrota muito séria para a reacção que impediria que continuasse, como até hoje, a sua ofen-

siva contra a democracia e as suas conquistas. Isto significa que a nossa viabilização não é um cheque em branco».

Esta intervenção do camarada Álvaro Cunhal foi proferida na Escola Primária do Desterro, na freguesia da Sé em Lamego, lo-

cal onde momentos antes tinha decorrido um almoço com cerca de 250 pessoas, e o secretário-geral do PCP.

Álvaro Cunhal, para além de uma larga referência à situação



Coimbra

democráticas não têm o direito de perder

moção de censura e portanto da sua demissão, afirmava que «depois de nós seremos de novo nós».

É necessário que todos os democratas rejeitem firmemente tais eventualidades.

Demitido o Governo do PSD existe inteira possibilidade para que seja formado um novo governo, um governo democrático na base da actual Assembleia da República.

É uma tal solução que o PCP defende. É do interesse da democracia que todos os outros partidos democráticos a defendam também.

Inteira legitimidade para um governo sem eleições antecipadas

O Primeiro-Ministro agora demitido, disse mais do que uma vez que, se acaso fosse demitido, não teria legitimidade a formação de qualquer outro governo antes da realização de novas eleições.

Os propagandistas do PSD insistem freneticamente em que é «ilegítimo, do ponto de vista democrático, a formação de um governo que não passe pelo julgamento prévio dos portugueses, por eleições antecipadas».

Nos últimos dias, quando se tornava inteiramente previsível a demissão do Governo, desencadeou-se uma vasta campanha bem orquestrada para criar na opinião pública a ideia de que, uma vez demitido o Governo, as eleições antecipadas são «inevitáveis».

Estas afirmações não têm fundamento. Elas confirmam que os reaccionários, quando no governo, consideram legítimo o arbítrio, a prepotência, a ilegalidade, o afrontamento das instituições, mas consideram ilegítima qualquer solução democrática no quadro do funcionamento das instituições que substitua o seu Governo reaccionário por um governo democrático.

O Governo do PSD tinha apenas o apoio de 88 deputados. Os partidos democráticos que votaram a moção de censura e deitaram abaixo o Governo têm 140 deputados, ou seja uma folgada maioria no total dos 250 deputados da Assembleia da República.

Quem pode negar legitimidade à formação de um governo que venha a ser viabilizado por uma tal maioria?

Já prevenido a sua derrota e demissão, o Primeiro-Ministro agora demitido foi ao ponto de dizer que, «fazer um outro governo (com a actual Assembleia da República) seria uma fraude política, seria uma falta de respeito para com o eleitorado».

Onde está a fraude?

Fraude foi toda a actuação do Governo PSD de Cavaco Silva, cometendo as mais graves ilegalidades, realizando uma política desastrosa e utilizando massivamente a televisão, a rádio e outros meios de comunicação social, para espalhar no povo português a falsa ideia da sua eficácia, da sua capacidade.

E se falamos em falta de respeito pelo eleitorado, qual é a maior falta de respeito pelo eleitorado? Constituir um governo que conta com seu apoio 29,8% dos votos (foi esse o apoio que o PSD obteve nas eleições legislativas) ou constituir um governo que, por convergência dos partidos democráticos, poderá dispor à partida de 54,4% dos votos dos eleitores, pois a tal corresponde a soma dos votos obtidos pelos partidos democráticos que atiraram abaixo o Governo de Cavaco?

Compreende-se a razão por que Cavaco Silva, e as forças reaccionárias reclamam tão freneticamente eleições antecipadas.

É porque não querem respeitar uma alternativa democrática inteiramente constitucional e legítima que os afaste do poder. É porque intentam continuar no poder em funções de gestão no caso de haver eleições antecipadas e utilizar de tal forma os meios de comunicação social, os dinheiros públicos e o controlo do processo eleitoral que venham a reforçar as suas posições.

Há que combater uma tal perspectiva perfeitamente dispensável e até perigosa. Mas no caso de se concretizar há que exigir a formação de um governo de gestão que dê garantias de isenção e assegure a democraticidade do processo e do acto eleitoral. E ir para a batalha com confiança em que se poderá derrotar a reacção.

O nosso Partido, no que lhe diz directamente respeito, não teme as eleições.

Sabe-se que a APU como tal terminou. A direcção do MDP/CDE, afastando-se da sua orientação de sempre, resolveu seguir novos caminhos, novas alianças e novas perspectivas e para isso provocou a ruptura da APU.

Mas, no caso indesejável de eleições antecipadas, o PCP manterá certamente com outra sigla a tradição unitária da APU (ou seja de uma coligação do PCP com outros democratas, incluindo milhares de independentes), manterá a sua tradição de trabalho, honestidade e competência nas autarquias, prosseguirá a tradição do Povo Unido que é também a tradição do PCP na luta para a construção primeiro e a defesa depois de Portugal de Abril e das suas conquistas.

Entretanto a realização de eleições antecipadas seria ceder à chantagem da reacção.

Não são necessárias eleições antecipadas para encontrar uma solução para a crise decorrente da demissão do Governo Cavaco Silva. É perfeitamente possível no quadro da actual Assembleia da República constituir um governo apoiado numa folgada maioria.

É com esse objectivo que actua o PCP.

Os interesses da democracia exigem que no mesmo sentido actuem os outros partidos democráticos.

A questão da participação do PCP no governo

Quando propomos a formação de um governo na base da maioria dos 140 deputados (dos quais 34 comunistas) dos partidos democráticos na Assembleia da República que composição partidária de um tal governo defendemos?

Continuamos a considerar que a participação do PCP no governo é necessária ao povo português, a Portugal, ao regime democrático. Continuamos a considerar que o PCP está em condições de dar no governo uma contribuição decisiva para a solução de muitos dos mais graves problemas que afectam a vida nacional.

Há entretanto que examinar esta questão à luz da realidade.

E a realidade, no momento actual, é que existem dificuldades dificilmente ultrapassáveis para que a participação do PCP no governo se concretize na actual crise política.

Quais são essas dificuldades?

Uma é a do curto tempo disponível para a saída da crise política gerada pela queda do Governo. Não seria praticamente possível nesse prazo realizar o diálogo, o debate e o trabalho indispensáveis para a elaboração e aprovação de um programa ou plataforma comum dos partidos democráticos, de forma a que o PCP se dispusesse a participar no governo assumindo responsabilidade solidária na sua actuação.

Outra dificuldade são os preconceitos anticomunistas que continuam a manifestar-se nos outros partidos democráticos que já tiveram a preocupação de declarar que, no seu entender, o PCP não deverá fazer parte de uma alternativa governativa. Tais preconceitos umas vezes provêm de convicções, outras vezes não correspondem a uma apreciação real acerca do PCP, mas a um receio primário das «conotações» lançadas pela propaganda reaccionária sempre que alguma força democrática defende objectivos (mesmo muito limitados) coincidentes com os objectivos defendidos pelo PCP.

Embora não tendo em vista a situação actual, pode perguntar-se se esta indesejável situação se irá eternizar.

A tal questão respondemos: depende do povo português. Se todos aqueles que tomam consciência da necessidade da participação do PCP no governo apoiarem cada vez mais activamente o PCP na luta que trava todos os dias, reforçarem o PCP, votarem no PCP aumentando o número dos seus deputados, (não será para o próximo governo, mas poderá ser para outro que virá) a participação do PCP no governo acabará por concretizar-se e então poderá ser assegurada a resolução dos numerosos problemas que afligem o povo e o País.

Esta perspectiva futura não nos deve porém distrair da situação presente, da situação de crise política actual, destes dias e semanas próximas em que se decidirá da formação de um novo governo.

E nesta situação, já o dissemos e dizemos claramente: o PCP está disposto a viabilizar um governo sem participação comunista.

Composição partidária do governo democrático a propor

Esta atitude do PCP constitui um elemento essencial para avaliar da

perspectiva da formação do novo governo que se seguirá ao Governo Cavaco Silva agora demitido.

E é essencial porque sem os votos dos 34 deputados do Grupo Parlamentar do PCP não existe uma maioria democrática na Assembleia da República, e isso significa que sem o PCP não pode ser viabilizado na Assembleia da República um governo democrático para substituir o Governo PSD de Cavaco Silva.

Depende sem dúvida do PCP que seja viável a formação de um governo na base da maioria democrática existente na Assembleia da República.

Temos porém consciência de que na situação actualmente existente se puséssemos como condição para viabilizar um novo governo a participação de ministros do PCP, inviabilizaríamos de facto a formação de qualquer governo de alternativa ao do PSD que acaba de ser demitido.

Por isso declaramo-nos dispostos a viabilizar a formação de um governo sem participação comunista.

Naturalmente sem passar cheques em branco a ninguém.

Por isso, também nas vésperas da votação da moção de censura, a Comissão Política do nosso Partido — ao declarar «a disponibilidade para viabilizar a formação de um governo democrático sem participação comunista», acrescentava que tal atitude só poderia ser tomada «mediante acordos ou garantias de que o novo governo porá termo à política de direita contra os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, contra a democracia e as suas conquistas, e realizará uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa».

E qual a composição política de um tal governo?

A nossa posição é inteiramente clara.

O nosso Partido, ao mesmo tempo que lembra a sua já antiga proposta de formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, ou seja, de um governo sem composição partidária explicitada, declara que está pronto a examinar e a considerar a viabilização de um governo do PS sozinho, ou do PRD sozinho, ou de uma coligação PS/PRD.

É uma oportunidade única que as forças democráticas no seu conjunto não têm o direito de perder.

Na acção política, visando a solução para a actual crise, não esqueçamos que, nos termos constitucionais o Presidente da República será chamado a desempenhar importante papel. De facto cabe ao Presidente da República nomear o novo primeiro-ministro, depois de ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia da República. E, ouvidos os partidos e o Conselho de Estado, tem a faculdade de dissolver a Assembleia da República e provocar portanto eleições antecipadas.

A reacção já começou a operação de chantagem sobre o Presidente. Cavaco proclamou que não teria legitimidade a formação de qualquer outro governo que não fosse do PSD antes de eleições antecipadas. Outro dirigente do PSD foi ao ponto de afirmar que se o Presidente da República «tentasse encontrar soluções no actual quadro parlamentar, violaria a consciência dos portugueses», sem explicar entretanto por que considera que a «consciência» dos portugueses é representada pelos 88 deputados minoritários do PSD e não o é pelos 140 deputados maioritários dos partidos democráticos.

Esta operação de chantagem irá sem dúvida desenvolver-se nos dias próximos.

Pela nossa parte, nos termos da Constituição, teremos ocasião de expressar ao Presidente da República a opinião do nosso Partido sobre a solução da crise.

E entretanto continuaremos a luta política pela formação de um governo democrático. E apelamos aos trabalhadores, aos agricultores, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, a todos os democratas e patriotas para que a continuem também.

Depois de muitos anos de luta, atingiu-se finalmente uma conjuntura em que é perfeitamente possível pôr fim à política de direita e formar um governo democrático.

Depende fundamentalmente dos partidos democráticos que esta proposta se concretize. Pela nossa parte, com os trabalhadores, com as massas populares, procurando o diálogo e a convergência democrática, não pouparemos esforços para que finalmente, com a formação de um governo democrático, Portugal retome o caminho de liberdade, democracia, progresso social, paz e independência nacional aberto pela revolução de Abril.

PCP

política, deteve-se na importância do reforço e alargamento do Partido para a concretização de uma alternativa democrática. E aqui teve oportunidade de abordar a problemática da religião. Definindo o PCP como um partido da tolerância, Álvaro Cunhal afirmou que, «em relação às convicções religiosas, não é pergunta que façamos aos nossos militantes. Respeitamos os direitos da Igreja, respeitamos a crença dos portugueses, respeitamos a prática do culto e respeitamo-la para os portugueses em geral e até para os militantes do nosso Partido».

Católicos no Partido

Referindo-se a afirmações de um jornal de Lamego segundo as quais seria uma falsidade a existência de católicos dentro do Partido, Álvaro Cunhal afirmou, «nós sabemos que há muitos camaradas nossos que são católicos, que continuam a ser católicos. O Partido não lhes põe nenhum obstáculo, não é nenhum problema para nós, desde o momento em que estejam de acordo em defender os interesses dos trabalhadores, em defender a Revolução de Abril e as suas conquistas». O secretário-geral do PCP deu o exemplo de uma aldeia na Serra da Estrela em que, num comício, o «camarada que estava a dirigir a sessão afirmou, "estão aqui muitos de vós que querem ir à missa, a missa é às 11 horas, nós vamos fazer o possível para que a essa hora o comício já esteja terminado e vocês possam ir à missa". Passado um bocadinho, ele veio dizer o seguinte, "passou aqui o senhor sacerdote que veio dizer que adia a missa para um bocadinho mais tarde para que todos possam participar nela. Este é um bom exemplo em como há muitos católicos e até sacerdotes que já compreendem bem que na verdade ser comunista e ser cristão, ser católico não é uma contradição na sociedade portuguesa».

Para uma solução democrática, para uma viragem democrática na política nacional, condição fundamental é o reforço e crescimento do Partido. Isso referiu o camarada Álvaro Cunhal, quer em Lamego onde realçou o esforço dos camaradas na organização local no sentido de rapidamente arranjar um novo Centro de Trabalho do Partido, quer em S. Pedro do Sul, onde anotou a informação dos camaradas sobre o andamento do trabalho naquela localidade.

No final da Assembleia Concelhia de que em nota à parte damos notícia, o secretário-geral do PCP, já numa sessão aberta à população proferiu uma intervenção em que de novo reflectiu sobre os vários aspectos da situação política.



Festa, convívio, preparação de tarefas e definição de orientações para o trabalho político e organizativo, diálogo e debate com o secretário-geral do PCP, cravos de Abril numa iniciativa do PCP neste mês de Abril de 1987 — uma jornada intensa vivida no último fim-de-semana



O Partido nos distritos de Coimbra e Viseu

Responsabilidade e dinamismo

• **À margem de uma reportagem**

Os distritos por onde passou o camarada Álvaro Cunhal no último fim-de-semana (Coimbra e Viseu) são bons exemplos do empenhamento dos militantes comunistas e das organizações no reforço do Partido, na sua crescente ligação ao povo, no estudo e análise dos problemas sociais e económicos das regiões e na divulgação de propostas concretas para o desenvolvimento e o progresso. Tudo isto num quadro de responsabilidade e dinamismo, capaz de ultrapassar as dificuldades ainda impostas em zonas que a direita domina. Responsabilidade e dinamismo que tanto se manifestam quando se debatem publicamente as consequências da CEE para a vida de uma terra e de uma população, como quando se inaugura um novo Centro de Trabalho ou ainda quando se traçam linhas de rumo numa Assembleia Concelhia.

Coimbra, o distrito e a CEE — o PCP na vanguarda do esclarecimento

Um significativo contributo foi dado recentemente pelos comunistas para que a opinião pública do distrito de Coimbra ficasse mais informada sobre as consequências da adesão de Portugal à CEE. A iniciativa coube à Comissão Distrital do PCP e contou com o patrocínio do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu. Assim, durante três fins-de-semana de Março decorreu em sete concelhos deste distrito (Soure, Cantanhede, Condeixa, Montemor, Mira, Figueira e Coimbra) um ciclo de debates em que, para além dos temas gerais, foram abordadas no concreto as consequências ao nível das pescas e da agricultura.

Barros Moura e Joaquim Miranda, deputados do Parlamento Europeu; Carlos Carvalhas, deputado, membro do Conselho da Europa e do Comité Central do PCP; Rogério Brito e João Abrantes, deputados, Vasco Paiva, membro do CC, outros dirigentes distritais do Partido e técnicos de várias áreas, estiveram presentes nesses debates, que, no conjunto, reuniram mais de meio milhão de participantes.

Como foi assinalado nessas iniciativas, a entrada de Portugal no Mercado Comum não corresponde aos interesses nacionais e, no plano regional, podem apontar-se desde já algumas conclusões sin-

tefizadas. Assim, para as pescas só um projecto foi aprovado; na agro-indústria, em 5 projectos aprovados, 4 são de industriais privados; para o apoio directo aos agricultores do distrito não há nada aprovado; o plano de reconversão das explorações leiteiras visa eliminar 80 por cento dos produtores; no sector das vinhas foram reprovados todos os projectos de desenvolvimento; no plano olivícola (PIDAC) propõe-se o arranque de oliveiras em 13 dos 17 concelhos do distrito; quanto ao FEDER, nenhuma autarquia recebeu até agora um centavo que fosse...

Como assinala a Comissão Distrital do PCP em contacto com o «Avante!», aproveitando a deslocação da nossa reportagem a Coimbra e ao distrito de Viseu, para assistir às iniciativas com o camarada Álvaro Cunhal, os debates efectuados no passado mês de Março «foram boas iniciativas, com vivos debates e esclarecimentos, onde, além de ficarem claras as posições do partido, foi também evidente que no distrito de Coimbra o PCP é a única força política que verdadeiramente conhece (e divulga) as consequências da adesão para esta região do País».

Lamego: prosseguir a campanha

Coupons, listas, convívios, festas, numa palavra — iniciativas e empenhamento dos militantes são condições essenciais para

que a campanha dos 3 mil contos continue a avançar, para o pagamento dos encargos assumidos pelo Partido com o novo Centro de Trabalho em Lamego, que foi visitado no último domingo pelos camaradas Álvaro Cunhal, Jal-

2.ª Assembleia dos comunistas de S. Pedro do Sul.

Apresentado ao debate pela Comissão Concelhia cessante, o documento manifesta mais adiante que «existem condições para ultrapassarmos até Dezembro



Participação e interesse, duas constantes em Coimbra

me Serra, membro da Comissão Política, e Carlos Fraião, suplente do CC.

Depois da jornada festiva de domingo outras acções de envergadura serão brevemente concretizadas. Pensa-se num espectáculo, numa matança de porco e em convívios populares nas freguesias de Avôes e Ucanha.

Desde o início da campanha têm-se registado numerosas manifestações de ajuda e solidariedade para com a organização do partido.

S. Pedro do Sul: militantes em todas as freguesias

«Embora a implantação do partido seja ainda débil, queremos transmitir um dado novo e positivo: neste concelho o PCP tem hoje militantes em todas as freguesias, situação bastante diferente da existente em 1984 (data da 1.ª Assembleia), o que consideramos um passo muito importante e que abre perspectivas para um trabalho melhor e mais profundo em todo o concelho», sublinha o relatório de actividade aprovado no último domingo na

2.ª Assembleia dos comunistas de S. Pedro do Sul.

Apresentado ao debate pela Comissão Concelhia cessante, o documento manifesta mais adiante que «existem condições para ultrapassarmos até Dezembro

deste ano a barreira dos 200 militantes».

Foi, assim, num tom de optimismo e de confiança no futuro que decorreu a 2.ª Assembleia daquela Organização Concelhia no distrito de Viseu. Como lembrou na intervenção de encerramento o camarada Fernando Rodrigues, membro da DORBL, do secretariado da Comissão Distrital e suplente do CC, foi conseguida no concelho desde 1984 uma centena de recrutamentos e mesmo durante os trabalhos da Assembleia, realizada no salão dos Bombeiros Voluntários de S. Pedro do Sul, aderiram ao partido quatro novos militantes.

Constituída por 21 elementos (5 mulheres), com uma média etária de 34,8 anos, a nova Comissão Concelhia, eleita por unanimidade e aclamação, tem agora pela frente uma importante responsabilidade na direcção do partido, na dinamização da luta democrática e no desenvolvimento do esforço que já em 1985 e 86 registou aspectos muito positivos, abrindo novas perspectivas ao trabalho político.

Como assinala o relatório aprovado, que sintetiza o evoluir da situação desde a 1.ª Assembleia (10 de Novembro de 1984), «em correspondência com o melhoramento do trabalho do Partido nas

freguesias, com a maior atenção ao desenvolvimento de algumas frentes de trabalho e com o crescimento da consciência social e política das populações, desenvolveram-se em 1985/86 algumas lutas, das quais destacamos: abaixo-assinados e delegações enviadas a autoridades pelos produtores de gado contra o encerramento do matadouro; comunicados, reuniões, abaixo-assinados e concentrações dos produtores de vinho americano contra a ameaça de arranque da vinha; organização de abaixo-assinados, idas à Câmara e outras formas de luta, pelas populações de diversos lugares em defesa de melhores caminhos, escolas com melhor aquecimento, distribuição de água, recolha de lixo, sinalização de estradas, etc.».

Além de Fernando Rodrigues, constituíram a Mesa da Assembleia, que decorreu com o lema «desenvolver a luta popular, reforçar o partido para a alternativa democrática», os camaradas Luís Seródio, Jaime Graheiro, José Gastão Vieira, Maria da Conceição Almeida e Henrique Pinto. Várias intervenções, nomeadamente sobre o trabalho nas freguesias, mereceram a atenção especial da Assembleia, que aprovou um programa de acção que, integrado na campanha nacional de reforço organizativo, aponta as seguintes cinco tarefas centrais:

1.º — Recrutar 15 novos camaradas, tarefa esta já concluída.

2.º — Reforçar através do acompanhamento regular o funcionamento das seguintes Comissões de Freguesia: Sul, Vila Maior, Pinho, Balões e Carvalhais.

Isto só será possível através da responsabilização individual de camaradas por estas tarefas.

3.º — Formar 3 novas Comissões de Freguesia: S. Cruz da Trapa, Várzea e Serrazes.

4.º — Formar a Comissão para o Trabalho Camponês no Concelho.

5.º — Formar um organismo de coordenação com os camaradas da construção civil.

PCP

Distrito do Porto PCP toma posição

Sobre a situação do ensino na Póvoa do Varzim, a albufeira do Tâmega e os problemas do Hospital de Amarante e a negociata contra a Petrogal/EP em Leça da Palmeira

«Em todo o concelho há estabelecimentos oficiais de educação pré-escolar em apenas 4 das 11 freguesias, e na freguesia urbana (com mais de 30 mil habitantes) há apenas um jardim de infância oficial, na Casa dos Pescadores, com uma lotação máxima de 25 crianças». Esta situação e estes números, divulgados no debate aberto sobre o ensino, realizado na Póvoa do Varzim, durante a manhã do passado domingo, são um exemplo das dificuldades com que se debatem, afinal, todos os sectores de ensino naquele concelho do distrito do Porto.

Problemas nas instalações, como é o caso da Escola de Amorim, cujo edifício se encontra degradado, sem condições mínimas, flageladas por uma humidade terrível, telhado furado, instalação eléctrica em risco permanente de curto-circuito; ou como acontece na Escola Secundária de Eça de Queiroz, onde até numa exigua cave decorrem aulas.

Problemas com a superlotação e a falta de pessoal, o que obriga ao fecho de sectores das escolas (na Secundária de Eça de Queiroz os alunos dos cursos nocturnos têm bar e biblioteca sempre fechados). Problemas como a falta de apoio na formação e reciclagem de professores, com a insuficiente atenção e apoio material aos alunos deficientes; problemas sociais que não têm acompanhamento devido na escola e que o encontro pomenorizou.

O insucesso escolar (no ano lectivo transacto, dos 416 alunos inscritos no 7.º ano de escolaridade, na Escola Rocha Peixoto, reprovaram 193, ou seja, 46%) foi, justamente, dos temas mais debatidos. «Combate-lo ultrapassa as fronteiras da própria escola, é antes tarefa de todos os cidadãos interessados num objectivo comum — uma sociedade onde as crianças sejam felizes e respeitadas» — foi uma das conclusões da discussão, uma linha de análise comum aos vários intervenientes.

Esta importante iniciativa da Comissão Concelhia da Póvoa contou com a participação do camarada António Osório, deputado na AR, que encerrou os trabalhos referindo-se, entre outros aspectos, à Lei de Bases do Sistema Educativo, que o Governo tem procurado adulterar e que é necessário pôr integralmente em prática.

**

Com o fim das obras da Barragem do Torão e o enchimento da Albufeira do Tâmega a cidade de Amarante corre o risco de ver desaparecer a maravilhosa paisagem das margens do Rio Tâmega. O PCP, que já tomou posição sobre este problema através de comunicado da Comissão Concelhia de Amarante, promoveu, recentemente, uma visita às obras em curso na barragem, com a participação de António Mota, deputado, e Mário Costa, do Executivo da DORP.

Recebidos por dois técnicos da EDP, foram informados de que é já em Novembro deste ano que começará a encher a Albufeira e em Maio de 1988 iniciar-se-á a produção de energia.

Apresentada como um projecto que iria favorecer a região, não foram tomadas, a devido tempo, as medidas necessárias para salvaguardar os interesses locais. E as dificuldades actualmente existentes de se chegar a soluções consensuais que compensem ou minimizem os prejuízos que advirão para as populações ribeirinhas, em particular, com o alargamento de logradouros públicos, são a consequência da irresponsabilidade com que a questão foi tratada pelos sucessivos governos e pelos municípios do Vale do Tâmega envolvidos. Neste momento, apenas o não aproveitamento integral da barragem, ou seja, um menor enchimento da albufeira com a consequente menor produção de energia, permitirá que não seja totalmente destruído o meio ambiente.

A urgência de uma campanha de informação pública sobre os efeitos da construção da barragem na região é uma das conclusões do contacto efectuado, uma exigência da gravidade da situação criada. A Comissão Concelhia de Amarante irá, brevemente, promover um debate sobre o assunto no sentido de, auscultando as populações interessadas, encontrar as justas soluções para o problema.

**

A exiguidade das instalações, as condições inadequadas em que funciona o serviço de urgência, a necessidade de ampliar as instalações e alargar o quadro de pessoal foram algumas das questões de que se inteirou, na passada semana, durante uma visita ao Hospital Distrital

de Amarante, o camarada António Osório, deputado à Assembleia da República. Acompanhado por outros camaradas da DORP e da Comissão Concelhia de Amarante, ouviu do Presidente da Comissão Instaladora do Hospital circunstanciada exposição sobre as condições de funcionamento, carências e aspirações daquela unidade de Saúde. Foi particularmente sublinhada a necessidade de que sejam equipados uma nova área de consulta e um laboratório, já construídos, o que melhoraria significativamente a sua capacidade de resposta e que, a par com o alargamento do quadro, permitiria o seu funcionamento efectivo como hospital distrital, em correspondência com a sua classificação oficial.

**

«A instalar-se a Mobil em Leça da Palmeira, irá aproveitar-se de infraestruturas que são património de uma empresa nacionalizada, a Petrogal, pelo que tudo leva a crer que se tratará de mais uma negociata a favor de uma multinacional à custa dos dinheiros públicos.» Esta e outras preocupações estiveram na base da realização de uma iniciativa promovida pela Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP em que, com moradores e autarcas do concelho, analisou a viabilidade deste projecto, com complicações gravíssimas de carácter económico, técnico, ecológico e de segurança. O documento aprovado no Encontro com a população de Leça da Palmeira, realizado no sábado, na Escola Preparatória de Leça, apela aos membros da Câmara e da Assembleia Municipal, aos autarcas de Matosinhos e Leça da Palmeira, para a necessidade de ponderarem devidamente e tudo fazerem para impedir a aprovação deste projecto, sobre o qual terão de deliberar brevemente, que prevê a instalação pela Mobil de tanques de armazenagem e condutas de produtos petrolíferos, naquela freguesia do concelho de Matosinhos.

No plano económico foi referido durante o Encontro, como consequência da liberalização do mercado imposta pela CEE, que a Petrogal vai ver as suas dificuldades aumentadas, tendo em conta que as várias empresas multinacionais ligadas à indústria petrolífera passarão a operar livremente em concorrência com aquela empresa pública. Oriundas de países altamente industrializados, com enormes consumos de fuel e grandes excedentes já refinados, o que vai diminuir drasticamente a capacidade de refinação da Petrogal. A pretensão da Mobil de instalar-se em Leça da Palmeira, devido à proximidade do Porto de Leixões é um falso argumento. De facto, o que se pretende é evitar um investimento na construção de condutas no nosso país, aproveitando estruturas já instaladas e que não lhe pertencem.

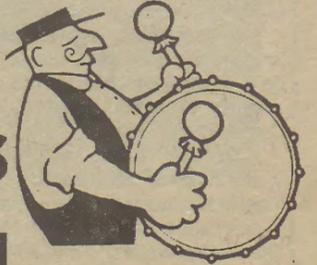
Um outro conjunto de consequências foi largamente debatido e surge nas conclusões do debate. Tem a ver com a segurança das populações e as implicações de carácter ecológico. «É que refere o documento aprovado», a instalação de uma esfera de 2000 m³ de propano mesmo ao lado de uma zona habitacional, a instalação de tanques de armazenagem sem tectos flutuantes, a instalação de reservatórios para encher garrafas de gás, cujo conteúdo sofre constantes variações de nível, colocam vários tipos de problemas de segurança, agravados pelo facto de tanto Real como Sardoal ficarem ambas muito próximo de outros tanques de armazenagem, o que poderá, em caso de desastre, destruir completamente Leça da Palmeira ou Matosinhos.

As posições desenhadas pela maioria PS/PSD na Câmara de Matosinhos, que pretendem como «contrapartida» que a Mobil resolva o problema dos moradores das barracas da Circunvalação, em Matosinhos, foram igualmente denunciadas no Encontro. A Câmara não pode, pondo moradores contra moradores, a pretexto de resolver um problema habitacional que é indiscutível, criar um problema ainda maior, e envolvendo maior número de famílias, numa freguesia vizinha. Ficou clara no Encontro a «solidariedade com a população de Matosinhos, e em especial com os moradores das «barracas da Mobil», e a convicção de que as instalações não devem ser viabilizadas nem em Real nem no Sardoal.

Foi ainda feito apelo à população do concelho para que tome posição nas sessões públicas dos órgãos autárquicos, na Câmara e Assembleia Municipal, nas Juntas e Assembleias de Freguesia, «na certeza de que só a luta organizada das populações poderá impedir a aprovação de tão nefasto e perigoso projecto».



Já está constituído o Clube dos Amigos da Festa da Alegria



A visita ao espaço tradicional da Festa, este ano ampliado com a grande nave do Parque Municipal de Exposições, o almoço-convívio na Junta de Freguesia de São Paio de Merelim, nos arredores da cidade de Braga, e a constituição do Clube dos Amigos da Festa da Alegria foram os pontos salientes de uma bela jornada de convívio participada por uma centena de amigos no último sábado.

Durante o almoço-convívio foi aprovada a declaração da constituição do Clube dos Amigos da Festa da Alegria, definido como «a associação dos amigos da festa que reconhecem esta grande realização promovida pelo PCP

como um importante espaço democrático de cultura, de convívio, de festa e de debate, que importa preservar, continuar e fortalecer». Como objectivo fundamental do clube foi apontado «apoiar, promover e divulgar a Festa da Alegria».

Foi decidido que «podem ser associados do Clube todos os amigos da Festa da Alegria, para quem a alegria e a confiança no futuro são valores a praticar».

A declaração de constituição do clube decidiu ainda que a sua Assembleia-Geral tem uma sessão anual ordinária durante a própria Festa e ainda que deixa de ser

sócio quem faltar à participação na Festa da Alegria.

Finalmente, foi eleito o conselho directivo do clube, integrando camaradas de diferentes zonas do País. Assim, do Porto — Carlos Ferreira, José Ramos e António Castro; de Braga — Arlindo Fagundes, Luís Fernandes, Vasco Coutinho e António Rodrigues; de Viana do Castelo — João Duarte; de Trás-os-Montes — José António Cardoso; de Santarém — Miguel João; de Portalegre — António Braga; e ainda Ângelo Veloso e António Lopes, da direcção do partido, para além do camarada e amigo da festa, desde a primeira hora, Lino Lima.

Comunistas de Serpa preparam 2.ª Assembleia

A realização das Assembleias dos comunistas das células da Câmara Municipal e da UCP «Esquerda Vencerá» e a formação dos organismos junto da Comissão Concelhia para o trabalho sindical e para o trabalho da cultura física e do desporto e ainda a formação das células da Fundação Viscondes de Messangil e da Panificação Mourense (Pias) contam-se entre os objectivos da organização concelhia

do PCP em Serpa, no distrito alentejano de Beja.

Numa reunião de quadros realizada recentemente no Centro de Trabalho com a participação de 60 camaradas, aqueles e outros objectivos prioritários foram abordados, no âmbito da campanha de reforço organizativo em curso a nível nacional até ao próximo mês de Junho.

Iniciar a preparação da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia é outra tarefa apontada, ao mesmo tempo que se chama a atenção para as questões relacionadas com o acompanhamento e a formação de quadros. «É necessário», diz a resolução aprovada no plenário de quadros a que já aludimos, «que todas as organizações se preocupem, discutam e respondam com oportunidade aos problemas e aspirações dos trabalhadores e moradores» do concelho.

Assembleia em Castelo Branco

O balanço do trabalho do Partido no concelho, em particular desde a última Assembleia, e a eleição da nova Comissão Concelhia, foram pontos salientes no decurso dos trabalhos da 3.ª Assembleia da Organização dos comunistas de Castelo Branco. A iniciativa decorreu recentemente e contou com a participação de 42 delegados.

A actual situação política, os

problemas sociais como o desemprego, o trabalho precário e os salários em atraso, que atingem muitas famílias do concelho de Castelo Branco, e as questões relacionadas com o fortalecimento do partido, num momento em que as organizações estão empenhadas numa campanha de reforço organizativo a nível nacional, foram temas abordados pelo camarada José Soeiro, membro da

Comissão Política do Comité Central, na parte final.

«Com o PCP, defesa da democracia, dos trabalhadores e do desenvolvimento do concelho» foi o lema que presidiu aos trabalhos da Assembleia, a que nos referimos com mais pormenores (especialmente sobre as decisões e orientações aí definidas) numa das nossas próximas edições.

Campanha do Vitória

4961 515\$00, ou seja, 16,54% da meta geral de 30 mil contos, é quanto regista a informação do passado dia 3 relativa à campanha distrital de fundos para as obras do Centro Vitória.

Várias organizações já alcançaram percentagens significativas das respectivas metas, como su-

cede desde já, em primeiro lugar, com o núcleo do próprio Vitória (78,2%) e, entre outros, com a Amadora (38,3) com os bancários (29,7), a SIP/DORL (28,7), Cascais (24,9), Função Pública (22,6), Seguros (20,1) intelectuais (18,1) ou o sector sindical (16,9). A meta conjunta das organizações dos concelhos do Norte

do distrito já ultrapassou os 31 por cento.

Recorde-se que no último fim-de-semana decorreu a anunciada excursão distrital à zona da Reforma Agrária, jornada de solidariedade e convívio integrada na campanha e que mobilizou centenas de camaradas e amigos.

PCP

Montijo

4.ª Assembleia a 10 de Maio

Entre os objectivos e iniciativas a realizar até Junho, portanto no âmbito da campanha de reforço organizativo em curso, os comunistas do Montijo já marcaram para 10 de Maio a sua 4.ª Assembleia da Organização Concelhia. Os trabalhos terão lugar no pavilhão da Montia.

Nas circulares que dirige aos militantes comunistas do Montijo, o executivo da actual Concelhia refere a dado passo:

«A Assembleia, como sabes, é um marco importante na vida de uma organização: para além de se fazer a análise ao trabalho realizado e de se apontarem orientações e objectivos, eleger-se o organismo dirigente do Partido no âmbito dessa organização, no caso concreto a Comissão Concelhia.

«Mas não menos importante será a preparação da Assembleia e o envolvimento de todos os militantes da organização concelhia do Montijo do nosso Partido — em suma, a todos e cada um de nós — é o contributo na preparação da 4.ª Assembleia, particularmente no debate preparatório e eleição dos delegados, para os quais em breve será marcada uma reunião do teu organismo.

«O êxito da 4.ª Assembleia será determinante para o êxito da campanha organizativa no concelho e o futuro do nosso trabalho, que se traduzirá, estamos certos, numa maior ligação do Partido às massas.»



Num concelho de Abril, reforçar o Partido, construir a alternativa — foi o lema que presidiu aos trabalhos da recente 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira

Vila Franca de Xira

Aumentar o papel dirigente dos diversos organismos, através de um melhor conhecimento das organizações, das suas características e do meio onde actuam, e procurar uma constante adaptação da estrutura às novas realidades, é orientação saída da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia dos comunistas de Vila Franca de Xira, realizada no passado dia 29 em Alhandra.

Na parte em que refere algumas direcções fundamentais para o trabalho de direcção, estruturação e estilo de acção, o documento aprovado na Assembleia aponta algumas prioridades:

- Promover uma discussão profunda sobre as medidas a tomar para o funcionamento dos Organismos de Direcção de Zona (ODZ).
- Melhorar a composição dos Organismos de direcção, com uma maior participação de operários, jovens e mulheres.
- Realizar regularmente Assembleias electivas e de prestação de contas, reforçando a democracia interna do Partido.
- Reforçar o trabalho colectivo a todos os níveis, incentivando uma maior participação dos militantes na definição dos objectivos e dos meios para os alcançar.
- Aumentar a influência do Partido, com o reforço da ligação aos trabalhadores e às populações, intervindo de forma mais activa na luta pelos direitos e anseios.
- Incentivar a valorização dos êxitos do trabalho no Partido no Concelho e no País, mantendo um estímulo à crítica e autocritica das debilidades existentes, combatendo tendências negativas e criticistas, em muitos casos, derivadas de uma posição mobilista perante as dificuldades.
- Procurar uma cada vez maior coerência entre as palavras e os actos, contrariando os que se autojustificam-se aproveitando-se das circunstâncias.
- Aprovar planos de acção anualmente, calendarizando as discussões de frentes de trabalho e iniciativas, e realizando o seu controlo de forma regular.
- Manter e aumentar a resposta às diversas tarefas, organizando e programando métodos de trabalho, para que as reuniões não sejam totalmente absorvidas por elas.
- Criar e reforçar o funcionamento de Comissões específicas, regularizando as reuniões a nível do concelho.

Leiria

Vontade de alterar a situação

Reunida recentemente, a Direcção Regional do PCP de Leiria (DORLEI) chama a atenção da opinião pública e das entidades oficiais para os graves problemas causados no distrito pelo desemprego (25% da população activa está desempregada sendo a maioria mulheres), os salários em atraso, a superexploração do trabalho infantil e feminino, o pagamento de salários muito abaixo da Lei, o aumento das diferenças salariais entre homens e mulheres, entre outros muitos problemas no campo laboral. Por outro lado, os agricultores, a par dos problemas já conhecidos, deparam-se com novas dificuldades, no que se refere aos preços do leite e liquidação da exploração leiteira, da carne, e as indemnizações devidas

pelo abate provocado pela peste suína africana.

Assiste-se a uma degradação crescente das condições de vida (Educação, Saúde, Segurança Social e no Trabalho, Protecção à Infância e à 3.ª Idade) — alerta a DORLEI, que acrescenta:

Em face desta situação e do consequente descontentamento popular que provoca, têm-se desenvolvido por todo o distrito importantes lutas, a maioria das quais integrando a luta mais geral do Povo português e firme vontade de alterar esta situação, com a abertura a novos e vastos sectores que demonstram um alargamento e unidade cada vez maior nessa luta.

Beja

Plenário distrital

A situação política e as tarefas que se colocam ao Partido no momento actual constituem o único tema da ordem de trabalho do plenário distrital de quadros de Beja, marcado para o próximo dia 12 (domingo).

Inserindo-se no plano de actividades traçado para este ano de 1987 e na campanha de reforço organizativo em curso no País até Junho, este plenário é promovido pela Comissão Distrital do PCP e contará com a participação do camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Plenário da DORL

Com a participação de mais de 200 militantes, decorreu há dias um plenário de quadros de direcção promovido pela DORL do PCP para análise da situação política decorrente da apresentação na Assembleia da República da moção de censura que acabaria por derrubar o Governo minoritário de Cavaco Silva.

À semelhança do que tem acontecido um pouco por todo o

País nas múltiplas iniciativas públicas e internas das organizações do Partido, o plenário da Direcção da Organização Regional de Lisboa «apela à participação dos trabalhadores e do povo» e à «acção comum dos sectores democráticos que permita substituir o Governo sem recurso a novas eleições, por um Governo de convergência democrática».



Aspecto da reunião de camaradas com responsabilidades no trabalho de direcção na ORL do PCP

Camarada Falecido

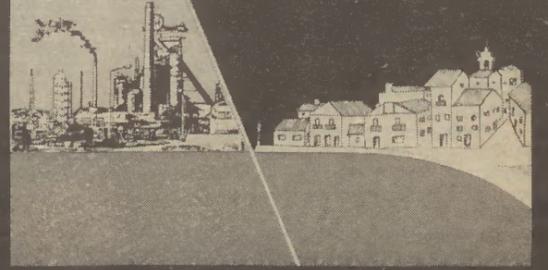
José Joaquim Marques

Informa a Comissão de Freguesia do PCP do Beato, em Lisboa, que faleceu recentemente o nosso camarada José Joaquim Ribeiro Marques, militante do Partido na célula da empresa «Manutenção Militar»/Beato. Aos familiares, amigos e companheiros do comunista desaparecido, o colectivo do Avante! manifesta o seu profundo pesar.

IV ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DO SEIXAL

12 de Abril '87
G. C. CORROIOS

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



FORTALECER O PARTIDO
EM UNIDADE E LUTA
CONSTRUIR A ALTERNATIVA

Fortalecer o Partido, em unidade e luta, construir a alternativa — este o lema da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia do Seixal, a realizar no próximo domingo, após uma fase preparatória de debate, análise de documentação e eleição dos delegados na proporção de um para 10 membros do Partido.

O projecto de relatório da Comissão Concelhia salienta na sua nota introdutória que a Assembleia fará o balanço da actividade da organização concelhia desde a 3.ª Assembleia, traçará as perspectivas e objectivos para o trabalho futuro e elegerá a nova Comissão Concelhia.

O documento está organizado em 15 capítulos: Seixal — concelho de Abril e de tradições democráticas; Seixal — concelho em crescimento demográfico acelerado; concelho urbano/in-

dustrializado e com alto nível médio de produtividade; aumenta o número de alunos, permanecem as carências na rede escolar; o desenvolvimento da luta e as vitórias alcançadas; os trabalhadores, suas organizações, a unidade e a luta; a acção transformadora do Poder Local democrático; a juventude do concelho, a força imensa de Abril; é hoje mais forte o movimento associativo do concelho; a participação activa das mulheres na luta pela emancipação; outros movimentos de opinião e de classe têm vida e actividade no concelho; a política de direita, geradora de males e retrocessos; a política de direita — as suas consequências nas empresas do concelho; urge substituir o Governo minoritário de Cavaco Silva; o PCP é a organização mais forte e influente no concelho.

Cascais

Uma Assembleia diferente...

Onde quer que esteja inserido, o militante comunista deve ter sempre um papel determinante, lembram os camaradas de Cascais, que marcaram para 10 de Maio a 4.ª Assembleia da sua Organização Concelhia, tendo como principal objectivo a discussão da ligação do Partido às massas.

Ao convocar esta Assembleia de carácter extraordinário, a Comissão Concelhia do PCP pretende provocar um amplo debate em toda a organização do Partido neste concelho, constituído por 6 freguesias, sobre o que é, como se faz e a importância que tem a ligação às massas; paralelamente, através da discussão será possível abrir perspectivas e ajudar os organismos do Partido a organizar e dirigir os trabalhadores e as populações na luta pela resolução dos seus problemas específicos; finalmente, a Assembleia poderá definir a curto e a médio prazo objectivos concretos para a organização do Partido no concelho.

Já se iniciaram as reuniões preparatórias, que se irão prolongar até às vésperas da Assembleia, envolvendo o maior número possível de camaradas das células de empresa, organizações de freguesia, células e núcleos locais.

Intitulado «na ligação às massas, a força do PCP», o documento de apoio elaborado pelo plenário da Comissão Concelhia começa por explicar as razões da convocação da Assembleia, apresentando de seguida alguns traços fundamentais da situação quanto a comissões e associações de moradores, colectividades, autarquias, células de empresa, juventude, mulheres, reformados, Pioneiros, PMCs e informação.

A 4.ª Assembleia decorrerá na Sociedade Fraternidade Operária «1.º de Maio», em Tires, estando prevista a participação de cerca de 300 delegados.

Impacto e consequências da adesão à CEE

Debates com o PCP no distrito de Aveiro

Com a presença de Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu, realizou-se no passado fim-de-semana, em Aveiro, um conjunto de três debates promovidos pela Comissão Distrital do PCP sobre o impacto e consequências da adesão à CEE, durante os quais se analisaram algumas das incidências da adesão no distrito, especialmente em dois dos seus importantes sectores de actividade: a produção leiteira e as pescas, temas em foco em dois dos três debates.

O debate sobre a CEE e sector leiteiro decorreu na tarde de sábado na Escola Secundária n.º 2 de Aveiro e nele participaram agricultores, técnicos agrícolas e pecuários, técnicos das cooperativas e técnicos sanitários. Foi activa a sua participação nos trabalhos.

O deputado Joaquim Miranda, na sua intervenção, sublinhou a grande diferença que se verifica no nosso país em contraste com os países da CEE — o Mercado Comum é largamente excedentário em leite e derivados, tal não se verificando em Portugal, daí que seja necessário o aumento da produção nacional para que não se dependa do estrangeiro num sector essencial. O que a CEE pretende é conquistar mais um mercado para escoar os excedentes que produz, salientou o debate.

O deputado do PCP colocou também como necessidade a renegociação do Tratado de Adesão, designadamente quanto ao período de transição para a agricultura e a pecuária já que, sendo o preço de garantia do leite mais elevado em Portugal do que nos outros países da CEE — e mesmo aqui com tendência para bai-

xa — não estão a aproximar-se os respectivos valores e, com a abertura da fronteira à invasão de leite do exterior, a nossa produção corre riscos de ser liquidada.

Considerou ainda ser necessário ter em conta a realidade portuguesa e o peso elevado da pequena exploração familiar (60% da produção de leite) e a importância das cooperativas na recolha, tratamento e comercialização do leite e derivados, concluindo que «querer impor padrões que nos são estranhos privilegiando a grande exploração agro-pecuária

alguns dos problemas que os afligem, como é o caso do encerramento das feiras de gado e a exigência desnecessária das guias de trânsito.

Renegociar o tratado de adesão

Na sessão sobre questões gerais da adesão à CEE realizada no sábado à noite, Joaquim Miranda teve a oportunidade de reafirmar e fundamentar as posições do PCP relativamente à adesão de Portugal, que foi ditada fundamentalmente por razões de ordem política. Feito o balanço do período já decorrido desde a adesão e das consequências que começam a verificar-se, coloca-se cada vez mais a exigência da renegociação do tratado de adesão em muitos aspectos lesivos do interesse nacional.

Produção leiteira, pescas e questões gerais foram abordadas em três debates promovidos pela Comissão Distrital de Aveiro do PCP no último fim-de-semana, com a participação de Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu, que colocou novamente a necessidade de renegociar o tratado de adesão de Portugal à CEE.

e a indústria privada, sem ter em conta a realidade existente, será prejudicial para os agricultores e para o País».

Agricultores presentes neste debate não deixaram de colocar

O deputado do PCP ao Parlamento Europeu sublinhou a incapacidade negocial do derrotado Governo Cavaco Silva, que assume uma postura sistemática de submissão aos interesses de ou-



O sector têxtil é um dos que justifica plenamente o propósito já avançado em conferência de Imprensa pelos comunistas portugueses no Parlamento Europeu de reclamar a negociação das condições de adesão de Portugal à CEE, como sublinhou o colóquio realizado no último sábado em Guimarães. Tratou-se de uma iniciativa da Comissão Distrital de Braga e do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, realizada no Hotel Fundador D. Pedro, com a participação de Barros Moura, deputado no PE, Ilda Figueiredo e José Manuel Mendes, deputados do PCP, Armando Nogueira, do CC e responsável pelos comités têxteis do PCP no distrito de Braga e Henrique de Sousa, do CC e da DORM do Partido. «O sector têxtil e a CEE — que futuro?» foi o lema que presidiu aos trabalhos da oportuna iniciativa

tros países da CEE e que, por isso mesmo, era tido como um «governo bem comportado». Foram citados diversos exemplos, entre os quais a recente decisão de Portugal vir a contribuir com 3 milhões de contos para pagar as despesas com os excedentes alimentares da CEE, acumulados ao longo dos anos em que Portugal não era membro e da responsabilidade exclusiva dos países mais ricos da Comunidade Europeia.

Defesa da pesca artesanal

O debate sobre o sector das

pescas decorreu no domingo à tarde no salão cultural da Câmara e estiveram presentes pescadores, trabalhadores das empresas de pesca e da construção naval. As diversas intervenções manifestaram o acordo com o documento-base do debate e respectivas conclusões, que apontam para a renegociação dos acordos com a CEE, o desenvolvimento da investigação sobre recursos pesqueiros, a necessidade de nova legislação para a pesca na ria de Aveiro, a importância da formação profissional de pescadores, a segurança nas zonas de

pesca e a renovação da frota pesqueira.

Joaquim Miranda anunciou neste debate que os deputados do PCP apresentaram no Parlamento Europeu uma proposta de resolução — a ser discutida proximamente — que visa a criação de um plano específico, dotado de verbas específicas, destinado à defesa da pesca artesanal em Portugal.

Estão previstos novos debates promovidos pela CDA do PCP sobre a incidência da adesão noutros sectores da actividade do distrito de Aveiro.

São João da Madeira

Encontro distrital de quadros do sector do calçado

Apesar do acentuado desenvolvimento que o sector atravessa, a riqueza criada continua a deixar de lado aqueles que a criam — os trabalhadores. Esta uma das conclusões, alicerçada no testemunho e na experiência de dezenas de participantes, retiradas do debate proporcionado pelo encontro de quadros do PCP do sector do calçado do distrito de Aveiro, que decorreu no último sábado, no ciclo preparatório de São João da Madeira. A situação económica e social deste sector e as consequências da adesão à CEE estiveram no centro do interessante debate.

O desenvolvimento actual do ramo do calçado no distrito de Aveiro, como assinalou o encontro, em vez de criar mais postos de trabalho, melhores salários, redução do horário de trabalho e melhores condições de vida, tem resultado na intensificação da exploração, através dos baixos salários que são pagos, na ilegalidade que constitui a discriminação salarial em relação às mulheres, as quais são 46% da mão-de-obra do sector, na situação de trabalho precário em que se encontram 50% dos trabalhadores do sector, na desumana exploração de mão-de-obra infantil que assume já proporções alarmantes, no recurso abusivo a horas extraordinárias, muitas vezes ilegais e pagas fora das condições contratuais, na imposição de ritmos de trabalho

ensombraram as perspectivas de desenvolvimento do sector.

Assim, o mercado nacional passa de uma situação de protecção aduaneira para um regime de mercado livre, aberto à entrada de produtos cujo acesso se encontrava vedado anteriormente. Produtos de qualidade inferior aos nacionais (vários países da CEE e mesmo de países do sudoeste

mercado nacional e nas exportações.

Apresentam-se também dúvidas e apreensões quanto à capacidade que a indústria do calçado terá para reagir à introdução de técnicas avançadas (utilização de computadores, operação de corte por raios laser, recurso à microelectrónica, etc.), movimento a que se está a assistir à escala interna-

cional. de trabalho, com o fim dos ritmos de trabalho intensivos, o recurso às horas extras e ilegais e pagas sem respeito pelo Contrato, o fim das ameaças e da repressão nas empresas, o desenvolvimento de acção de esclarecimento e de mobilização tendentes ao aumento da luta reivindicativa, em consonância com o bom momento que o sector atravessa, para a conquista de um futuro CCTV mais

existentes e o apoio às que vierem a surgir, o aumento do poder criativo ao nível do «design», a diversificação dos modelos e a melhoria na perfeição dos acabamentos, o desenvolvimento de esforços no sentido do progresso tecnológico, seja nos equipamentos, seja nos processos de fabrico, de forma a adquirir melhor capacidade concorrencial nos mercados internacionais.

Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, interveio no encerramento dos trabalhos analisando a presente situação política e referindo as propostas do PCP para a solução da crise actualmente existente.

O Encontro concluiu ainda que o reforço do PCP no sector do calçado é indispensável para a luta pela concretização dos objectivos e medidas apontados para a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e para o desenvolvimento do sector do calçado, bem como se congratulou com o derrube do Governo PSD/Cavaco Silva, apontando a necessidade de ser formado um Governo que venha a ter uma política democrática, com base no actual quadro da Assembleia da República.

Adesão à CEE levanta, também aqui, sérias preocupações

intensivos com produção cronometrada, assim como o trabalho à peça.

Como refere a comissão organizadora da iniciativa, que registou 20 intervenções, relativamente às consequências da adesão à CEE o encontro concluiu que não se verificou qualquer vantagem adicional para a indústria nacional do calçado, pois desde 1976 que o calçado português conquistou espaços significativos nos mercados dos países da CEE. Ao contrário, com a entrada de Portugal na CEE surgiram dúvidas e preocupações novas que

asiático), poderão ser colocados no nosso mercado a preços muito baixos. O sector nacional de calçado perderá competitividade no nosso próprio mercado.

Além disso, dado que a conjuntura do sector em vários países europeus é de crise, há grandes possibilidades de empresários estrangeiros se estabelecerem em Portugal, usufruindo de uma mão-de-obra muito barata e do período de expansão que conhece actualmente o sector no nosso país. Dispondo de tecnologias avançadas, estes empresários podem influir, de modo significativo, no

Em suma, a adesão à CEE constitui um factor preocupante para a sobrevivência e desenvolvimento do sector de calçado no País, e portanto no nosso distrito, onde está instalada 60% da capacidade desta indústria.

O Encontro apontou um conjunto de medidas visando o reforço da unidade e da luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e interesses, entre os quais o incentivo da acção sindical, o combate às diversas formas de trabalho precário, a luta pelo fim das discriminações salariais, a luta pela humanização das relações

favorável e de cadernos reivindicativos nas empresas.

Como medidas para a defesa e desenvolvimento do sector o Encontro indicou a rediscussão dos termos de adesão à CEE no que diz respeito ao sector, acções conducentes à formação profissional, a reorganização das unidades industriais de molde a garantir melhores índices de produtividade, a defesa das pequenas e médias empresas assegurando a sua autonomia e possibilitando-lhes as condições mínimas, para penetração nos mercados, a defesa das empresas cooperativas

Setenave A renovação da frota é um projecto nacional a que o Governo tem que deitar mãos

Numa ocasião de mudança, ou em que a mudança é possível, não se pode deixar de atender a um dos sectores com mais problemas na indústria: a construção naval. Pessoal técnico, quadros, operários, afinal todos os 4800 trabalhadores que ainda emprega a Setenave, escolheram ali uma oportuna para apresentar uma nova proposta de relançar a empresa e defender os postos de trabalho. Dentro do princípio da unidade sempre defendido pelos trabalhadores comunistas que são maioritários nas organizações representativas, a CT e a CIS (Comissão Intersindical) chamam a atenção para «o estado obsoleto a que chegou a frota da marinha mercante», o que inclusivamente põe em causa «a defesa de interesses estratégicos do país». Acentuando a situação muito grave em que se encontra toda a península de Setúbal, onde se situa a Setenave, os trabalhadores apresentam propostas documentadas, concretas; apontam os erros a corrigir e dispõem-se mais uma vez a um esforço patriótico para concretizar «um projecto nacional a que o Governo tem que deitar mãos».

Tanto a comissão de trabalhadores como a intersindical insistem na possibilidade de «estimular o entusiasmo e o empenhamento dos trabalhadores na busca de soluções inovadoras, ao nível do posto de trabalho, que se traduzam em significativos ganhos de produtividade».

Um estaleiro jovem Um desgaste precoce

Documentação das ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) a que o «Avante!» teve acesso assinala a juventude do estaleiro da Mitrena, mas sublinha o contraste com

«as condições adversas de trabalho e de luta» de «uma população de 4800 trabalhadores esforçados, empenhados», embora sujeitos a «um desgaste e envelhecimento precoce».

Melhoria das condições de trabalho, de vida: «Não é possível falar em melhoria da produtividade sem cuidar convenientemente do capital mais precioso — o capital humano», referem as ORT's.

Hoje, explicam, há muitos trabalhadores afectados por doenças profissionais resultantes da prática de um trabalho duro e muitas vezes em más condições. É frequente a falta de segurança no trabalho e a respiração em condições altamente poluídas, a par, algumas vezes, de esforços exagerados, por falta de meios de elevação ou de transporte. Todas estas circunstâncias já contribuíram para que alguns dos melhores camaradas de trabalho tivessem morrido e outros tivessem ficado gravemente limitados na sua capacidade física e intelectual.

Entre uma série de medidas pontuais, as ORT's dizem que «os paliativos» não bastam.

É necessário pôr a funcionar «uma verdadeira medicina ocupacional, que actue preventivamente». Não basta «fazer pensos, dar injeções, ou passar certidões de óbito».

As ORT's apelam aos restantes trabalhadores para que façam valer as suas reivindicações, perante uma «administração e um Governo bem instalados nos seus gabinetes com ar condicionado».

...Porque queremos trabalhar mais e melhor

De uma documentação extensa, pormenorizada, onde sobressai a proposta da CT e CI (ORT's em 26 de Março), reafirma-se a afirmação das organizações representativas, segundo a qual os trabalhadores, porque querem trabalhar mais e melhor, não podem continuar sob a ameaça permanente de perder o posto de trabalho, com salários em atraso, sem as remunerações que consideram justas.

As tabelas salariais, por exemplo, têm já dezasseis meses de aplicação (no papel, pelo menos) e as negociações de revisão ainda não tinham começado em fins de Março.

Os trabalhadores defendem:

- Pagamento imediato dos salários em atraso;

- Abertura de negociações sobre o caderno reivindicativo apresentado em Outubro do ano passado;

- Negociação de um adiantamento por conta, que reduza o prejuízo resultante do atraso nas negociações salariais;

- Zelo pelo fornecimento atempado dos materiais de protecção individual, de acordo, aliás, com as normas em vigor na empresa e outras a discutir com as ORT's;

- Melhoria substancial das condições de trabalho a bordo e nas oficinas;

- Melhoria dos serviços de refeitório, transportes internos e externos, balneários, máquinas e bebidas e sandes, medicina e outros atendimentos.

Não é exigir demasiado para quem se propõe moralizar situações, aproveitar melhor os tempos de trabalho, de acordo com os horários em vigor na empresa, «aumentar a produtividade, de sem que isso signifique a intensificação dos ritmos de trabalho», ajudar uma administração capaz a gerir com capacidade uma empresa que, entre numerosas reformas, não pode passar sem «aumentar e adequar — sublinham as ORT's — a agressividade comercial às condições do mercado, tendo em vista a exploração de novos mercados e a consolidação dos actuais».

Para os trabalhadores e para os seus órgãos eleitos na empresa, a administração da Setenave «perde qualquer capacidade de iniciativa». Tanto ela como o Governo Cavaco seguiram «uma política de terra queimada».

Mas, conscientes de que «não estão sozinhas na luta», os trabalhadores da Setenave,



«Eliminadas as condicionantes políticas — afirmam as ORT's da Setenave — aumentada a agressividade comercial, ocupada a actual capacidade produtiva, normalizado o funcionamento do estaleiro, reforçada nos trabalhadores a confiança no futuro, garantida a participação destes na vida da empresa, estão criadas as condições mínimas para o aproveitamento integral das potencialidades disponíveis», sendo possível obter, no conjunto, «ganhos de produtividade da ordem dos trinta por cento». (Foto: durante uma manifestação em 1977)

que se propõem debater a sua proposta com a administração e com o Governo. Os trabalhadores da Setenave põem na mesa, além de objectivos possíveis de atingir, «uma longa experiência de luta em que o diálogo tem sido privilegiado pelas suas estruturas representativas».

Mas estas não deixam de acentuar também que «não é com processos disciplinares em série que se estimulam os trabalhadores». As ORT's conhecem suficientemente «os resultados negativos para a empresa da política de confrontação iniciada pela administração actual».

É inadmissível ainda, segundo a proposta de 26 de Março, que as próprias hierarquias superiores e intermédias sejam completamente esquecidas pela administração da empresa. Ainda hoje as direcções

Garantem as ORT's da Setenave que a produtividade da empresa pode aumentar 30 por cento, se as «alegadas dificuldades de natureza financeira» e o boicote económico terminarem. Se for reconquistada a confiança dos trabalhadores na estabilidade do emprego e no futuro da empresa, pode-se recuperar a capacidade existente há anos atrás.

não conhecem a proposta de orçamento da empresa para o ano em curso.

Segundo a proposta apresentada pelas ORT's, a administração da Setenave encontra-se isolada «no plano interno e externo». Ainda recentemente, acrescenta o documento das organizações representativas, numa «importante iniciativa como a EXPOMAR, a assistência teve a oportunidade de verificar, nos colóquios sobre a indústria naval, como a Setenave foi mal defendida ao nível da administração».

As ORT's acusam os gestores da Setenave de «demonismo e de incapacidade», e clamam ainda «as jornadas técnicas de Engenharia Naval, em que a administração primou e foi notada pela sua ausência, precisamente no dia em que, perante um auditório tão representativo, se discutiram importantes problemas re-

Ao cuidado da nova política

Os representantes dos 4800 trabalhadores da Setenave manifestam a convicção (e fundamentam-na) de que a empresa — uma das maiores do país, decisiva no desenvolvimento da península de Setúbal — pode ser reestruturada sem aplicação da política do Governo que acaba de ser derrubado na Assembleia da República.

Para os trabalhadores e para os seus órgãos eleitos na empresa, a administração da Setenave «perde qualquer capacidade de iniciativa». Tanto ela como o Governo Cavaco seguiram «uma política de terra queimada».

Mas, conscientes de que «não estão sozinhas na luta», os trabalhadores da Setenave,

através das suas ORT's, afirmam que «partidos políticos da oposição democrática, instituições políticas e religiosas locais e nacionais já mais de uma vez ergueram a sua voz em defesa da Setenave, salientando a importância económica e social da maior empresa do concelho de Setúbal».

É nesse quadro de defesa daquela unidade da indústria naval do sector empresarial do Estado (empresas públicas nacionalizadas e participadas) que, contra o «garrote financeiro», os trabalhadores propõem, «como indispensáveis», as seguintes medidas:

- Aprovação e desbloqueamento nas verbas consignadas

lacionados com o transporte por via marítima bem como a situação dos estaleiros navais portugueses face à integração europeia».

Recorde-se, a este propósito que a Portline continua a comprar navios usados ao estrangeiro, com o apoio implícito do director geral da Marinha do Comércio, isto é, do Governo, que do seu ponto de vista não teria que se intrometer nestes assuntos, que tem levado a Setenave a manter três graneleiros encostados ao cais — problema há anos sem solução, porque, pelos vistos, a Soponata também não se intromete nestas questões, as quais afinal só teriam que ver com destruição dos estaleiros da Mitrena, onde se verifica um passivo acumulado de dezenas de milhões de contos, uma conta de tesouraria em permanente ruptura e um capital social insuliciente desde 1973.

FEPCES está mais forte — confirmou o 3.º Congresso

«As intervenções feitas no Congresso corresponderam inteiramente àquilo que eram as melhores expectativas em termos de qualidade e de diversidade dos temas abordados» — afirmou ao «Avante!» Manuel Guerreiro, coordenador da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios, e Serviços, falando do 3.º Congresso desta estrutura intermédia da CGTP-IN, que decorreu no passado fim-de-semana na Faculdade de Engenharia do Porto.

Os temas mais debatidos foram a adesão à CEE, a introdução de novas tecnologias, a problemática do emprego/desemprego e a necessidade de formação profissional e as questões relativas à negociação colectiva. Mas nas seis dezenas de intervenções feitas no Congresso foram tratados também os problemas dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços da base da Lajes, dos barbeiros e cabeleiros, dos centros comerciais, da portaria e vigilância, do sector empresarial do Estado (com a denúncia, por exemplo, da demissão do Presidente do Conselho de Gerência da EPAC

Mais unidade maior representatividade

O 3.º Congresso da FEPCES aprovou o relatório de actividades realizadas desde 1984 (2.º Congresso) e o programa de acção da Federação para os próximos três anos. Foram ainda aprovadas 5 moções de orientação sectorial sobre a situação dos trabalhadores de escritório, dos supermercados, das empresas de Informática, do

como um acto inserido na estratégia de destruição da empresa).

Mais unidade maior representatividade

O 3.º Congresso da FEPCES aprovou o relatório de actividades realizadas desde 1984 (2.º Congresso) e o programa de acção da Federação para os próximos três anos. Foram ainda aprovadas 5 moções de orientação sectorial sobre a situação dos trabalhadores de escritório, dos supermercados, das empresas de Informática, do

ramo automóvel e do comércio, escritórios e serviços da RA da Madeira. O Congresso aprovou ainda uma Resolução de 20 pontos sobre a acção mais imediata da Federação (apelando, nomeadamente, à participação nas comemorações de 25 de Abril e do 1.º de Maio). Foi eleito o novo Conselho Nacional da FEPCES, com 46 membros, mais 13 que o anterior. «É o espelho da unidade conseguida neste sector e também do grande salto em frente que se está a dar em termos de assumir a representação de todos os trabalhadores no âmbito da Federação» — frisou Manuel Guerreiro, que foi novamente eleito para o organismo dirigente da FEPCES.

Foi reforçada a presença no CN de trabalhadores de escritório, designadamente de empresas da indústria, e também de quadros e técnicos. Apesar do aumento absoluto do número de membros do CN, a percentagem

de mulheres passou de 12 para 22%. A média de idades é de 37 anos.

Tanto Manuel Guerreiro, como António Machado, também reeleito para o CN da FEPCES, salientaram ao «Avante!» que as decisões deste Congresso têm especial importância pois, talvez pela primeira vez, surge na CGTP «uma estrutura intermédia que representa efectivamente os empregados de escritório, antes espalhados por uma série de sindicatos e federações. Não val ser mais possível que meta-dúzia de indivíduos nalgumas organizações ligadas à UGT se continue a apresentar como os únicos ou principais representantes dos empregados de escritório».

Trabalhador e consumidor

No Congresso participaram representantes da União Interpa-

cional dos Sindicatos do Comércio e da Federação do Comércio das Comissões OBRAS da Espanha. Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, interveio no encerramento dos trabalhos.

A propósito do Ano Europeu do Ambiente foram levados ao Congresso os problemas da higiene e segurança no trabalho. Foi também discutida a situação dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços como consumidores. O Programa de Acção aponta para o empenhamento na construção e dinamização de um grande movimento nacional de consumidores que está em desenvolvimento.

e as suas organizações «sempre foram favoráveis à existência de um organismo coordenador para este ramo, com a devida coordenação da actividade das diversas empresas metalomecánicas e o aproveitamento das suas capacidades».

Só que, disse António Peres, coordenador da CT, «há a intenção clara de aplicar na Cometna a mesma política que está a ser seguida para o sector e que tem em vista destruído postos de trabalho e arranjar todas as formas de entregar as empresas à iniciativa privada, reconstituindo os monopólios de antes do 25 de Abril».

Na Cometna está prevista a redução de mais 165 postos de trabalho, mantendo-se a actual estrutura da empresa. «Mas no contrato de viabilização apresentado para obter parecer das ORT's já prevêem que nos próximos 18 meses poderão vir a encerrar alguns sectores que demonstrem não ser viáveis» e falam mesmo na possibilidade de encerrar a fábrica da Amadora.

As ORT's propõem a alteração radical da gestão, a recuperação do mercado tradicional da Cometna e a diversificação de mercados com uma maior agressividade comercial, a alteração total da política de relações laborais, pondo de parte o confronto com os trabalhadores e favorecendo o diálogo. É necessário acabar com o subaltergo de mão-de-obra. Devem ser salvaguardados os postos de trabalho existentes e deve ser feito um aproveitamento racional da mão-de-obra disponível.

Cometna em luta pelo salário e pela viabilização

Pela terceira vez este ano, os trabalhadores da Cometna não receberam a horas o seu salário. Tão pouco lhes foi dada qualquer garantia de quando poderão receber. Após três dias de paralisações espontâneas contra esta situação, entrou em vigor segunda-feira um pré-aviso de greve. Esta poderia prolongar-se até hoje. A viabilização da empresa, a defesa dos postos de trabalho, a negociação do caderno reivindicativo da empresa são igualmente preocupações dos trabalhadores e das estruturas que os representam na maior empresa nacional de fundição.

A Cometna emprega actualmente 1500 pessoas que trabalham na Amadora, em Palmela, em Farnões e em Lisboa. A propósito da situação na empresa e da muito falada «reestruturação» do sector da metalomecânica pesada o «Avante!» quis saber a opinião das organizações representativas dos trabalhadores.

«Não há dinheiro, não há palhaços»

— A administração difícil e o mais que pode o exercício do controlo de gestão pelas ORT's, sonem informações ou dizem-nos uma coisa, mas quando chega a hora da verdade não se passa como nos disseram — começou por denunciar Joaquim Lameiras, membro da Comissão de Trabalhadores. — No final do mês de Janeiro garantiram-nos que seria feito o pagamento dos salários no dia 31. Mas só recebemos 12 dias depois. No final de Fevereiro aconteceu a mesma história: em vez do salário completo avançaram com um pagamento de 30%. Só pagaram o restante depois de, no dia 5 de Março, os trabalhadores da Cometna, juntamente

O cerco

Chegam ao pé de um trabalhador, digamos, de 50 anos: — A tua especialidade é fundidor mecânico, mas amanhã apresentas-te na rebarbação. Quando o trabalhador reclama, desculpa-se: — Deve ter sido confusão.

No outro dia chamam-no ao médico: — Você não pode estar agarrado a essa máquina, têm que lhe arranjar um trabalho melhorado.

Enviaram-no depois da Amadora para Palmela, dando-lhe realmente um trabalho mais leve que o de fundidor mecânico. Ao fim de 3 ou 4 dias em que a situação parecia resolvida, chamam-no de novo para a rebarbação. O trabalhador indigna-se muito juntamente:

— Há aqui algo que não está bem! Entra então em cena alguém da assistência social: — Perante esta situação, o melhor que você tem a fazer é aceitar a reforma antecipada.



Manuel Rolado, António Peres e Joaquim Lameiras, da CT da Cometna, na redacção do «Avante!»

neamente: «Não há dinheiro, não há palhaços!», foi o que nos disseram nos locais de trabalho.

No dia 2 realizou-se nova ma-

nifestação frente à Metalgest, com concentração também junto à Assembleia da República. Na sexta-feira os trabalhadores continuaram parados, com a mesma posição: não há dinheiro, não se trabalha. Foi entretanto publicado um pré-aviso de greve para segunda, terça, quarta e hoje. A única informação dos gestores foi que estava marcada para anteontem uma reunião do IPE a fim de decidir avançar ou não com o financiamento necessário ao pagamento das remunerações.

Os despedimentos e a «reestruturação»

A criação da Metalgest, sub-holding do IPE para as empresas públicas da metalomecânica, foi um dos pontos-chave de uma «reestruturação» do sector que, como afirmaram os membros das ORT's contactados pelo «Avante!», «não é reestruturação nenhuma». Os trabalhadores



O exemplo dos ENVC, empresa nacionalizada, é apontado pelos trabalhadores da Setenave

Comportamento comercial agressivo

Depois de reafirmarem que, «com uma carteira de encomendas estável e duradoura, saneado financeiramente, o estaleiro (da Mitrena) libertar-se-á progressivamente dos apoios estatais, em função dos ganhos de produtividade conseguidos e, em breve, funcionará ao nível dos estaleiros mais competitivos da Europa e do resto do mundo», as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's), designadamente a CT e a CIS, destacam o seguinte:

«A localização geográfica da Setenave continua a ser um dos principais trunfos de que o estaleiro dispõe para captar encomen-

das na área da reparação naval. Mas, para que o estaleiro seja competitivo, não chega estar bem colocado e usufruir de boas condições climáticas. Os clientes, quaisquer que eles sejam, devem ficar satisfeitos com os serviços prestados. Isto é válido tanto nas reparações como nas construções. Para isso, impõe-se uma política comercial agressiva e exercida ao mais alto nível por gente capaz e idónea. A captação de encomendas não se compadece com ingenuidades, como no caso do «Infante D. Henrique», nem é admissível que se meta a cabeça na areia à espera dos clientes. Os Estaleiros Navais de Viana do

Castelo têm uma sólida carteira de encomendas, graças certamente a uma correcta actividade comercial. Os armadores e os clientes em geral apreciam o tratamento personalizado e competente. A actividade comercial assim entendida pode ser um contributo importante para o necessário aumento da competitividade do estaleiro, facilitando a penetração nos mercados tradicionais e novos. É inadmissível que, por falta de agressividade comercial, a Setenave tenha sido preterida a favor de empresas privadas, na cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa».

Trabalhadores

CGTP disponível para solução democrática

● O combate deve continuar



Numa declaração pública sobre a actual situação política, feita anteontem de manhã em Lisboa, a CGTP-IN, através da comissão executiva do conselho nacional, sublinhou a «inegável relevância política» da moção de censura ao Governo aprovada pela Assembleia da República. Coerentemente com a sua luta durante os últimos anos, a Central «declara toda a sua disponibilidade para favorecer a definição de uma política democrática, mas reafirma que «a acção do movimento sindical deve continuar no combate e denúncia das mentiras do Governo PSD» e também para transmitir «a grande confiança nas perspectivas positivas que a actual situação abre aos trabalhadores».

É dentro deste espírito que se desenvolverão «as inúmeras acções em curso e as comemorações do 25 de Abril e do Primeiro de Maio», acentua a direcção da Inter, para quem a derrota do Governo Cavaco na Assembleia da República é também a derrota — pelo menos nesta fase da ofensiva — da revisão das leis laborais e da «prática governamental de arrogância e afrontamento institucional».

A moção de censura aprovada no Parlamento vem ao encontro dos objectivos de luta dos trabalhadores, assinala ainda a CE do conselho nacional da CGTP: «O recurso a eleições legislativas antecipadas para resolver a crise política, embora constitucionalmente legítimo, significaria dar uma nova oportunidade à direita para continuar a agravar to-

dos os problemas estruturais da vida nacional e a desbaratar os aspectos positivos da conjuntura financeira externa em benefício do seu clientelismo político e social e dos seus objectivos eleitoralistas».

Hora de luta e de grande esperança

A hora que se vive é de luta e de grande esperança para a CGTP-IN, que «durante todos estes anos lutou para pôr fim à política de direita».

Segundo a declaração pública de anteontem, a Central unitária «declara toda a sua disponibilidade para favorecer a definição de uma política democrática que,

tendo em conta as reais necessidades dos portugueses, promova o efectivo desenvolvimento e a necessária modernização do país, atacando os problemas do emprego, promovendo a justiça social, respeitando a democracia de Abril e salvaguardando a independência nacional».

Ao fazer ressaltar «a importância do seu empenhamento» na solução democrática, de que traçou as linhas gerais, a direcção da CGTP afirma que «a saída definitiva do PSD e da direita do Governo» só pode ser alcançada com «a formação de um governo democrático que, alicerçado na maioria parlamentar existente, possa aprovar e aplicar uma nova política».

É preciso vencer «dúvidas e hesitações, promovendo a unidade e aproximação de todos os democratas», refere ainda a CE da Central ao apontar «a utilização da demagogia e da mentira, a manipulação dos órgãos de comunicação social» que permitiram, segundo a declaração de anteontem, que «o PSD e o seu Governo não tivessem sofrido o desgaste político na opinião pública» de forma «proporcional às suas enormes responsabilidades no agravamento dos problemas nacionais».

Continuam as greves com forte adesão

- Destacada movimentação nos Serviços
- Concentra-se hoje em Lisboa o sector dos Transportes

À significativa adesão às greves e outras jornadas de luta desenvolvidas em curso na CP, EPAL, sector da metalurgia, metalomecânica e construção civil tem-se juntado vários sectores de serviços de que são exemplo mais notório os trabalhadores da Saúde, incluindo naturalmente os médicos e enfermeiros, bem como os professores e a Segurança Social. (Ver página 11 desta secção).

A movimentação e a luta dos sindicatos convergem na recusa do Governo derrotado na Assembleia da República, mas ainda em funções. Enquanto estas se mantêm, os trabalhadores daqueles e de outros sectores e grupos profissionais continuam a reivindicar a solução de problemas que se arrastam desde que o Governo Cavaco tomou posse.

Neste último caso estão, por exemplo, os trabalhadores contratados da Saúde, ditos erradamente «tarefeiros», como são os do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, que, no passado dia 1, decidiram «exigir do Ministério (Saúde) o estabelecimento de instruções claras aos diversos serviços, no sentido de serem concretizados os concursos a que se refere o decreto-lei de execução governamental».

Os erradamente chamados «tarefeiros» do Hospital de Santa Maria, que se reuniram no passado dia 1 naquele estabelecimento, em plenário geral, reivindicam «a celebração

de contratos de pessoal no regime de prestação eventual de serviços, com todos os direitos e regalias conferidos pela Lei aos agentes da Administração Pública».

Aqueles trabalhadores invocam o Decreto-Lei 100-A/87 (de execução orçamental) que reconhece os seus direitos.

Numa moção aprovada por unanimidade durante o plenário geral no dia 1, os «tarefeiros» exigem ainda do Ministério da Saúde e do Governo que:

A curto prazo, seja aprovado e publicado o diploma já acordado com o Sindicato (Função Pública do Sul e Açores) a fim de garantir desde já a estabilidade e a segurança dos actuais «tarefeiros» e impedir que de futuro a situação actual se possa verificar;

Na moção de que foi dado conhecimento ao chefe do Governo, ministra da Saúde e órgãos de comunicação social, aqueles trabalhadores do Hospital de Santa Maria manifestam «a sua determinação de continuar a luta em conjunto com os seus colegas, trabalhadores da Função Pública, no sentido do reconhecimento completo dos seus direitos laborais e da moralização da Administração Pública».

Em resumo, o que os «tarefeiros» reclamam é a sua inclusão nos quadros de pessoal.

É fundamentalmente a mesma reivindicação dos trabalhadores das instituições ligadas à Saúde no distrito de Setúbal que, numa «carta aberta» à ministra do sector, além da integração nos quadros, reclamam a progressão nas carreiras.

Os estabelecimentos onde prestam serviço encontram-se em regime de instalação.

Recorde-se que no distrito de Setúbal há nessas condições alguns trabalhadores há quinze anos sem promoção. Das noventas e nove instalações dependentes dos Serviços de Saúde só vinte e nove têm chefes de secção.

Adesão na CP é de 97 por cento

Segundo a Federação dos Sindicatos Ferroviários, as pa-

ralizações de duas horas por dia na CP têm tido uma adesão que, em média, é superior aos 97 por cento.

Previstas até ao próximo dia 11, as greves parciais e sectoriais na CP continuam, na linha das anteriores formas de luta, porque os gestores da empresa e o Governo se recusam a qualquer negociação sobre o regulamento de carreiras e o acordo (AE) de contratação colectiva.

A maioria dos trabalhadores ferroviários não aceita os 11,8 por cento de aumentos salariais, praticamente impostos pelo Governo e pelos gestores da CP, com o aval da UGT.

Recorde-se, quanto ao regulamento de carreiras, que existe desde 25 de Abril do ano passado um protocolo que o conselho de gerência da CP se recusa a negociar.

No entanto, a Federação salienta que a luta pode parar. O conflito, como os sindicatos sempre têm afirmado, pode ser resolvido pelo diálogo e a negociação.

É a gerência da CP que se furta a qualquer passo nesse sentido, sublinham os sindicatos unitários e a Federação.

As reivindicações que motivaram as lutas acrescenta-se agora a demissão do concelho de gerência da CP, instrumento fiel do Governo Cavaco e que, como ele, os ferroviários em luta querem ver demitido quanto antes.

Eram anunciadas, entretanto, outras formas de luta no sector dos transportes e na construção civil.

Os primeiros concentram-se hoje em frente à residência oficial do ainda chefe do Governo. Na construção civil e obras públicas haverá uma concentração-vigília junto do Ministério do Trabalho, que se prolongará por quarenta e oito horas.

A concentração dos transportes deve reunir trabalhadores do Metro, CP, Carris e transportes marítimo. A forma de luta é convocada pela comissão coordenadora das ORTs (organizações representativas) dos trabalhadores do sector.

Na construção civil e obras públicas, a vigília segue-se a jornada de luta em vários pontos do país, incluindo paralisações e greves nacionais em 11 e 26 de Março findo.

Segundo os sindicatos e a federação do sector, as adesões têm oscilado entre os 60 e os 70 por cento. Os salários e a garantia de emprego continuam destacados entre os factores de luta e mobilização.

Encontro dos corticeiros

Modernizar as empresas sem desempregar ninguém

Num Encontro recente, o corticeiro, os trabalhadores corticeiros concluíram pela necessidade de modernizar as empresas, alargar a aplicação dos seus produtos, defender os recursos nacionais.

Os custos de produção deverão ser sensivelmente diminuídos, mas sem prejuízo do emprego e dos salários.

As acções de formação profissional devem ser estimuladas neste campo específico, nomeadamente a fim de resistir à concorrência internacional.

Os produtos deverão ser submetidos a rigoroso controlo. Ao mesmo tempo deve ser incrementada uma «política nacional de protecção do sobreiro».

Os montados envelhecem.



Na Mundet, Seixal (foto de arquivo)

Não há rejuvenescimento das árvores. É preciso ter em conta que em 1985 as exportações de cortiça atingiram os 34 milhões de contos, cerca de cinco por cento de todas as exportações nacionais.

O sector corticeiro emprega mais de quarenta e nove mil trabalhadores, se incluirmos a mão-de-obra do sector agrícola, que

sobe a mais dezasseis mil, sendo a restante da indústria.

Um sector a proteger perante a competitividade de outros países, designadamente a Espanha e a generalidade da CEE.

Os trabalhadores corticeiros reunidos no Montijo pretendem ver eliminados os contratos a prazo, todas as formas de trabalho precário para progresso do seu sector.

Trabalhadores

Informática em greve na Segurança Social

• Plenário hoje

Os trabalhadores da Informática na Segurança Social aprovaram um conjunto de greves para os dias 14 e 23 do corrente e para 4 do próximo mês. Os trabalhadores, cerca de 200, reivindicam a aplicação de um diploma que o Governo está para regulamentar desde Novembro do ano passado. As greves, com pré-aviso entregue pelos sindicatos unitários, são antecedidas de um plenário a efectuar hoje. O conjunto das greves abrange um período total de nove dias de trabalho. A direcção da FNSFP (federação sindical do sector) afirma que os sindicatos «responsabilizam desde já o ministro do Trabalho e o secretário de Estado da Segurança Social por todos os eventuais prejuízos resultantes da luta dos trabalhadores». As greves são de âmbito nacional, lê-se num comunicado emitido na passada segunda-feira pela comissão executiva do conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que anuncia outras formas de luta em vários sectores da Segurança Social.

Os trabalhadores da Informática lutam por um «complemento de trinta por cento» dos seus salários, que lhes foi atribuído pelo Decreto-Lei 345/86 de 13 de Outubro do ano passado.

Por esse complemento já os mesmos trabalhadores se tinham manifestado através da greve.

As diligências sindicais junto do Governo não têm resultado. Daí o recurso à greve que —

afirmam os sindicatos — «não é contra os utentes, mas contra quem tem a agravar os problemas».

Hoje, dia 9, devem estar presentes no plenário nacional dos «informáticos» cento e cinquenta dirigentes sindicais do sector da Segurança Social.

Jornada de luta nas apostas

A mesma federação sindical (FNSFP) anunciou também uma jornada de luta de âmbito nacional no departamento de apostas mútuas, que englobam o totobola e o totoloto. A jornada impedirá, segundo os sindicatos, o funcionamento dos concursos (sorteios).

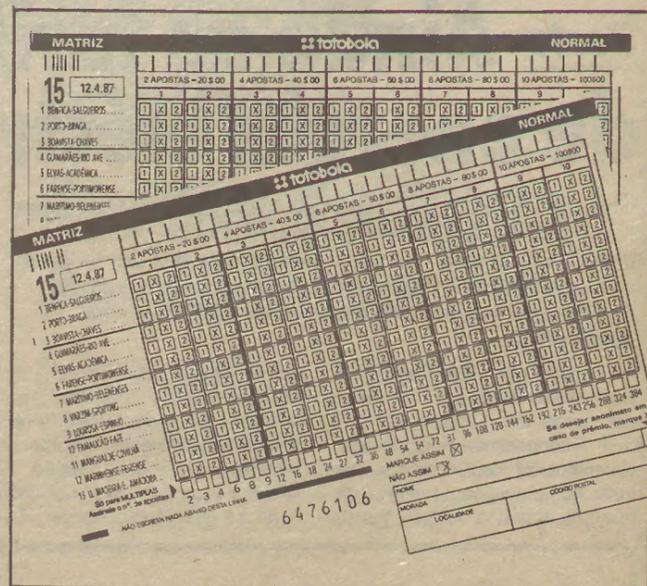
Ainda no mesmo sector, a federação anunciou para 9 de Maio nova greve nas Instituições Privadas de Segurança

Social, IPSS, que incluem creches, centros de dia e outras instituições dependentes do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Segurança Social.

A FNSFP acentua que esta greve tem também carácter nacional e abrange vinte e cinco mil trabalhadores. A forma de luta, anunciada para uma duração de 24 horas, destina-se a apoiar «a revisão de uma PRT (portaria de regulamentação de trabalho) que vigora desde 1985».

Entre outros motivos da forma de luta agora adoptada nas IPSS ressaltam as carreiras profissionais e o reforço técnico-financieiro destas instituições que se chamam privadas, mas dependem totalmente do Estado, através do Governo.

Há nas IPSS trabalhadores, principalmente trabalhadores, a ganhar abaixo do salário mínimo



Apostas mútuas serão afectadas pela greve. A informática é indispensável ao funcionamento da Segurança Social. Os utentes só serão prejudicados se o Governo quiser

nacional. A FNSFP refere «alguns casos» em que as remunerações mensais não ultrapassam os 19 200 escudos.

Ainda na Segurança Social, os 4500 trabalhadores das Casas do Povo, acrescenta a federação sindical dos TFP, «continuam a aguardar a sua integração nos Centros Regionais». Com inteira justiça, esses traba-

lhadores reivindicam a sua inclusão no regime jurídico da Função Pública.

A FNSFP anuncia plenários regionais para analisar a situação.

No plenário a efectuar hoje em Lisboa (Casa da Imprensa), será certamente decidida uma deslocação, pelas 17 horas, à Presidência da República.

LUTAS E TAREFAS

Função Pública na Presidência da República

Para exporem na Presidência da República as razões da luta desenvolvida ultimamente pelos TFP, a Federação Nacional dos Sindicatos do sector (FNSFP) foi recebida por aquele órgão de soberania na passada quinta-feira. Segundo a comissão executiva do conselho nacional federativo, tratou-se de «transmitir ao principal órgão de soberania os problemas laborais dos trabalhadores da Segurança Social». A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública menciona os Centros Regionais de Segurança Social, Totobola, Totoloto, Centro Nacional de Pensões, IPSS (Instituições Privadas de Segurança Social: chamam-se «privadas, mas dependem exclusivamente do Governo»), Casas do Povo e Caixas não integradas, isto é, as que não dependem directamente do regime geral da SS. Recorde-se que estão previstas três greves nacionais para este sector, «caso o Governo insista em não apresentar soluções e o secretário de Estado da Segurança Social em não receber os sindicatos». Os motivos da luta desenvolvida, designadamente nas IPSS, têm a ver directamente, entre outras razões, com carreiras profissionais, estabilidade de emprego, salários justos e defesa do sistema de Segurança Social, melhorando inclusivamente o serviço prestado aos utentes.

Acabar com as ilegalidades na CNP

Defender os postos de trabalho e acabar com as ilegalidades na CNP (Companhia Nacional de Petroquímica), intensificando as acções sindicais, é um dos objectivos da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica, cujo conselho nacional protestou na passada quinta-feira contra a situação criada a trabalhadores daquela empresa pública pelo conselho de gerência que não acatou a decisão judicial no sentido de reintegrar um dos despedidos em Agosto do ano passado, na sequência da extinção da CNP pelo Governo Cavaço Silva. Para fugir ao cumprimento da decisão judicial, o conselho de gerên-

cia transferiu o trabalhador, mandado reintegrar pelo tribunal, para Sines, pressionando-o «por este meio a rescindir o contrato de trabalho». Também não lhe pagou as remunerações em atraso, remetendo essa responsabilidade para o Governo. O conselho nacional da Federação da Química pretende que seja anulada a declaração da empresa em situação económica difícil e propõe-se prosseguir a luta pela viabilização da CNP e pela defesa dos postos de trabalho.

A Beralt não tem fundos?

A multinacional do minério Beralt Tin and Wolfram pretende despedir a quase totalidade dos seus trabalhadores. Numa situação próxima do desespero, centenas de famílias que habitam e trabalham há muitos anos no couro mineiro da Panasqueira, designadamente na Barroca Grande, reclamam emprego e salário. A Beralt diz ao Governo que não tem lucros suficientes para continuar a exploração. Mas em 1984 e no ano seguinte a empresa empregou em títulos 508 870 contos. Em depósitos a prazo, no primeiro daqueles anos, a Beralt colocou 509 804 contos e 432 300 no segundo. Estes números são poucos, mas reveladores.

Três dias sem exames: greve na Viação

Numa greve de três dias na Direcção-Geral de Viação, foram elevadas as adesões dos técnicos e inspectores-examinadores. Segundo a Federação dos sindicatos que convocaram esta forma de luta, o pessoal parou totalmente no primeiro dia em Lisboa, Coimbra, Braga, Aveiro, Faro, Setúbal e Viseu. A adesão no Porto foi de 93 por cento e de 60 por cento em Santarém, acrescenta a Federação ao referir-se ainda ao primeiro dia de greve convocada pelos sindicatos da Função Pública para os dias 31 de Março findo e 1 e 2 do corrente. Os sindicatos da FP e a respectiva Federação atribuem ao Governo «a exclusiva responsabilidade por esta greve», devida à falta de pagamento do subsídio mensal a que aqueles trabalhadores têm direito desde 1983 e cujo pagamento depende de um despacho por assinar.



Conservas com Cavaco: sinónimo de desemprego feminino e baixos salários (foto de arquivo: Setúbal)

Vila do Conde Conserveiras em greve

As operárias da Fábrica de Conservas Preia-Mar, em Vila do Conde, estiveram em greve de 24 a 27 de Março. Mais de 90% das 250 trabalhadoras da empresa aderiram à luta pelo caderno reivindicativo, que prevê aumentos de salários na ordem dos 15%, o paga-

mento de retroactivos em dívida e a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais. Uma acção em que foi manifesta a disposição e grande determinação das trabalhadoras de continuarem a luta pela concretização dos seus objectivos.

José Magro

TORRE CINZENTA

Poemas da Prisão

Colecção Resistência

edições
Avante!

Poder Local

Porto Ainda as tarifas de energia eléctrica

Com data de 25 de Fevereiro de 1987 o Governo fez publicar no «Diário da República» a Portaria n.º 130/87, com a qual pretende mais uma vez impor aumentos brutais das tarifas de energia eléctrica à Região do Porto e que constitui em si mesma uma ilegalidade e uma afronta ao Poder Local democrático.

A população da Região do Porto tem conduzido ao longo dos anos uma importante luta pelo reconhecimento da situação específica da Região no que respeita aos elevados consumos de energia eléctrica e reclamando

que a igualização do tarifário nacional não fosse feita num prazo inferior a 10 anos. Luta que tem levado a que órgãos autárquicos da Região (com excepção da Câmara Municipal de Matosinhos e do seu presidente Narciso Mi-

randa, e, mais recentemente, da Câmara Municipal da Maia e do seu presidente Vieira de Carvalho) seu tenham juntado ao protesto popular e impedido a concretização dos aumentos de energia eléctrica.

Os comunistas do Porto têm apoiado desde a primeira hora estas justas reivindicações e tudo têm feito para que as autarquias se ponham ao lado da população, para que se encontre com a EDP e com o Governo uma solução negociada que respeite os legítimos direitos da população, para que se estudem novas formas de energia alternativas, nomeadamente com o abastecimento de gás à região.

As recentes resoluções do Governo inserem-se também numa política, que vem sendo seguida há vários anos, de destruição da EDP, procurando entregar ao capital privado os sectores rentáveis desta importante empresa pública. A «preocupação» expressa pelo Governo em relação às dívidas das autarquias, procurando apresentá-las como as responsáveis pelos graves problemas da empresa, não é mais que uma capa com a qual se procura esconder as elevadíssimas dívidas do sector privado e do próprio Estado à EDP. A própria portaria é também exemplar neste aspecto. No que respeita ao cancelho do Porto, por exemplo, em vez da integração dos serviços municipalizados na EDP, após negociação com a Câmara Municipal do Porto, o que o Governo pretende é apenas que a EDP assumira a gestão dos SMGE, por um período transitório, durante o qual seriam garantidos os aumentos brutais das tarifas e o pagamento atrasado de valores das tarifas que nem a população nem a Câmara reconhecem.

Habitação

O Comité Local do Porto promoveu no passado sábado mais uma iniciativa voltada para a discussão dos problemas da habitação na cidade, justamente considerado o primeiro e o que exige a solução mais urgente.

Durante a tarde, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, foi possível ouvir o depoimento vivo dos moradores das zonas degradadas da cidade, dos bairros camarários, os activistas das comissões e associações de moradores, das cooperativas, dos vereadores e eleitos municipais que abordaram e aprofundaram as principais linhas de actuação para atacar de frente esta questão que afecta a vida de milhares de famílias.

Entre as conclusões do Encontro salientamos o Plano de Emergência orientado para quatro direcções prioritárias: a construção intensiva de habitação social, a concessão de empréstimos a longo prazo às Associações de Moradores e Cooperativas de Habitação Social, a intensificação do processo de recuperação das zonas degradadas, com a correcta aplicação do Projecto da Recuperação de Imóveis Degradados — PRID — e a dinamização do CRUAR — Comissariado para a Recuperação da Área Urbana da Ribeira/Barredo.

Nacional

Comemorações do 25 de Abril

Preparam-se já por todo o país as comemorações do 13.º aniversário do 25 de Abril. Aqui damos notícia das iniciativas em curso em algumas regiões e por parte de sectores sociais diversos.

No Porto, está já composta a Comissão Promotora, integrada pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o Cine-Clube do Porto, Comediantes, Cooperativa Árvore-Cultura, Federação das Colectividades do distrito do Porto, FITEI, Seiva Trupe, TEP e UNICEPE, que está aberta à colaboração na realização do programa por parte das diversas entidades interessadas.

Do programa já definido, destaque para a grande festa popular na noite de 24, com um espectáculo evocativo sob a designação «Com Zeca Afonso e Adriano cantar a Liberdade» e no dia 25, à tarde a festa popular com um cortejo de carros alegóricos. No dia 26 haverá uma homenagem à resistência antifascista, junto ao edifício da ex-PIDE/DGS.

Aniversário do 25 de Abril em Viseu

Ainda no Norte, mais propriamente em Viseu, está também já constituída a Comissão Promotora cuja composição não é ainda definitiva, podendo a ela aderir as organizações de sectores não representados até ao momento.

Sobre o programa, o destaque vai naturalmente para o espectáculo musical no dia 24 à noite, as provas desportivas no dia 25 de manhã e uma grande festa popular no Rossio seguido de um jantar comemorativo.

URAP de Setúbal

A delegação da URAP de Setúbal leva a efeito no dia 24 de Abril, no Clube de Campismo daquela cidade, uma sessão comemorativa do aniversário do 25 de Abril em que usarão da palavra Georgette Ferreira e Odete Santos. Será, depois, exibido o filme «A Fuga».

Braga

Em Braga, a Comissão Promotora, com sede na Rua do Raio, publicou um manifesto onde se afirma, «estamos juntos nas comemorações do 13.º aniversário do 25 de Abril, defendendo a Democracia, a Constituição, o Estado de Direito, mas exigindo também que se efective o desenvolvimento económico de Portugal, o direito à Educação e Cultura, o direito à Saúde e à Justiça Social, aprofundando a democracia participativa».

Associação de Reformados

Em Lisboa, a União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social leva a efeito ao longo de todo o mês de Abril um conjunto de actividades com vista a assinalar o aniversá-



rio do 25 de Abril. Já na passada terça-feira foi inaugurada uma exposição e venda de artigos manufacturados e oferecidos pela comissão de apoio e associados. Hoje mesmo, realiza-se um debate com a presença de Odete Santos, deputada na AR pelo grupo parlamentar do PCP.

No próximo dia 16, outro colóquio, desta vez com a participação de representantes de vários partidos políticos sobre a situação política e os direitos dos reformados. No dia 23 realizar-se-á um encontro dos reformados e pensionistas com um elemento da Associação 25 de Abril. Colaboração em todo este programa do Grupo Coral da Associação de Reformados da Cova da Piedade.

Santiago do Cacém

Em Santiago do Cacém ficou constituída desde o dia 13 de Março a Comissão Promotora das comemorações. Esta comissão, composta por autarquias, comissões de moradores, associações culturais e escolas aprovou já um programa de actividades com início no dia 18 com um Baile Popular e a abertura do torneio de futebol de iniciados em Vale de Água.

Um vasto programa de iniciativas culturais e desportivas culminarão no próprio dia 25 com uma festa popular que inclui um espectáculo infantil do Grupo de Acção Cultural.

Aniversário da vila e do 25 de Abril

Em Odivelas o aniversário do 25 de Abril funde-se com o aniversário da vila. Um vastíssimo programa começou já a cumprir-se, com iniciativas desportivas e culturais. No dia 25 de Abril propriamente dito o ponto alto das comemorações será uma sessão solene comemorativa da data.

Eleições em São João do Campo

Realizam-se no domingo eleições para a Assembleia de Freguesia de São João do Campo. O presidente da Junta de Freguesia desta localidade do concelho de Coimbra está ausente, na pesca do bacalhau. Nas anteriores eleições a maioria foi para o PS, seguido da APU a apenas 70 votos. O presidente nem chegou a tomar posse.

A APU tem marcada para amanhã, sexta-feira, uma festa de encerramento da campanha eleitoral. No passado domingo realizou uma iniciativa que teve mais gente que o habitual mesmo nas festas tradicionais de São João do Campo.

Camaradas desta freguesia salientaram ao «Avante!» que «temos uma boa lista», referindo nomeadamente o prestígio do jo-

vem agricultor, independente, que a encabeça. Denunciaram entretanto o facto de o PS copiar «as nossas palavras de ordem».

A APU ganhou as últimas eleições para a Assembleia de Freguesia de Antozede, vizinha. Também em Trouxemil, igualmente no concelho de Coimbra, se deverão realizar brevemente eleições para a Assembleia de Freguesia.

Leiria:

PCP denuncia grave situação na saúde

Por iniciativa da DORLE realizou-se no domingo, dia 5, no Sport Operário Marinhense (Marinha Grande), um plenário distrital de quadros do PCP sobre o Poder Local, onde foi feito um balanço do trabalho dos comunistas nas autarquias locais, tanto onde estão em maioria (caso da Marinha Grande, por exemplo), como nos órgãos onde a sua representação é minoritária. Na iniciativa participaram cer-

ca de cem quadros e eleitos autárquicos do Partido. Intervieram também os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Joaquim Gomes, igualmente da CP e do Secretariado e deputado à AR pelo distrito de Leiria, e António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do CC.

Uma das questões mais discutidas foi a situação grave da saúde, referida e denunciada em

intervenções e também numa moção aprovada pelos participantes. Foi aprovada uma proposta sugerindo à Direcção Regional do Partido a realização de uma reunião distrital do sector da saúde.

Inicialmente previsto para Leiria, o plenário foi transferido para a Marinha Grande devido à falta de electricidade na capital do distrito.



Praça da Liberdade

1.º de Maio/82

Referência essencial

Há cinco anos os trabalhadores, no Porto, enfrentaram uma monstruosa provocação fascizante. Foram mais de uma centena os feridos pela bestialidade das cargas policiais, não escapando mulheres, velhos e crianças. Foram assassinados dois jovens trabalhadores — Pedro Vieira e Mário Emílio. Um crime que continua impune, há cinco anos.

Mas, nessa madrugada sangrenta também surgiu determinada a firmeza e mais abnegada a coragem com que a classe operária, os trabalhadores e a população do Porto, no dia 1 de Maio de 1982, impuseram à reacção o respeito pelas tradições históricas de luta e o recuo face à heróica defesa dos valores fundamentais da legalidade democrática e constitucional.

A vitória dos trabalhadores e da população do Porto, naquela batalha dolorosa do 1.º de Maio de 1982, vibrou um golpe profundo no vasto plano de subversão do regime democrático, então conduzido pela AD.

Quando passam cinco anos sobre os acontecimentos do 1.º de Maio de 1982, é importante lembrarmos os nossos mortos como referência essencial da luta. É importante recordarmos a experiência da luta vivida. Particularmente neste momento, quando os trabalhadores e as forças democráticas acabam de obter uma grande vitória sobre o governo demitido do PPD apoiado pelo CDS, possibilitando a criação de uma barreira de unidade democrática aos objectivos da reacção, brutalmente expressos naquele 1.º de Maio.

É importante e actual destacar o papel então desempenhado pela UGT. Há cinco anos, Torres Couto esteve ao lado do patronato, do governo AD e das suas polícias contra a Greve Geral. Poucos dias antes dos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982, veio a público denunciar a «subversão da Inter», exigir «ordem», apelar à intervenção policial. Torres Couto e a UGT entraram no plano de provocação monstruosa de há cinco anos. Deram o pretexto. Agiram como instrumento. E, enquanto as polícias de Ângelo Correia agrediam, disparavam, matavam, o SINDETEX/UGT mantinha uma linha directa do telefone ligada ao Comando da PSP. Orientava. Bufava.

Recentemente, SINDETEX e UGT afirmam ir pedir a intervenção da Inspeção do Trabalho contra... o Movimento Sindical Unitário. É a confirmação do seu carácter anti-sindical.

Hoje, como há 5 anos, a UGT afirma-se como organização virada contra a luta que os trabalhadores travam em defesa dos seus direitos e do regime democrático. Seja nos processos de contratação colectiva, seja na insistência dos ataques contra as suas organizações de classe, a UGT avaliza, no Conselho de Concertação Social, a tentativa de imposição de tectos salariais, apoia a chamada «flexibilização» das leis laborais, propõe contratos para uma certa «modernização» que tem sido o argumento invocado pelo patronato e pelo governo de Cavaco Silva para promover os despedimentos massivos. Hoje, como há cinco anos, a UGT mantém-se de mãos dadas com os governos de direita. E continua a comer à mesa dos grandes patrões da CIP, CCP e CAP. O êxito da luta em defesa dos trabalhadores exige a contínua denúncia das suas acções. A defesa do regime democrático impõe o combate firme aos seus objectivos. Fazê-lo hoje, é uma obrigação moral. É uma atitude de coerência quando recordamos os nossos mortos e a vitória dos trabalhadores e das liberdades democráticas naquele 1.º de Maio de 1982. Quando clamamos ainda pela punição dos responsáveis, pela justiça ainda por fazer.

■ Vítor Ranita

Juventude

Amar o Tejo Viver a Paz

NA FIL já no próximo fim-de-semana

«Queremos viver em segurança, num clima de felicidade e alegria. Discordamos da corrida armamentista que nos arrasta para a beira do abismo desviando gigantescos recursos naturais, técnicos e financeiros que poderiam transformar o mundo e a vida da Humanidade».

Duzentas e dezanove estruturas, entre associações de estudantes (secundário e superior), conselhos directivos, comissões de jovens e casas da juventude, escuteiros e organizações católicas, organizações do movimento da Paz, sindicatos e comissões de trabalhadores, autarquias (câmaras e assembleias municipais, juntas de freguesia) colectividades, associações de bombeiros voluntários, comissões de reformados, rádios locais, além de muitas personalidades da vida cultural, juntaram a sua voz àquele apelo e, no próximo fim-de-semana, aí o teremos, o Festival «Amar o Tejo, Viver a Paz», iniciativa que se realiza no quadro do movimento da Paz em Portugal e que, segundo nos afirmaram em entrevista Ana Gonçalves e Rui Alves, da Comissão Organizadora, reunirá na FIL cerca de trinta mil pessoas.

«A ideia de organizar em Lisboa uma grande iniciativa em torno das questões da Paz e do desarmamento surgiu entre o conjunto de jovens que integram a delegação portuguesa que participou no Congresso Mundial realizado recentemente em Copenhague.»

A fala era da Ana Gonçalves que prosseguiu, «era para ser, de início, uma iniciativa virada apenas para a afirmação de um Tejo livre de armas nucleares, livre das visitas como os submarinos nucleares que aí estiveram há poucos dias. Com as opiniões dos jovens e associações aderentes, a ideia foi crescendo e sem perder de vista aquele que consideramos o objectivo central, entendemos dever alargar o âmbito do Festival chamando a atenção para os problemas que afectam toda esta zona do Tejo. A degradação ecológica, um certo subdesenvolvimento económico e o mau aproveitamento dos seus recursos naturais, a degradação do imenso património his-

tórico e etnológico que é parte integrante daquilo que hoje somos são, assim, outros objectivos que temos para esta grande festa da juventude.»

Exposições, filmes, debates, provas desportivas, uma imensa praça de convívio, amizade, confraternização, e Paz, eis o que será o Pavilhão da FIL no próximo fim-de-semana. Diz a Ana Gon-



Rui Alves e Ana Guerreiro da Comissão Organizadora do Festival em conversa com o «Avante!»

çalves que «sim, esta é uma festa de jovens, dos que conceberam a ideia e dos que, ao longo de meses a foram construindo, com a ajuda é claro de muitas entidades e, naturalmente também, daqueles que, mais jovens ou menos jovens forem à FIL nos dias 11 e 12 de Abril ou participarem nas várias actividades do Festival».

Em concreto em relação ao programa, o que vai ser o Festival, indagamos. Rui Alves diz-nos que «um grande bloco de actividades é o desporto. Aqui queria destacar uma prova de ciclismo para seniores, no sábado a partir das 8.30, na distância de 100 quilómetros e para a qual contamos com a colaboração do Sporting Clube Pinheiro de Loures e da Associação de Ciclismo do Sul que integrou esta prova no calendário oficial. No domingo, também de manhã teremos uma prova que reputamos de muito importante e que val constituir por certo uma grande manifestação de convívio entre os amantes do pedal: é a prova de cicloturismo, ou melhor duas, já que são dois percursos, com partidas de Sintra e da Pontinha, convergindo ambas para a FIL.»

Entretanto no sábado à tarde realiza-se uma grande estafeta «Amar o Tejo, Viver a Paz». São quatro percursos percorridos por grupos no mínimo de três e quatro atletas. Junto ao Pão de Açúcar de Alcântara todos os participantes farão em conjunto os últimos quinhentos metros levando consigo os quatro testemunhos, transportados desde Sintra, Vila Franca de Xira, Cascais e Loures.

Além de uma prova de atletismo, a realizar no sábado de manhã entre o Forte do Bom Sucesso e o Cais de Alcântara e de um desfile náutico a que fizemos referência no nosso último número, «realizar-se-ão provas de vela e de remo, provas do calendário oficial e que, quer a Federação Portuguesa de Remo, quer a Associação Regional de Vela do Centro se dispuseram a integrá-las no Festival».

É agora a Ana Guerreiro que toma a fala para dizer que «na parte cultural queria destacar, além dos debates sobre a Paz e o valor do Tejo, e dos filmes (entre eles um produzido pela Associação dos Amigos do Tejo) uma exposição sobre o património natural e histórico-cultural do rio Tejo e um grande concerto, ao fim da tarde de domingo com, entre outros, o Carlos Paredes, o Paulo de Carvalho, o Júlio Pereira, Nana Sousa Dias, Lena d'Água e os Rádio Macau».

Além disto há que não esquecer a discoteca no sábado à tarde animada por disco-jockeys nacionais e estrangeiros e música ao vivo com os Go Graal Blues Band e os Sheiks.

Em face do muito que nos disseram Ana Guerreiro e o Rui Alves sobre o Festival «Amar o Tejo Viver a Paz» e a julgar pela animação que se vivia na sede da Comissão Organizadora ali na Rua da Barroca quando realizamos esta entrevista, o melhor mesmo é ir à FIL no próximo fim-de-semana e em dois dias «Viver a Paz» nas margens do Tejo, «Tejo Lisboa, Tejo português», Tejo comunidade de vida».



Programa do Festival

Eis em traços gerais o programa do Festival «Amar o Tejo, viver a Paz».

Na manhã de sábado temos as provas desportivas, a prova de ciclismo a partir das 8.30 h e a estafeta com partida às 14.30 h. No espaço do auditório, temos uma mostra de cinema amador às 15 h, às 18.30 h o filme «Cartas a um homem morto» e à noite, 21.30 h, um debate sobre a juventude e os problemas da paz e do desarmamento. No espaço Tejo, às 15 h, realiza-se um debate que tocará os seguintes temas: O Tejo das caravelas; o Tejo património natural; as gentes que trabalham o Tejo. À noite exibe-se em estreia um documentário sobre o rio de Lisboa produzido pela Associação dos Amigos do Tejo. O espaço de convívio estará aberto desde as 15 horas à participação espontânea de todos os visitantes. Pelas 16 h, no espaço juventude em Festival, haverá uma discoteca, com a participação de disco-jockeys nacionais e estrangeiros e a exibição dos Go Graal Blues Band e dos Sheiks.

A manhã de domingo é de novo marcada pelo desporto. É a prova de cicloturismo, a corrida de atletismo, o campeonato nacional de remo e as provas de vela. A partir das 9 h realiza-se o desfile náutico Tejo acima e para os mais pequenos haverá uma manhã infantil com palhaços, ilusionismo, oficinas para brincadeiras várias e cantigas com o Nuno Gomes dos Santos. Às 14 h, no auditório, é tempo de teatro e da entrega dos prémios do concurso «Amar o Tejo, viver a Paz».

E preparem-se porque à tarde teremos na FIL um grande espectáculo, a partir das 17 horas com Carlos Paredes, Paulo de Carvalho, Júlio Pereira, Nana Sousa Dias, Lena d'Água e os Rádio Macau. O Festival «Amar o Tejo, viver a Paz» encerra às 23 h com um grande espectáculo de fogo de artifício.

Nacional

11.º aniversário da Constituição Jantar de mulheres resistentes

Realizou-se recentemente na Casa do Alentejo, um jantar de mulheres resistentes para assinalar o 11.º aniversário da Constituição. Estiveram presentes neste jantar presidido por Luísa Irene Dias Amado cerca de 230 pessoas.

Foram aprovadas durante o almoço duas saudações, ao

povo do Chile e ao povo da África do Sul, uma moção sobre as relações internacionais e uma moção aos parlamentares pelo espírito patriota da votação da moção de censura.

No final Fernando Lapa e o Grupo de Poesia e da Paz animaram o jantar.

JCP afirma princípios de uma política democrática

Reunida no passado fim-de-semana, em Lisboa, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa concluiu que «o movimento juvenil com a sua luta e esclarecimento deu um contributo precioso para o desmascaramento da demagogia, para o descrédito de alguns ministros e do próprio Governo, para a redução da sua base de apoio e para a sua queda recentemente consumada».

Analisando a actual situação política, a Direcção Nacional no comunicado saído após a sua reunião referencia exaustivamente as lutas e acções do movimento juvenil nas suas diversas componentes, acabando por «saudar os jovens portugueses pela sua luta e pelo contributo dado para a queda do Governo que mais se serviu da palavra Juventude e ao mesmo tempo um dos que mais agravou a situação de vida dos jovens».

Considera a DN da JCP que a formação de um Governo Democrático que o actual quadro parlamentar propicia é «a alternativa patriótica que o presente momento político exige e que importa construir».

Neste quadro, a JCP adianta no comunicado que vimos citando as «linhas fundamentais de uma política e acção governativa democrática virada para a juventude».

De entre essas linhas destacamos, no campo da política laboral, «a criação de novos postos de trabalho eliminando progressivamente o desemprego juvenil, o combate à precarização do emprego e à exploração da mão-de-obra infantil, a definição e aplicação de um plano nacional de formação profissional para os jovens, a eliminação da discriminação salarial dos jovens em razão da idade e um apoio à instalação dos jovens agricultores».

No tocante à política de ensino, entre outras medidas, defende a JCP a aplicação da Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada na AR, a democratização e expansão da escolaridade obrigatória, a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e à eliminação dos mecanismos de selectividade económica e elitização, o combate ao insucesso e abandono escolar, a promoção de um efectivo apoio social estudantil, a qualidade pedagógica e científica do ensino, a aplicação do Estatuto do Trabalhador-Estudante, a promoção de uma verdadeira autonomia universitária e a aplicação do ensino especial para deficientes.

Em relação à política de habitação, defende-se a definição e aplicação de um Plano Nacional de Habitação e uma política de crédito para compra de habitação própria de acordo com as possibilidades e necessidades dos jovens.

Subjaz, a esta proposta, na opinião da JCP, a concretização de uma política que promova a cultura física e o desporto, incentive a criação cultural e artística dos jovens, e afirme a Paz, a independência nacional e a amizade e solidariedade com a juventude de todo o mundo.

Desde já a JCP manifesta «a sua total disponibilidade em contribuir para a definição e aplicação de uma política de juventude, correspondendo à vontade dos jovens e ao necessário desenvolvimento do País». A DN da JCP apela ainda a todos os jovens para que participem de forma massiva nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Pão de Braga é fabricado por crianças

Entretanto, a Comissão Distrital de Braga da JCP anuncia para o próximo dia 12 de Abril a realização do 1.º Encontro de jovens trabalhadores comunistas do distrito, sob o lema «Pelo direito ao trabalho, organizar, lutar».

No distrito de Braga existem 27 mil jovens (até aos 25 anos) que estão desempregados e desses, apenas 13 por cento recebem subsídio de desemprego. No distrito de Braga, a maior parte do pão consumido é fabricado por crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos. Na indústria de confecção existem jovens raparigas que trabalham 10 e mais horas por dia, ganhando apenas 5 a 7 mil escudos por mês e descontando daí o sabão, o papel higiénico e as agulhas que se partem. Todas estas situações, afirma a Comissão Distrital de Braga da JCP, contam com a cumplicidade do Governo cessante PSD/Cavaco Silva.

Constatando esta grave situação, os jovens comunistas de Braga afirmam a sua certeza em que este encontro será frutuoso, «tanto no debate dos problemas, como no encontrar de formas adequadas que possibilitem aos jovens trabalhadores participarem activamente na resolução dos problemas que os afectam».

Internacional

Do processo Colza às armas químicas

A ponte do lucro capitalista

Foi no 1.º de Maio de 1981 que souo o alerta. A primeira vítima do azeite adulterado, ou mesmo substituído por um óleo industrial — um menino madrileno — morria em poucas horas no hospital. Na verdade, por evidentes razões de lucro, tinha sido desencadeado um monstruoso processo de envenenamento colectivo.

Dos 25 mil casos registados de envenenamento, 650 morreram nestes seis anos, e não está excluído que possa ainda haver mais vítimas mortais. Duas mil pessoas ficaram paralizadas, mudas, reduzidas nalguns casos a verdadeiros esqueletos humanos. Quatro mil conservam profundas sequelas, que impõem um sistemático tratamento psicoterapêutico, como é o caso de 800 crianças que ficarão deficientes.

O julgamento do crime decorre actualmente na capital espanhola, e tudo indica deverá arrastar-se por muito tempo.

Não porque o que está em causa não seja claro. Em 1981 um milhão de toneladas de óleo de colza entrou em Espanha, legalmente, para fins industriais. O inquérito judicial entretanto desenvolvido apurou que uma parte desse óleo industrial havia sido posteriormente revendido, a baixo preço, à sociedade RAELCA, especializada no engarrafamento e da comercialização de azeite.

A mistura foi vendida em garrafas de cinco litros, a um preço mais baixo que o normal para o azeite, e naturalmente nos bairros populares, onde centenas de pessoas morreram de hemorragias cerebrais, crises cardíacas, e foram afectadas por gravíssimas doenças, da atrofia muscular à destruição de tecidos nervosos.

Mas agora, no auditório do tribunal de Féria, a defesa nega os factos da acusação, e aponta como bode expiatório a empresa «Bayer» (aliás também bem conhecida por práticas bem pouco escrupulosas, pelas mesmas razões de lucro...), que acusa de ter causado todas estas vítimas, através de um pesticida da sua responsabilidade, experimentado nas culturas espanholas de tomate.

A verdade é que na barra dos réus não estão apenas os 141 acusados, no essencial patrões da indústria alimentar de azeite e seus cúmplices, de que os irmãos Bengoecha são as figuras principais. Está o patronato espanhol ligado à indústria alimentar, os latifundiários detentores dos grandes olivais.

Razões de sobra para arrastar o mais possível o processo e abafar o escândalo.

Não é um crime isolado. SIDA inoculada?

A denúncia vem nas páginas do jornal do Gana «Mirror». Segundo informação aí divulgada, pessoal médico norte-americano, incumbido de estudar os efeitos do vírus da SIDA sobre o homem, estaria a propagar deliberadamente este vírus nas regiões Sul do Zaire.

Note-se que, geograficamente, se tem frequentemente atribuído a origem do vírus da SIDA exactamente ao Zaire ou ao Haiti

(nos anos 60 uma forte emigração haitiana viveu no Zaire, para depois regressar ao seu país).

Dados a que importa ainda somar um outro. As grandes empresas capitalistas que se dedicam ao tráfico de sangue, como a «Cutter» ou a «Bayer», operam também no Zaire como no Haiti, e sem dúvida também doentes de SIDA destes países, brutalmente atingidos pela miséria, venderam o seu sangue para transfusões... E bem se sabe que os hemofílicos têm sido dos grupos mais atingidos pela SIDA.

Assim se unem as várias componentes do crime. No caso do óleo de colza, como na difusão da SIDA, o lucro muitos crimes têm justificado e continua a justificar.

E bem podemos lembrar aqui alguns outros dos mais conhecidos dramas, com idênticas origens: as deformações terríveis de bebés vítimas da Talidomida, nos anos 60; a morte de 36 bebés e a intoxicação de outros 135, em 1972, vítimas do talco Morhange, do grupo Givaudan (controlado pela Hoffmann-La Roche) — o mesmo grupo proprietário da empresa Icmesa, em Seveso, tristemente célebre pela nuvem tóxica que em Julho de 76 se escapou das fábricas. E ainda a morte biológica do Reno. Os milhares de mortos de Bophal.

Mas,
Nem só de negócio se trata, as armas também contam...

O jornal ganense «Mirror» não se limita à denúncia da deliberação de propagação do vírus da SIDA

Europa NATO quer ainda mais armas nucleares

«A principal tarefa da NATO hoje é aumentar o número de mísseis norte-americanos de curto alcance na Europa» — é uma afirmação do primeiro-ministro francês, Jacques Chirac, de regresso dos Estados Unidos.

Esta, aliás, em síntese, a posição dos Estados Unidos face à proposta soviética de desmantelamento de mísseis norte-americanos e soviéticos de médio alcance na Europa.

Uma posição que simultaneamente traduz o difícil equilíbrio entre duas realidades.

De um lado a pretensão a alcançar a todo o custo uma superioridade militar definitivamente perdida, não desarmar.

De outro a impossibilidade de um não rotundo a propostas soviéticas de desarmamento que gozam, à partida, do mais amplo apoio popular.

Da parte dos Estados Unidos e da NATO, pretende-se hoje uma ligação entre negociações sobre mísseis de médio alcance e mísseis de curto alcance, não para avançar mais rapidamente no caminho da libertação da Europa de todas as armas nucleares, mas num esforço de aumentar o número global de mísseis de curto alcance no continente, em parte através da reconversão dos Pershing em mísseis de curto alcance. Que aliás em qualquer altura poderiam retomar rapidamente a sua forma inicial.

Pretende-se assim utilizar uma proposta de desarmamento

para reforçar ainda o nível de armamento existente!

Neste sentido se desenvolvem as habituais operações propagandísticas, argumentando com «superioridade» militar soviética e, naturalmente, as intenções «agressivas» de Moscovo. Velhos chavões também desenvolvidos por Thatcher, mesmo na sua visita à União Soviética. E que levam à conclusão absurda de que são as armas nucleares o garante da paz, base da teoria da dissuasão nuclear.

A batalha pela abertura da porta do desarmamento continua entretanto. E a seu favor pesam as realidades objectivas e o peso das lutas e dos movimentos pela paz.

Apesar das posições reafirmadas pela dirigente britânica em Moscovo, o porta-voz do ministério soviético dos Negócios Estrangeiros, Guenadi Guerassimov, declarou que depois destes contactos, «um acordo sobre as armas de médio alcance na Europa é, talvez, um pouco mais provável», afirmando ainda ter sido possível chegar a alguns pontos comuns numa série de questões, em particular no que respeita aos mísseis de médio alcance — embora a parte britá-



Apesar do tratamento psicoterapêutico, centenas de crianças ficarão deficientes

no Zaire. Avança ainda uma outra não menos grave: concretamente, as experiências com vírus da SIDA — que seria obtido em laboratórios secretos do Pentágono — estão orientadas para a criação de um novo tipo de armas biológicas.

O Zaire não é tão pouco o único país em que os Estados Unidos estarão a criar armas biológicas. O Pentágono já foi mesmo forçado, por pressão da opinião pública, a encerrar laboratórios seus no Paquistão e na Argentina.

A denúncia do Gana não é uma denúncia isolada. Já anteriormente cientistas britânicos, norte-americanos e da RDA, in-

dependentemente uns dos outros, concluíram que o vírus da SIDA tinha origem artificial e podia ter sido criado por engenharia genética.

Os primeiros casos de SIDA foram detectados em Nova York em 1979 e, segundo o professor soviético Piotr Nikolaev, é possível que o vírus tenha sido criado em Fort Detrik, nos Estados Unidos, onde em 1977 entrou em funcionamento um laboratório de alta segurança para agentes patogénicos particularmente perigosos.

Da morte por acidente à morte calculada

Um acidente nunca é apenas um acidente. Tem por detrás razões, causas objectivas, falhas humanas. Em qualquer dos casos não é um acto deliberado. As vítimas do óleo colza, são sobretudo vítimas da cegueira de lucro dos senhores do capital ligados à comercialização de óleo alimentar.

Mas há outras formas de o capital defender os seus lucros e a sua sobrevivência, em que directamente entramos no domínio do crime meticulosamente programado. Entramos assim no domínio das armas. No caso, das armas químicas, da «morte branca».

E temos as denúncias convergentes quanto a uma possível origem do vírus da SIDA em laboratórios do Pentágono.

A imoral presença de especialistas norte-americanos em armas químicas e biológicas, à cabeça das vítimas da tragédia de Bophal.

Mas não só.

Nas páginas do «Boletim militar» soviético afirma-se que a redacção dispõe de um documento que prova que o Exército dos Estados Unidos dispõe actualmente de 30 tipos de armas biológicas, que incluem agentes de doenças como a cólera, a difteria, a meningite, a febre paratifoide, a peste, a poliomielite, a raiva, a varíola, a tuberculose e a febre amarela.

Uma ameaça monstruosa, mas apenas uma ameaça? São armas para não serem utilizadas, como afirma Thatcher em relação aos mísseis nucleares?

Importa lembrar aqui, e uma vez mais, o Vietnam.

Mais de quinze anos após a utilização de armas químicas no Vietnam pelos Estados Unidos, uma parte da população ostenta ainda na pele traços de dioxina, matéria que causa, designadamente, cancro de fígado e malformações congénitas. A denúncia é do médico americano John Constable, actualmente em visita ao Vietnam.

Visita à Checoslováquia

A convite do Comité da Organização Regional da Morávia do Norte do Partido Comunista da Checoslováquia, visitou aquela região, de 27 de Março a 3 de Abril, uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, composta por Car-

los Ramildes, membro suplente da Comissão Política do CC e José Vieira, membro suplente do CC e Victor Proença, membro da DORS.

A delegação da DORS foi recebida por uma delegação do Comité Regional da Morávia do Norte, dirigida pelo seu primeiro Secretário e membro do CC, camarada Vaclav Vaclakik.

Durante a estadia, a delegação da DORS teve contactos com diferentes aspectos da realidade daquela região.

Esta visita, que teve lugar no quadro das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o PCC, contribuiu para o melhor conhecimento da actividade do Comité Regional da Morávia do Norte e para estabelecer contactos directos entre a DORS do PCP e aquele Comité Regional do PC da Checoslováquia.

edições
Avante!
Recomendam

VIII SONETOS
Ary dos Santos

Internacional

Médio Oriente Conferência Internacional ganha apoios em todo o mundo

O secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, deverá apresentar, nos finais de Maio, um relatório sobre os progressos registados nos múltiplos contactos que vem desenvolvendo com representantes de diversos países sobre a possibilidade de realização de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente.

A ideia daquela iniciativa, apresentada pela União Soviética e adoptada pelas Nações Unidas em 1983, enfrentou até há bem pouco tempo a firme oposição dos Estados Unidos e de Israel, pouco interessados na procura de soluções que de algum modo pudessem pôr em causa os seus interesses geoestratégicos na região. Contudo, a manutenção e agravamento dos confrontos, por um lado, e a crescente pressão da comunidade internacional, por outro, são dois vectores que parecem finalmente ter aberto o caminho para a realização da conferência, ponto de partida para uma solução pacífica dos problemas de tão martirizada região do mundo.

Seria ingenuidade acreditar que estão já vencidos os maiores obstáculos ou que todos os intervenientes neste complicado processo estão a desenvolver as suas influências com as melhores das intenções.

A Comunidade Económica Europeia, cujo presidente do Conselho de Ministros, Léo Tiedmans, vai realizar uma ronda pela Jordânia, Egito, Arábia Saudita e Israel com o objectivo de «relançar o processo de paz na região», poderá por exemplo encontrar sérias dificuldades ao desenvolvimento das suas diligências se não alterar a sua posição em relação à Síria. Recorda-se que a Comunidade adoptou uma série de sanções contra a Síria na sequência de acusações, nunca provadas, de envolvimento daquele país em actos de terrorismo, na sequência de uma campanha desencadeada pelos EUA com o objectivo evidente de isolar o regime sírio que é na região uma das mais poderosas e consequentes forças anti-imperialistas.

O facto de Leo Tiedmans ter declarado que o seu périplo pelo Médio Oriente não inclui a Síria foi já de resto condenado pela Liga Árabe, que não considera viável a realização de qualquer iniciativa internacional que exclua tão importante participação.

Acrescente-se, por outro lado, que a actual posição da CEE contraria a própria Declaração da Comunidade sobre o Médio

-se ainda que os doze (...) irão empenhar-se numa contribuição activa (...) para tentar aproximar as posições das partes envolvidas umas das outras, na expectativa de tal conferência ser convocada, apelando às partes envolvidas para evitarem qualquer acção que possa piorar a situação e complicar e retardar a procura da paz.

Um apelo que a CEE deveria começar por seguir.

A questão palestina

Outro dos obstáculos que se levantam à realização da conferência internacional sobre o Médio Oriente são a exigência norte-americana do reconhecimento

de exemplo, as importantes decisões tomadas recentemente pela Organização de Libertação da Palestina (OLP): nos finais de Março, Yasser Arafat declarou que a OLP aceita participar numa conferência de paz sobre o Médio Oriente no seio de uma delegação árabe comum, sem exigir uma delegação própria que poderia ser pretexto para a inviabilização da iniciativa por parte dos Estados Unidos e de Israel; no início deste mês, após diversas conversações travadas em Trípoli, capital líbia, foi anunciado que as principais organizações palestinas se vão encontrar em Argel para tentar consolidar os esforços de reconciliação interpalestinas em curso.

A ser bem sucedido o processo de reconciliação, em que têm vindo a participar os presidentes

Oriente, de Fevereiro último, onde expressamente se afirma que os doze são a favor da realização de uma Conferência



Destruição, morte, dor, realidades permanentes do Médio Oriente a que é preciso pôr fim

Internacional de Paz, sob os auspícios das Nações Unidas e com a participação de todas as partes envolvidas e de qualquer outra parte que possa contribuir directa e positivamente para o restabelecimento e preservação da paz e para o desenvolvimento económico e social da região.

Na citada Declaração afirma-

prévio pela União Soviética do Estado de Israel, a forma que revestirá a representação palestina num tal evento e a oposição das forças israelitas mais reacções à sua concretização.

A resolução destas questões, não sendo fácil, não é no entanto impossível. Refira-se, a título

Chadli Benjedid, da Argélia, Heider Attas, do Yemem Democrático e Muammar Khadafi, da Líbia, é bem possível que na reunião do Conselho Nacional Palestino, marcada para o próximo dia 20 em Argel, estejam representadas todas as principais organizações palestinas e seja adoptada uma posição comum face à conferência sobre o Médio Oriente.

O povo palestino, que no passado dia 30 assinalou o «Dia da Terra» — jornada de luta em que se ratifica o compromisso de libertar a Palestina e impor o respeito pelos direitos nacionais do seu povo —, é de resto o mais directamente interessado naquela iniciativa de paz. Lutando há quase quatro décadas pelo regresso à pátria de que foi expulso por Israel, o povo palestino tem vindo a ser alvo de um genocídio que a comunidade internacional não pode continuar a permitir.

A paz no Médio Oriente passa pela resolução da questão palestina, como ninguém ignora. A iniciativa das Nações Unidas terá de tê-lo em conta ou estar-se-á a perder uma oportunidade histórica de contribuir de forma decisiva para a paz duradoura naquela região.

África do Sul ameaça países da Linha da Frente

O ministro da Defesa da África do Sul afirmou há dias na rádio de Pretória que os países vizinhos podem vir a ser alvo de «acções duras» por parte do regime racista devido ao apoio que prestam aos «terroristas do ANC». Num momento em que a situação interna sul-africana volta a agravar-se com o desenvolvimento de uma série de lutas sindicais e a crescente pressão internacional para a liquidação do *apartheid*, a intervenção do ministro Magnus Malan pode ser interpretada como uma ameaça de próximos ataques aos países da Linha da Frente.

Essa é de resto a opinião da agência moçambicana «AIM», que recorda que no passado ameaças semelhantes precederam sempre ataques armados contra Moçambique, Lesoto, Botswana, Zâmbia e Zimbabwé, a pretexto de liquidação de acampamentos do ANC.

Entretanto, Moçambique está a sofrer já as consequências do boicote que lhe é movido pelos racistas de Pretória, como forma de agravar os já graves problemas com que o país se debate. Segundo revelou o presidente Joaquim Chissano, em entrevista à revista «Afrique-Asie», a África do Sul reduziu para 30 mil o número de trabalhadores moçambicanos no país, o que representa duas vezes menos do que o contingente existente no ano passado. Por outro lado, refere Joaquim Chissano, Pretória utiliza cada vez menos o porto de Maputo prejudicando a economia moçambicana, enquanto continua a abastecer com «víveres, munições e outro material» os bandidos da Renamo.

Na referida entrevista o presidente afirmou ainda que «quatro milhões de moçambicanos estão actualmente afectados pela seca e pela acção dos bandidos armados» e que «dois milhões estão já a atravessar uma situação extremamente dramática».

Em Maputo foi entretanto assinalado, no passado dia 31 de Março, o X aniversário do Tratado de Cooperação URSS-Moçambique. Intervindo na sessão solene, realizada a propósito, Marcelino dos Santos, presidente da Assembleia Popular da RPM, referiu-se às boas relações entre os dois países como a encarnação da solidariedade dos dois povos e afirmou que o reforço da amizade e cooperação com a URSS é parte da luta de Moçambique «contra o atraso, pela consolidação da independência nacional, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e pelo socialismo».

Partidos de esquerda fundam Partido Socialista Mexicano

O Partido Mexicano dos Trabalhadores, o Partido Socialista Unificado do México, a União da Esquerda Comunista, o Partido Patriótico Revolucionário e o Movimento Revolucionário do Povo decidiram juntar-se e fundar o Partido Socialista Mexicano. A decisão foi oficializada no passado dia 29 de Março, numa reunião realizada na Cidade do México em que participaram cerca de cinco mil pessoas.

O novo partido tem como lema «Pela democracia, independência nacional e revolução».

Protesto oficial da Nicarágua contra os Estados Unidos

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua enviou uma nota oficial de protesto ao Departamento de Estado dos EUA pelas novas provocações de mercenários norte-americanos na fronteira da Nicarágua com a Costa Rica, em que foram dinamitados dois postos de alta tensão, bem como pela realização dos exercícios militares americano-hondurenos, «Solid Shield 87».

O governo da Nicarágua considera que aqueles exercícios fazem parte dos preparativos de uma intervenção norte-americana na Nicarágua.

Nova Constituição no Haiti

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Informação e da Coordenação do Haiti, cerca de 99,8 por cento dos eleitores que foram às urnas no passado dia 29 de Março disseram «sim» à nova Constituição do país, cujo texto garante, entre outras coisas, a existência de partidos políticos e de sindicatos e proíbe os partidários do ex-ditador «Baby Doc», derrubado em Fevereiro do ano passado, de exercerem cargos oficiais por um período de dez anos. Segundo o texto constitucional deverão realizar-se eleições presidenciais de cinco em cinco anos, o mesmo titular não poderá exercer o cargo presidencial por mais de dois mandatos consecutivos. Os poderes presidenciais não incluem a dissolução da Câmara de Deputados e do Senado; a nomeação de ministros, chefes militares e da polícia, bem como de outros cargos importantes, deverá a partir de agora ser igualmente sancionada pelo Parlamento.

Recorda-se que o Haiti é um dos países mais pobres do hemisfério ocidental, com 60 por cento da população com um rendimento anual que não ultrapassa os 100 dólares, um terço da população activa no desemprego e uma mortalidade infantil de 130 por mil no primeiro ano de vida.

África do Sul recusa independência da Namíbia

O regime racista sul-africano rejeitou a semana passada um apelo do secretário-geral da ONU para reconsiderar a sua posição em relação à Namíbia e aceitar a instalação naquele território de uma administração provisória das Nações Unidas.

Em entrevista à televisão, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, «Pik» Botha, afirmou que o processo de independência da Namíbia não será desenvolvido sem a retirada das tropas cubanas de Angola. A dependência destas duas questões tem sido artificialmente utilizada por Pretória para recusar sistematicamente todas as deliberações da ONU sobre a Namíbia, como se fosse Angola que constituísse um perigo para a África do

Sul e não este país que, a partir daquele território ocupado ilegalmente, dirigisse frequentes ataques contra Angola.

O apelo de Perez de Cuellar consta de um relatório, apresentado ao Conselho de Segurança da ONU, que rejeita a política de «linkage» seguida por Pretória. No referido documento apela-se a um esforço decidido de todos aqueles directamente envolvidos e à comunidade internacional como um todo para que acelte a instalação na Namíbia de um Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (UNTAG), ainda este ano, como passo decisivo para a sua efectiva independência.

«A apregoada "política social" do fascismo salazarista não passa duma mascarada infame para encobrir a exploração mais desenfreada do trabalhador. Ao lado dos salários de fome que os contratos colectivos "legalizam", o salário por peça mantém-se ainda e é também "legalizado" por despachos governamentais que fixam o preço por peça, como ainda agora se verificou para os operários grosadores, seriadores, de curtumes, etc.» (...)

«Contra os salários por peça» — **Avante!**, VI série, n.º 31, segunda quinzena de Abril de 1943)

«Sem se importar com a miséria atroz a que os mineiros estão submetidos, o fascismo de Salazar decretou há cerca de 3 anos a mobilização dos mineiros. Mais de 200 operários que tinham abandonado há bastante tempo a mina, trabalhando já noutras profissões, outros pontos do País, foram obrigados a voltar, sujeitos a trabalhos forçados. Os operários que tentam abandoná-la são procurados e castigados como soldados desertores.

As condições de trabalho nestas minas são tais que, havendo falta de trabalho em todo o País, nas minas de S. Pedro da Cova está aberta a inscrição e há falta de mineiros. As galerias estão completamente alagadas. Lá em baixo o calor é insuportável. Têm de trabalhar descalços e quase nus, alagados pelo suor e encharcados pela água da mina, durante 9 horas. Só há 2 respiradores para toda a mina. Entre 3000 operários não há um que seja saudável.

O salário dos mineiros é de 167\$00 por semana para os mais classificados e 60\$00 para os menos. As mulheres que trabalham à boca da mina com vagonetas — cerca de 200 — ganham de 5 a 8\$00 diários.

A mina tem uma cantina que fornece os géneros racionados aos mineiros. Enquanto os directores das minas roubam os géneros aos mineiros para os venderem aos trabalhadores das suas propriedades, são vendidos 3 quilos de batatas para 15 dias aos mineiros e racionados os géneros cada vez mais.

Este novo racionamento, os salários de fome, levaram os mineiros do primeiro turno do dia 27 de Fevereiro a **paralisarem o trabalho**. O comandante da força de repressão na mina prendeu 4 mineiros, que foram postos em liberdade pela luta energética e decidida dos seus camaradas, companheiras e filhos. **Apesar das ameaças e das espingardas, os mineiros não arredaram pé e, aos gritos de: "Queremos a liberdade dos nossos camaradas!", "Queremos pão!", "Temos fome!", os 4 mineiros foram libertados.**

Unidos como um só homem, os mineiros de S. Pedro da Cova permaneceram em greve durante 7 dias, secundados pelos valentes mineiros de Rio Tinto e Monte Aventino. Durante 7 dias mais de 3000 mineiros estiveram em greve, exigindo melhores salários, mais pão e melhores condições de vida.» (...)

«Greve dos mineiros de S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Monte Aventino» — **Avante!**, VI série, n.º 86, primeira quinzena de Abril de 1946)

«Quando da reeleição de Carmona os empregados desta companhia enviaram o seguinte telegrama:

Exmo. Sr. Presidente da República,
Em vésperas da reeleição para o lugar supremo da Nação, o pessoal da Companhia dos Telefones pede a intervenção de V. Ex.ª para a opressão, para o vexame a que está sujeito o pessoal desta companhia, onde a miséria está tocando muitos lares pelo nível baixo dos ordenados, numa companhia que auferre lucros fabulosos.»

«Na Companhia dos Telefones» — **Avante!**, VI série, n.º 9, Abril de 1942)

Internacional

CHILE

A luta pela democracia continua

No dia 2 de Julho DE 1986, os militares de Pinochet transformaram dois jovens estudantes em tochas vivas. Rodrigo Rojas de Negri, de 19 anos, morreu. Carmen Gloria Quintada conseguiu sobreviver. As queimaduras de 2.º e 3.º grau que atingiram mais de 60% do seu corpo deixaram marcas que os tratamentos a que tem vindo a submeter-se não conseguirão provavelmente fazer desaparecer nunca. Carmen, cujo rosto terrivelmente mutilado a imprensa parece ter pudor de mostrar, esteve no Chile para que o Papa João Paulo II visse até onde pode ir a bestialidade da ditadura chilena.

Ao receber João Paulo II, na quarta-feira da semana passada, o ditador Augusto Pinochet afirmou que desde 1973 (data do golpe fascista) a sociedade chilena «assenta nos valores da liberdade, da justiça e do progresso» e que «a paz interna constitui um valor superior cuja realidade deve ser procurada de preferência pela autoridade» sublinhando que «para isso, a unidade nacional é um valor essencial para a sua realização».

Pinochet não perdeu a ocasião de referir também a «gravíssima agressão e o cerco que sofreu e continua a sofrer o Chile devido à acção expansionista estrangeira da ideologia materialista e ateia mais extremista que o mundo conheceu».

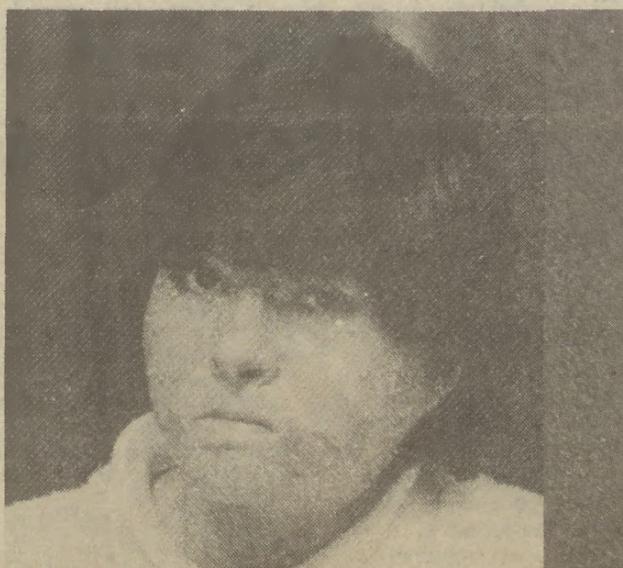
Tanto quanto se sabe, não falou dos estádios transformados

em campos de concentração, dos milhares de mortos, dos torturados, dos exilados, dos presos políticos, dos desterrados, da censura, da ausência de direitos humanos, da brutalidade da repressão que continua a abater-se sobre o povo chileno como de novo se viu durante a própria visita papal.

Um morto e mais de seiscientos feridos, trágico balanço da repressão fascista a evidenciar mais do que todas as palavras a impossibilidade de reconciliar o irreconciliável; a ocupação militar de localidades e recintos onde se realizaram cerimónias religiosas; a interrupção da emissão em directo da digressão do Papa quando num dos bairros pobres de Santiago um padre apresentou a multidão como **os que mais sofrem nos seus direitos**

humanos e famílias vítimas da violência e do terrorismo, são alguns dos exemplos da realidade chilena que ao Papa João Paulo II foi dado observar com toda a sua crieza, revelando o abismo que existe entre o discurso oficial da ditadura e o quotidiano de um povo a quem não resta outro caminho que o da resistência e da revolta pela reconquista da dignidade, da paz, da democracia, da justiça social.

O Papa João Paulo II, que antes de chegar ao Chile classificou o regime de ditatorial, pregou em Santiago que «a reconciliação é o verdadeiro caminho para a libertação cristã, sem recurso à luta de classes e às represálias e que a dialéctica desumana não permite ver nos outros irmãos, filhos do mesmo pai, senão inimigos que é preciso combater». Tê-lo-ão entendido Pinochet e todos os seus acólitos, cujas mãos sujas de sangue de tantos democratas não conhecem outra linguagem que a da tortura? Tê-lo-ão entendido os presos políticos em greve de fome nas masmorras da ditadura? Tê-lo-ão entendido as mães de filhos mortos, desaparecidos, torturados, exilados por vontade do regime? Tê-lo-ão entendido os padres chilenos, considerados pela ditadura como principais



Carmen Gloria, a jovem chilena queimada pelos esbirros de Pinochet

«adversários» que têm como objectivo «provocar o derrube do governo militar», como se lê num documento secreto das forças armadas divulgado no México na véspera da chegada do Papa ao Chile? Tê-lo-á entendido Carmen Gloria, mutilada na própria carne pelos algozes de Pinochet?

Manda a doutrina cristã oferecer a outra face. E quando,

como Carmen Gloria, ambas foram já terrivelmente queimadas?

A concórdia por que aspira o povo do Chile e pela qual se batem as mais amplas camadas da população não tem lugar para Pinochet e para os que com ele só conhecem a paz podre das prisões e dos cemitérios. Por isso a luta continua, até à democracia.

Hungria, os difíceis caminhos da liberdade

A libertação foi há 43 anos, em 4 de Abril. Então a Hungria era conhecida como o país dos mendigos. Bem longe vão naturalmente esses tempos. Hoje não é de miséria ou de desemprego que se trata. Discute-se como melhorar a eficácia económica, cuidando de manter o nível de vida; ou que soluções para a reestruturação da indústria, no quadro dos imensos progressos técnico-científicos, garantindo simultaneamente a todos os trabalhadores novos postos de trabalho sem demasiados choques.

Não foi fácil este período histórico, marcado por um «antes» e um «depois» da insurreição contra-revolucionária de 1956. Tão pouco são fáceis os problemas a defrontar e resolver actualmente, na complexa construção de cada caminho do socialismo. Mas o que hoje importa sobretudo é o muito que se avançou, é a perspectiva que enforma o desenvolvimento do país, é o empenhamento de um povo nos caminhos, tateados, do progresso, intrinsecamente ligado ao próprio desenvolvimento do socialismo.

O caminho percorrido

Do caminho percorrido fala o camarada János Kádár, secretário-geral do Partido Socialista Operário Húngaro, em entrevista à revista norte-americana «Time», no Verão passado, e de que aqui reproduzimos um pequeno extracto.

«É importante saber que o nosso pequeno país tem apenas uma população de dez milhões de habitantes e que para fazer funcionar a nossa economia, é-nos necessário importar uma grande parte das matérias-primas e da energia necessária. Isto significa que estamos, numa

medida considerável, à mercê da evolução da economia mundial. Isto também explica, em parte, que a nossa economia tenha conhecido um desenvolvimento dinâmico no período de 1960 a 1975, período seguido de uma progressiva travagem desse desenvolvimento.

«Entretanto não se pode negar que obtivemos importantes sucessos: desde 1960, o volume da produção industrial húngara multiplicou-se por 3,5, o da produção agrícola por 2 e o rendimento nacional por três.

«Não menos importante, a meu ver, é termos sabido responder aos desafios dos últimos cinco ou seis anos. Neste período, defrontámos com sucesso a deterioração das condições económicas internacionais, travámos o processo de endividamento do país, conservámos a nossa solvabilidade e nalguma medida melhorámos mesmo a nossa situação. Tudo isto prova a solidês das bases políticas e económicas da nossa sociedade.»

Problemas e respostas

Cinquenta por cento dos rendimentos da Hungria provêm do comércio externo. Este um pri-

meiro elemento para compreender as dificuldades económicas que se vivem no país (naturalmente controladas porque é de uma sociedade socialista que se trata, e não é a fome de lucro dos monopólios que dita as leis), dificuldades muito reais, como a inflação (que vem a baixar), o crescimento zero há dois anos, os défices.

De par da dependência das condições de troca do mercado internacional, outras questões se levantam, como uma fraca produtividade do trabalho. Que naturalmente andar também ligada a uma insuficiente introdução de novas tecnologias, a sistemas de gestão e estímulos não adequados.

Para todas estas questões se ensaiam respostas. Em 1984, o CC do PSOH indicava a necessidade de modernização e reestruturação da indústria. Em 1986, são elaborados os princípios da reforma da gestão, avança-se ainda com uma reforma do sistema bancário e de crédito, e uma lei que permite o encerramento de empresas altamente deficitárias.

Já neste ano de 1987, avança-se com uma reforma fiscal que deverá colocar todas as empresas, à partida, em pé de igualdade e com mais ampla base de decisão. Trabalha-se ainda para uma alteração da forma como são definidos preços e salários. Os preços deverão aproximar-se dos valores reais e os salários do trabalho fornecido.

Perspectivas

No plano quinquenal iniciado em 1986, programa-se um cres-

cimento anual do produto nacional bruto da ordem dos 3%. Esta taxa de crescimento deve abrir caminho — e está interdependente — à necessária transformação da economia, à modernização técnica, à elevação do nível de vida, com uma simultânea redução da inflação.

Planos que passam pelo levar à prática das medidas entretanto avançadas. Uma reestruturação com múltiplas implicações, também no plano social.

Por exemplo — neste 7.º plano quinquenal de 1986-90, prevê-se uma transferência de posto de trabalho de uma centena de milhar de assalariados.

Não é de desemprego que se trata. Mas ninguém pensa que

tão grandes transformações, com evidentes reflexos ao nível de vida pessoal e familiar de cada um, se possam processar de forma linear. Por isso, já há vários anos o Estado atribui um subsídio de reciclagem aos trabalhadores de empresas que foram encerradas por razões de ordem económica. Foi entretanto estabelecido um acordo entre o governo e o conselho central dos sindicatos, para a elaboração de um programa complexo de política de emprego.

E assim, passo a passo, pelos caminhos — inexplorados — do socialismo, se vai construindo a Hungria de hoje. Com problemas e êxitos. E sobretudo empenhamento num constante processo de desenvolvimento.



Rodney Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

edições **Avante!**

Em Foco

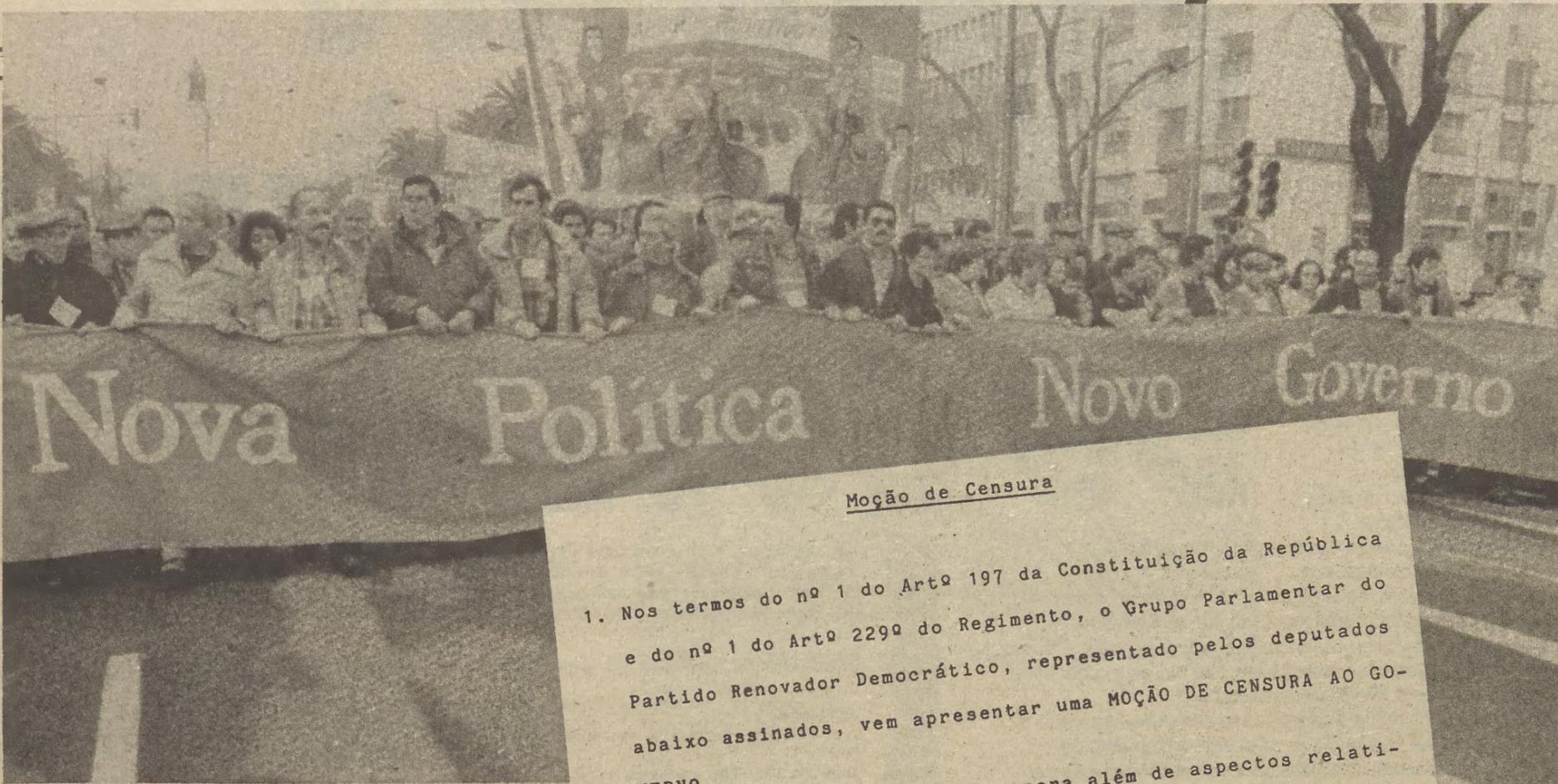
Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 693

9 de Abril de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Moção de Censura

1. Nos termos do nº 1 do Artº 197 da Constituição da República e do nº 1 do Artº 229º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Renovador Democrático, representado pelos deputados abaixo assinados, vem apresentar uma **MOÇÃO DE CENSURA AO GOVERNO**.

Justificam a Moção de Censura, para além de aspectos relativos à execução do programa do Governo, factos cuja gravidade democrática e relevo para o interesse nacional só por si a imporiam: a incapacidade do Governo de enfrentar os problemas estruturais que ao País se apresentam, preferindo aproveitar os benefícios de uma conjuntura económica favorável e adiar e escamotear as questões em permanente eleitoralismo; o clientelismo desenfreado com que vão sendo ocupados todos os lugares da Administração; a manipulação da informação; e o relacionamento conflitual do Governo com a Assembleia da República, que chegou agora ao ponto de pôr em causa a dignidade do estado Português e do Parlamento em comportamento que a Assembleia da República censurou por larga maioria, sem que após tal votação parlamentar o Governo houvesse tido a dignidade democrática de apresentar uma Moção de Confiança.

2. Requer-se se sigam os demais termos dos artigos 229º e seguintes do Regimento, identificando-se expressamente o primeiro signatário nos termos e para os efeitos do nº 2 do artº 230º do Regimento.

Pel' O Grupo Parlamentar do PRD

António Martins
Magalhães
Stano

Luís Júlio
Aus Gonçalves
José Luís
Trincho

CONDENAÇÃO GERAL LEVVOU À QUEDA DO GOVERNO

E scassos minutos separavam os ponteiros do relógio das 21 horas quando os

deputados dos partidos da oposição que ocupavam a última fila das bancadas do hemiciclo se ergueram para votar favoravelmente a moção de censura. Era o toque de finados. Sem honra e sem glória, caía o Governo do PSD, dirigido por Cavaco Silva.

Gorando as previsões que davam como certa a sua entrada madrugada dentro, o debate chegava ao fim, após pouco mais de dezasseis horas de trabalhos. O diagnóstico fora feito. O julgamento também. A sentença, sem surpresas, era inapelável: o Executivo de Cavaco Silva, pelas mais variadíssimas razões, não merecia continuar à frente dos destinos do Portugal democrático.

Culminando a persistente e corajosa luta dos trabalhadores e do povo português, na sequência do crescente isolamento do Governo, (inclusive político) e das sucessivas condenações e derrotas que vinha sofrendo na Assembleia da República, a votação da moção de censura e o seu resultado surgiu assim naturalmente como o corolário lógico de um processo de onde há muito emergira o alerta quanto à necessidade de ser posto cobro a esta política de desastre e simultaneamente abrir de novo a perspectiva de uma nova política que ataque os problemas de fundo, melhore as condições de vida, relance a economia e promova o desenvolvimento económico do País.

Ao contrário do que o Governo ainda quis fazer crer até ao último momento, não foi a moção que desencadeou uma «repentina crise». Como salientou Carlos Brito, a crise está latente de há muito e é o Governo o seu principal responsável. Artificial não foi a queda do Governo. Artificial, era a «impunidade com que vinha desenvolvendo a guerrilha institucional», a «ocupação metódica e sistemática dos lugares da Administração», a «instrumentalização acelerada dos meios e dos recursos do Estado», a «actuação ilegal contra as empresas públicas e a Reforma Agrária».

Daí que a aprovação da moção por 134 votos contra 108 (com uma abstenção) seja entendida pois como um acto legítimo e oportuno de «normalização democrática da vida institucional». A forma como o debate decorreu, o estilo balofo e arrogante do Governo do PSD e da sua bancada, o pendor totalitário evidenciado por algumas das suas mais destacadas figuras, constituem aliás uma acrescida achega para a compreensão não apenas da necessidade mas também da urgência que havia de pôr termo à rebelião do Governo e à sua política nefasta.

Uma política que, como de resto foi amplamente demonstrado, esteve longe de aproveitar as excepcionais condições da envolvente externa e de servir os interesses do povo e do País. Um a um, todos os estafados slogans que zelosos escribas de serviço têm veiculado nos meios de comunicação, foram caindo ao longo do debate, perante o evidente nervosismo das hostes do partido governamental e da sua vasta clientela que enchia as galerias e corredores da Assembleia.

Competência, rigor, transparência, sentido democrático? Tudo foi inapelavelmente desmontado. O Governo falhou em toda a linha da sua política económica e social. As suas opções a favor do grande capital e dos grandes interesses estrangeiros não são alheias a tais resultados.

Durante o debate da moção, o Governo quis ainda dividir e conseguiu o contrário. Saiu isolado e derrotado. Como disse Carlos Brito, o debate revelou ainda consensos e desfez intrigas. Há que encontrar agora a necessária solução que aproveite a conjuntura favorável, relance a economia e melhore as condições de vida dos portugueses. ■

No decorrer do debate sobre a moção de censura ao Governo o Grupo Parlamentar do PCP distribuiu aos órgãos de comunicação social uma lista em que por menoriza alguns factos e datas reveladores da reprovação política do Executivo de Cavaco Silva pelas posições convergentes dos partidos de oposição democrática.

PROGRAMA DO GOVERNO (19 e 20/11/85)

Passa à tangente...
São apresentadas três Moções de rejeição do programa (PS, PCP e MDP).
A Moção do PS obteve 88 votos a favor, 86 contra e 65 abstenções do PRD e CDS.

OE/SUPLEMENTAR (7 e 11/1/86)

Orçamento de Estado suplementar para 1985.
A Comissão aprovou um parecer fortemente crítico e alterou substancialmente propostas e verbas apresentadas pelo Governo.

REFORMA AGRÁRIA (29/1/86)

É suspenso e positivamente alterado um Decreto-Lei do Governo proibindo a suspensão de actos executórios, diploma com particular incidência na Reforma Agrária.

PACOTE LABORAL (1/2/86)

É rejeitado o pedido de urgência, apresentado pelo Governo, para discussão da autorização, relativa ao Pacote Laboral que incluía a Lei dos despedimentos; contratos a prazo; regime de trabalho temporário.

ESTATUTO DOS TRABALHADORES CONSULARES (4/2/86)

É suspenso o Decreto-Lei do Governo, publicado sem consulta prévia aos interessados, e que suscitou a maior oposição dos trabalhadores dos consulados.

SALÁRIOS EM ATRASO (19 e 21/2/86)

Contra a vontade do Governo é aprovada uma Lei de combate aos salários em atraso, resultantes dos Projectos apresentados pelo PCP, PS e PRD.

CARTEIRAS MÉDICAS (5/3/86)

É revogado o Decreto-Lei do Governo, que atenta fortemente contra os médicos recém-licenciados, desvinculando-os da função pública e atribuindo-lhes subsídio inferior à remuneração actual.

REFORMA AGRÁRIA - ACTOS DO MAP (14/3/86)

A Assembleia da República aprova a constituição de uma Comissão de inquérito aos actos ilegais contra a Reforma Agrária praticados pelo MAP e serviços dependentes.

Na sequência de relatórios aprovados na Comissão esta entendeu enviar 2 dos processos em análise ao Ministério Público.

OE/86 (Março e Abril 86)

São introduzidas importantes alterações ao Orçamento do Estado.

Salientam-se: redução do preço dos combustíveis; diminuição da carga fiscal; reforço de verbas para as autarquias e para as empresas públicas.

DESNAZIONALIZAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS NACIONALIZADOS NOS PERÍMETROS DE REGA (21/5/86)

O Governo retira a proposta na sequência de iniciativas apresentadas na Assembleia da República, impugnando-a por inconstitucionalidade.

IACEP (Instituto de Análise e Conjuntura e Estudos de Planeamento) (28/5/86)

É alterado o Decreto-Lei do Governo com a introdução de medidas garantindo aos trabalhadores o prosseguimento da actividade profissional na mesma área a que se dedicava o IACEP.

EMPRESAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - LEI DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (14/6/86)

É aprovada uma Lei que trava propósitos do Governo de proceder ao «leilão» do sector público de comunicação social.

MANUAIS ESCOLARES (21/6/86)

É revogado o Decreto-Lei do Governo que, contra todas as expectativas, mantinha inalterado o sistema de elaboração de manuais escolares.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA PSP (22 e 23/7/86)

É rejeitada a proposta do Governo que visava a militarização

da PSP e limitava os direitos cívicos e sindicais dos membros desta corporação.

ALTERAÇÕES À LEI DA REFORMA AGRÁRIA (5/7/86)

É rejeitada a proposta do Governo de destruição da Reforma Agrária, que previa, designadamente, a atribuição de reservas sem limitação de áreas.

EPPI (Empresas Públicas de Parques Industriais) (26/7/86)

É suspenso o Decreto-Lei que extinguiu esta empresa.

ALTERA A ALTA AUTORIDADE CONTRA A CORRUPÇÃO (26/7/86)

A Alta Autoridade Contra a Corrupção passa a estar sob tutela da Assembleia da República, acabando com a sua governamentalização.

REGIME DE PRESCRIÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO (Setembro 86)

O Governo é obrigado a suspender o Decreto-Lei e elaborar um novo diploma na sequência de iniciativas de ratificação de todos os partidos da oposição.

CNP (Companhia Nacional de Petroquímica) (17/10/86)

É revogado o Decreto-Lei que extinguiu esta empresa.

EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) E SILOPOR (17/10/86)

São suspensos os Decretos-Lei que alteram os estatutos da EPAC e criavam a SILOPOR.

OPÇÕES DO PLANO (21/10/86)

É rejeitada a proposta do Governo relativa às Opções do Plano para 1987.

OPÇÕES A MÉDIO PRAZO 87/90 (21/11/86)

É retirada a Proposta de Lei.

EMPRESA PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (22/11/86)

O Governo insiste em leiloar as empresas públicas de comunicação social e publica um Decreto-Lei que contraria a lei aprovada.

Este diploma é suspenso.

OE/87 (Novembro a Dezembro 86)

De novo, a Assembleia da República introduz alterações substanciais no OE.

Salientam-se: aumentos de pensões; verba destinada a pagamento de salários em atraso; verba destinada às CERCLs; revogação das taxas moderadoras nos serviços de urgência.

LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES EMISSORAS DE RÁDIO (23/12/86 e 13/2/87)

Com a aprovação desta Lei o Governo viu rejeitados os seus propósitos governamentalizadores de atribuição de Licenças de Radiodifusão.

CENTRAIS DIGITAIS (20/1/87)

É aprovada a constituição de uma Comissão de Inquérito relativo ao processo de aquisição de centrais digitais.

GESTÃO HOSPITALAR (4/2/87)

É revogado o Decreto-Lei do Governo que punha em causa a gestão democrática dos hospitais.

VISITA DA DELEGAÇÃO PARLAMENTAR À URSS (17/3/87)

Foi aprovado um voto de protesto e reprovação pela conduta do Governo.

INQUÉRITO IRANGATE (27/3/87)

A Assembleia da República aprova a constituição de uma comissão de inquérito à actuação das entidades portuguesas no quadro da operação secreta da administração norte-americana conhecida pela designação «IRANGATE». ■

O desfazer das mentiras

Hábil e servilmente apoiada por diversos órgãos da comunicação social, a monumental máquina de propaganda do Governo de Cavaco Silva procurou fazer crer ao longo do último ano e meio que finalmente o povo português tinha encontrado o melhor dos governos do mundo. Números e mais números, dados estatísticos, declarações, foram contínua e quotidianamente despejados em nossas casas, sem possibilidade de contestação, tecendo elogios e imputando hipotéticos resultados positivos à acção governativa. Usando e abusando de um apertado controlo sobre os meios de comunicação social, o Governo tentou dar de si a imagem da suprema competência, apropriar-se da transparência e do rigor, inculcar a ideia de um elevado sentido democrático e patriótico na génese de todas as suas decisões.

Num estilo peculiar de auto-elogio, servido por um discurso demagógico e arrogante, sem se coibir sequer de manipular ou omitir os factos a seu bel-prazer, o Governo não se cansou de realçar aquilo que apresentou como os resultados altamente positivos da sua acção.

Decréscimo da inflação, aumento dos salários reais, diminuição do desemprego, aumento do investimento foram alguns dos indicadores que o Governo utilizou até à exaustão para justificar os seus pretensos êxitos.

Mas será mesmo assim? Como o debate tratou de provar — e neste aspecto uma vez mais se verificou a convergência de opiniões dos partidos democráticos da oposição — o Governo fez demagogia e os factos comprovam exactamente o contrário dos êxitos de que se reclama.

Conjuntura externa favorável

Com efeito, como vários oradores das bancadas da oposição trataram de demonstrar, as relativas melhorias veri-

um processo de desenvolvimento económico.

Importa recordar, na verdade, que o Governo beneficiou da baixa do preço do petróleo (poupámos mais de 130 milhões de contos), da queda da cotação do dólar e das taxas de juro no mercado internacional enquanto o preço do trigo sofria uma baixa de 18 por cento em dólares, conjuntura esta que não se verificava há vinte anos.

Longe de aproveitar as possibilidades abertas por esta situação — uma oportunidade única para relançar a produção nacional designadamente em sectores estratégicos como o dos bens de investimento — o Governo não só não o fez como pelo contrário agravou a dependência externa da economia portuguesa.

O efectivo agravamento estrutural da balança comercial, «espelho das insuficiências e deficiências da estrutura produtiva nacional para satisfazer as ne-



Carlos Brito: «Em coerência e entendendo embora que um Governo democrático com a participação comunista seria a melhor solução para a crise actual, já afirmámos a nossa disponibilidade para viabilizar um governo democrático sem participação comunista mediante acordos ou garantias de que o novo governo porá termo à política de direita contra os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, contra a democracia e as suas conquistas e realizará uma política democrática em áreas fundamentais da acção governativa»

tamente, como frisou Carlos Brito, a inflação poderia ter sido inferior, os resultados das contas externas melhores e o investimento maior, isto se não fossem os ataques às empresas públicas (repare-se que o investimento não ultrapassou os 9 por cento, valor francamente modesto se atendermos a que caíra 30 por cento nos dois últimos anos).

Mas também a auto-satisfação governamental no que respeita ao ligeiro aumento dos salários reais cai por terra se nos lembrarmos, como disse Hermínio Martinho, que partiu de uma reduzidíssima base, ou seja, o «nível salarial praticado em 1986 foi ainda assim 10 por cento mais baixo do que aquele que já se praticava em 1980».

Quanto à diminuição do desemprego, trata-se de mais uma descarada hipocrisia do Governo já que durante aproximadamente o último ano a actividade governativa destruiu 70 mil empregos, realidade que o Governo esconde através de vários artifícios e habilidades como seja, por exemplo, considerar «inactivas» ou «domésticas» as mulheres que estão no desemprego.

Repartição do rendimento

Mas é na repartição do rendimento nacional que surge um dos números mais chocantes do quadro social criado por este Governo e que é de resto um dos dados mais significativos quanto ao conteúdo e objectivos da sua política. Trata-se do peso do factor trabalho no conjunto do rendimento (chegou a atingir 70 por cento em 1975, valor análogo ao da generalidade dos países europeus) e que baixou do nível de 47 por cento verificado em 1985 para um nível ainda inconcebivelmente mais baixo, isto é, para 43 por cento em 1986.

Fazendo diminuir o peso da massa salarial no rendimento nacional, enquanto se assiste à acumulação financeira do grande capital e ao incremento

da especulação bolsista, o Governo mostra verdadeiramente qual o seu conceito de justiça social e a natureza de classe da sua política. Como salientou João Amaral, é esta mesma postura que leva o Governo no quadro da sua actuação política a privilegiar os ataques ao sector público, a reclamar a liberalização da legislação laboral, a apoiar a repressão patronal, a violar os direitos e liberdades dos trabalhadores, a desferir ataques à Reforma Agrária e a favorecer e distribuir benesses pela sua clientela e pelos representantes do grande capital nacional e estrangeiro.

A favor do capital

As opções do Governo a favor das multinacionais e de interesses estrangeiros estão, aliás, como acentuou o dirigente comunista Carlos Brito, no fracasso da sua política económica, como o testemunham de resto a falência de empresas, os despedimentos em massa, as graves consequências da adesão à CEE e muito particularmente o agravamento da situação social com a manutenção do desemprego, dos salários em atraso, os contratos a

prazo, a precarização do emprego, o trabalho infantil e o aumento assustador da pobreza.

Ao contrário do que é veiculado através dos seus escribas de serviço sempre prontos a cantar loas aos méritos do chefe, deixemos ao cuidado do leitor apenas mais três dados levados ao conhecimento do hemiciclo por intermédio da bancada do PRD que desmentem as afirmações do Governo e comprovam como muitas das suas afirmações e números são raras vezes honestos.

Trata-se do acréscimo salarial que desmentindo o que apregoaram esteve muito longe de ser o mais elevado depois do 25 de Abril, ficando-se por menos de metade do registado em 1975. Também não é verdade que tenhamos tido o maior crescimento económico da Europa como o provam a existência de crescimentos maiores na Islândia, na Noruega e até na Turquia. E finalmente está longe de ser verdade que a nossa inflação tenha conhecido o maior decréscimo de todos os países da CEE na medida em que decréscimos maiores verificaram-se na Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica e Holanda.

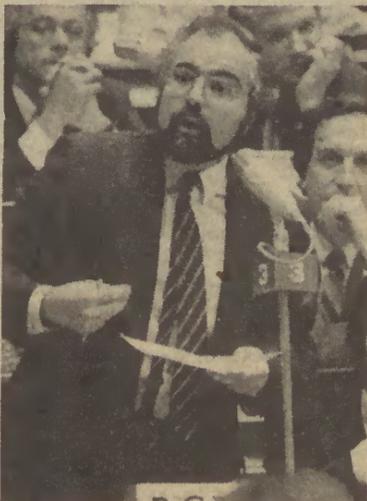
Desfazer mitos

Em síntese, terá sido este então um Governo de competências, de transparência e rigor e de sentido democrático? Obviamente que não. Os mitos começaram aliás já a cair e como alguém disse durante os trabalhos daqui por um ano ninguém se lembrará deste Governo de Cavaco. Recordando-se ou não, o certo é que quem o fizer não será certamente pelos seus supostos êxitos, sendo mais provável que nessa altura à memória ocorram, sim, estes tempos marcados pelo clientelismo, pela generosidade para com o grande capital, pelos cargos públicos para afilhados, pelos sacos azuis, pelos subsídios para amigos.

Então, será lembrado, não sem um sorriso, o caso de uma senhora secretária de Estado que em 1987 nomeou o marido, ao que parece vendedor de automóveis, para o cargo de presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico da Guarda, cargo de si dependente e para o qual o marido não tinha habilitações nem experiência profissional, despachando ao mesmo tempo dois subsídios, um pessoal (para «ajuda» da execução das obras de uma capela) e outro, de mil contos para a realização de um seminário. ■



João Amaral: «As linhas da política democrática estão abertas e por vezes suficientemente desenhadas na própria acção da Assembleia e na convergência em iniciativas políticas legislativas aqui tomadas e aprovadas»



José Magalhães: «V. Exas quando aqui apanham valentes "tundas", quando são derrotados, quando ficam sem razão e sem argumentos, graças ao monopólio da comunicação social e à manipulação da opinião pública, conseguem inverter completamente a realidade do sucedido»

ficadas designadamente nas contas externas e no investimento resultam exclusivamente da conjuntura externa altamente favorável que Cavaco encontrou mas que no fim de contas não soube aproveitar para atacar os problemas de fundo, relançar a economia, melhorar as condições de vida e abrir de facto

cessidades do desenvolvimento económico» mostra-o bem, como salientou o deputado comunista João Amaral.

Auto-satisfação

Na opinião do PCP, aliás, muito mais e melhor poderia ter sido feito e concre-



Atrás da arrogância a fragilidade

Nós é que somos os melhores, não fizemos mais porque não nos deixaram, e depois de nós é o dilúvio, constituíram no essencial, pode dizer-se, as traves mestras da intervenção do Governo e da bancada que o sustenta no decorrer dos dois dias de debate da moção de censura.

Servido por um discurso agressivo, recheado de tiradas demagógicas e eleitoralistas, marcado por uma linguagem por vezes deselegante que chegou mesmo a ser grosseira e provocatória, o Governo quis dar de si uma ideia de força e solidez que os factos vieram a comprovar manifestamente não ter.

Considerando insuficientes os rasgados auto-elogios e gabarolices do chefe, sentindo-se isolados, insatisfeitos pelo facto dos malabarismos verbais não esconderem a realidade, incapazes de aceitar a contradita, alguns deputados do PSD e membros do Governo socorreram-se da chicana, de expressões impróprias e de uma arrogância desabrada, confundindo a crítica política com ataques pessoais, revelando a sua inaptidão para o convívio democrático e, simultaneamente, deixando a descoberto um preocupante pendor to-

República sob a denominação de grandes orientações para o Governo.

Esta prática e postura política do Governo estão, aliás, na opinião dos comunistas, como se depreende das palavras de João Amaral, na origem da instabilidade do emprego, o medo nas empresas, as incertezas dos agricultores em geral e dos trabalhadores da Reforma Agrária em particular, a instabilidade nos mecanismos económicos.

Só que ninguém esperaria, porventura, é que dirigentes do PSD com responsabilidade no Governo e no seu

fomento da «instabilidade», o parar do «relógio» ou o «bloqueto do desenvolvimento da sociedade portuguesa» ou as de Cavaco Silva que interpreta, por exemplo, a condenação geral à sua acção governativa, não como um legítimo direito democrático, mas, apenas como uma «jogada habilidosa» e uma «manobra política».

Pedindo meças ao ministro Cadilhe, que acabaria numa linguagem inqualificável por entrar pela crítica pessoal, Eurico de Melo, ministro de Estado e da Administração Interna, conseguiu no entanto exceder todos os seus pares, chegando ao ponto de produzir dislates onde introduziu a «ortodoxia imobilista do PCP que já não consegue mobilizar os seus caciques para manifestações e para sujar paredes» ou que o «PCP ajudou a criar o PRD e infiltrou-o com inocentes à mistura» ou ainda que o «PRD é a nova caserna do velho MFA», um partido, em sua opinião, «sem passado e sem futuro».

Preocupado com o que considerou «a falta de memória do PS», recordou a sua participação em 1975 nas manifestações da Alameda e em frente do «Século» para concluir com o dedo acusador dirigido para a bancada comunista: «eles ainda são os mesmos, só que com mais um satélite». Dando a conhecer o seu espírito de cruzada, Eurico de Melo manifestou também a sua vontade ardorosa de na península de Setúbal levar a cabo, tal como junto dos «cidadãos alentejanos acorrentados» a sua «acção libertadora».

Concepção plebiscitária

As reacções a este tipo de discursos ao longo dos dois dias de debate nunca se fizeram esperar, tendo suscitado comentários e observações como

a de Magalhães Mota que lembrou que «andamos cansados dos tempos em que havia detentores do patriotismo» ou de Manuel Alegre que num veemente alerta a todos os democratas sublinhou que «urge tirar conclusões políticas» das intervenções proferidas na medida em que mais do que o confronto entre o Governo e a oposição ou mais do que a moção de censura o «que está em causa é a intolerância, a arrogância e a pesporrência aqui manifestadas».

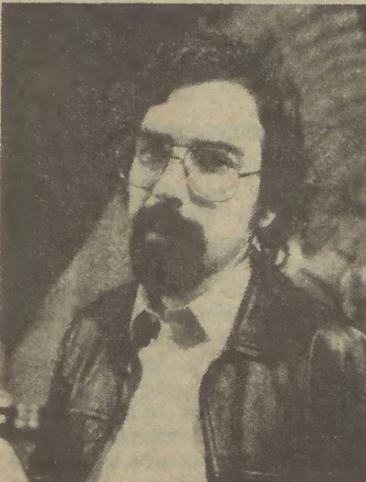
Mas seria José Magalhães que de forma contundente poria a nu a estratégia do Governo no debate, desmontando o seu sentido maniqueísta de que tudo quanto sejam críticas da oposição corresponde a «tácticas politiquelras» e a «encenações políticas», enquanto que «o superior interesse do País reside em» o Primeiro-Ministro que apesar de ser «magrinho» está «grávido» do interesse nacional, é monopolista do interesse nacional, tem-no inteiro».

Outro aspecto considerado «perigoso e negativo para Portugal», no entender de José Magalhães, é a concepção plebiscitária que o Governo tem da vida política. «Pelos vistos o sr. Primeiro-Ministro dialoga com o povo porque tem qualidades mediu-mínicas — ironizou o orador. Esta manhã apareceu aqui dizendo: o povo português censura a Assembleia da República... «O sr. Primeiro-Ministro telefonou esta manhã ao povo português?!... 67 85 49: povo português queres a moção de censura? E o povo português respondeu-lhe directa e bocalmente que não queria a moção de censura».

Para José Magalhães os perigos não se ficam todavia por aqui já que esta postura vem acompanhada de «apelos directos à ultrapassagem das instituições», uma coisa que, segundo disse, «em alemão é um pouco

arrepiante («ruf am volk»)» e que se traduz no «apelo ao povo, no grito ao povo: povo anda cá e através dos melos que desenvolvi nestes meses, faz-me o que eu não faço porque não tenho votos, não tenho melos, não tenho armas políticas e tenho que recorrer a uma coisa que se chama plebiscito».

O facto de Cavaco Silva não suportar a contradita mereceu ainda de José Magalhães, num bem sucedido improviso, um breve comentário: «É muito mais fácil ouvir «sim, sim» obedientes. V. Exa. chega à sua bancada e diz: «isto anda atrasadíssimo, os senhores não avançam com as propostas de lei» e toda a gente lhe diz que sim. No entanto, são alguns dos deputados da sua bancada que são culpados de alguns dos atrasos — nos casos em que existem, noutros casos são calúnias». ■



José Manuel Mendes: «O Primeiro-Ministro procedeu ontem ao parto de uma intervenção descosida, sofrível, incapaz de dar resposta às acusações que haviam sido aduzidas pela oposição e naturalmente aos problemas que vergastam o quotidiano do povo português»



Ilda Figueiredo: «Nenhuma manipulação estatística pode esconder que cerca de 25 por cento da população activa está desempregada ou tem trabalho precário ou clandestino; mais de 40 por cento da população desempregada já se encontra nesta situação há mais de um ano; a parte do rendimento nacional que cabe aos trabalhadores é a mais baixa desde o 25 de Abril»

talitário em nada conforme com as regras democráticas.

Arrogância como método

Outra coisa não seria talvez de esperar, de resto, se nos questionarmos, como o fez João Amaral, sobre o sentido democrático que poderá ter um Governo que escolheu a arrogância como método político. Com efeito, recorde-se, apesar de minoritário, o Executivo definiu desde a primeira hora a via da provocação e da afronta à Assembleia da República, desrespeitando leis por ela aprovadas e chegando mesmo ao ponto de retirar do debate, como o leitor certamente estará lembrado, um documento tão importante como as Grandes Opções do Plano a médio prazo, para mais tarde o fazer publicar no Diário da

grupo parlamentar, fossem capazes de revelar com tão singela cruzeza o que lhes vai dentro, a sua concepção da democracia, o seu conceito de relacionamento institucional.

Procurando fugir às responsabilidades, assumindo simultaneamente o papel de parte e juiz, alguns dos discursos proferidos — verdadeiras peças eleitorais onde não faltaram sequer os processos de intenção — ultrapassaram tudo o que seria, no mínimo, legitimamente recomendável.

Linguagem inqualificável

Em diferentes tons, conforme a personalidade do orador, foi assim possível ouvir afirmações tão graves como as proferidas por Vítor Crespo, para quem a moção de censura constituía o

Rambos

Causou alguma perplexidade aos jornalistas presentes no hemiciclo o ar esplendorosamente bronzado com que Cavaco Silva se apresentou na Assembleia da República. O homem parecia vir das Bahamas, sem dúvida penteado por aquele senhor dos champôs que tem nome de inventor de penicilina. Mas não: o nosso primeiro estava apenas barrado a «make-up». Não se conseguiu perceber se os cuidados haviam chegado daquela vez às sobrancelhas (sublinhadas a negro, em anteriores ocasiões), mas lá que Cavaco Silva compusera com desvelo a cara com que veio ao mundo para ao mundo se apresentar, sobre isso não restaram dúvidas.

Tais desvelos aguçaram a expectativa. Se a resposta a uma moção de censura já era apaixonante vinda de um primeiro-ministro ao natural, o que não seria vinda de um primeiro-ministro não, propriamente, antinatural mas, digamos, maquilhado.

O seu primeiro discurso, ainda na manhã de quinta-feira, deu o tom. De uma assentada apelidou o segundo órgão de soberania — a Assembleia da República — de «chantagista», «irresponsável», «leviano» e, em concomitância com a moção de censura avançada, «embaraçado» e com «comportamentos de avestruz».

A perplexidade do hemiciclo mudou de agulha. O ar morenaço de Cavaco Silva deixou de impressionar face ao espanejar fuliginoso da argumentação, se nos é permitido uma expressão já agora também concomitante.

Membros do Governo e bancada do PSD traziam a lição articulada com o discurso do chefe, mas em formato gigante. Foi o que se chama abrir a boca e deixá-las sair, com relevo para alguns conhecidos expoentes da bojarada pèpèdiana. Eu-

rico de Melo, então, esteve um primor: desde a referir Álvaro Cunhal como «o senhor de cabelos brancos» até à classificação do PRD como «nova caserna do velho MFA», passando por antropologias a falar de «cidadãos alentejanos acorrentados» e «outros tempos onde a batalha se fazia com espadas e com escudos» ou — mais difícil ainda! — perorações nacionalistas do género «a pátria é a terra dos nossos pais que herdámos com muito orgulho, nas nossas diferenças, nas nossas violências uns para com os outros», pelo que, «com muito trabalho, todos temos obrigação de a legar aos nossos filhos», o homem disse tudo e, sobretudo, o suficiente para erguer toda a oposição (incluindo, calcule-se, o bisonho CDS) em protestos de expressão antifascista. O desconchavo foi de tal ordem que desabafos de corredor de deputados centristas lastimaram tais «exageros trauliteiros» que o próprio CDS tivera «o cuidado de evitar»...

Cedo se percebeu que o Governo não estava ali para responder às questões colocadas por uma moção de censura, nem sequer para respeitar, mesmo só institucionalmente, o órgão de soberania que o viabilizou e de que depende. Em colossal erro táctico, o Governo e as hostes de Cavaco Silva irromperam pela Assembleia da República com a arrogância de quem concretiza um acto punitivo. Maquilhado a preceito, como nas fitas de Hollywood. Daí o a propósito comentário que, também cedo, ganhou popularidade entre quem assistiu ao desenvolvimento e desenlace deste episódio político-institucional: «Mas estes fulanos parecem o Rambo — perdem a guerra e ainda fazem fitas!». ■



Às perguntas o Governo disse nada

Para além do completo isolamento a que o Governo foi remetido e dos consensos revelados, um dos aspectos — talvez mesmo o mais significativo — que caracterizou o debate foi a tentativa do Governo e da bancada do PSD de minimizarem as acusações e os fundamentos que levaram à apresentação da moção de censura, procurando para tanto lateralizar o essencial das questões colocadas pelos partidos da oposição, ao mesmo tempo em que se refugiavam em declarações eleitoralistas e demagógicas do tipo «se não fizemos mais a culpa foi dos deputados», «a mim o que me preocupa é governar cada vez mais com os interesses e as aspirações de Portugal e dos portugueses».

As dezenas de perguntas formuladas incidindo sobre aspectos tão importantes como a execução do programa do Governo e nomeadamente sobre a sua incapacidade de resolver os problemas estruturais do País, o clientelismo que regula a ocupação dos lugares da administração, a manipulação da informação, o relacionamento conflitual com a Assembleia da República, essas, ficaram sem resposta.

João Corregedor da Fonseca, do MDP, quis saber, por exemplo — sem êxito, claro — por que razão o Governo «não procede à recuperação do aparelho produtivo nacional e por que razão não fomentou a redução da nossa dependência externa com particular incidência nos domínios alimentar, energético e dos bens intermédios de consumo».

Filosofia de afrontamento

Carlos Brito, por seu turno, depois de avivar a memória do Primeiro-Minis-

trada medida governamental» perguntou-lhe se tais afirmações, ao invés de uma filosofia de diálogo, não traduzem antes «uma filosofia apontada para o confronto na base da convicção de que a oposição é impotente porque está dividida».

As iniciativas legislativas anunciadas pelo Governo no seu programa com vista à «desgovernamentalização da gestão dos órgãos públicos de comunicação», medidas nunca tomadas, foram objecto por outro lado de uma questão colocada por Jorge Lacão, do PS, que quis saber se «terá sido por falta de tempo, por distração ou por

o montante de 1842965 contos e que contemplaram 477 entidades ou empresas das quais «apenas 7,1 por cento receberam 71,6 por cento do total dos subsídios superiores a 10 mil contos».

Para Silva Lopes, também do PRD, a afirmação de Cavaco Silva de que o nosso país obtivera em 1986 a «**maior taxa de crescimento económico dos países da CEE**» levou-o a perguntar se o Primeiro-Ministro «**não reconhece que o resultado conseguido por Portugal em comparação com outros países da CEE se deve essencialmente à política de estabilização económica aplicada entre nós nos anos de 1983 e 1984 e à conjuntura externa que teve impacto mais favorável sobre o nosso país do que sobre outros**».

República das bananas

Classificando de demagógico o auto-elógio de Cavaco Silva sobre a obtenção de uma taxa de investimento de 8 ou 9 por cento «**depois de uma queda nos últimos anos de 30 por cento**», o camarada Carlos Carvalhas questionou se tal posição não faz «**lembrar certos dirigentes de «repúblicas de bananas» que com uma fábrica no seu território ao inaugurarem a segunda, dizem ao mundo e ao povo que o investimento cresceu 100 por cento**». Dirigindo-se directamente ao Primeiro-Ministro, o deputado comunista convidou-o a reconhecer ou não que «**o défice estrutural da balança comercial apresenta um significativo agravamento**», que com «**a diminuição do preço dos cereais, oleaginosas e petróleo o défice da balança comercial teria tido um agravamento superior a 150 milhões de contos**», perguntando-lhe ainda se «**não está preocupado com o facto desta balança comercial com a CEE se ter agravado em cerca de 96 milhões de contos**».

Manuel Alegre, do PS, depois de recordar o binómio de Max Weber «**ética da responsabilidade/ética da convicção**», referiu que Cavaco Silva «**criticou a não apresentação de uma alternativa, mas entretanto já a tinha classificado de fraude**». «**Gostaria que me explicasse — disse — por que é que este Parlamento é legítimo para viabilizar o Governo minoritário do PSD e já não o é para viabilizar qualquer outro governo**». E mais adiante: «**em que teoria política, em que concepção política se funda-**

menta para afirmar que um outro governo sem eleições seria uma fraude?»

Violar a lei

O facto de o Governo não ter aumentado «**as pensões mínimas do regime geral de segurança social e do regime de trabalhadores agrícolas**» nem de ter pago «**as indemnizações compensatórias a transportes colectivos municipalizados**», como determina o Orçamento, levou José Magalhães a indagar «**por que é que o Governo, que se gaba de cumprir a lei, está neste momento a violar qualificadamente cerca de quinze ou vinte obrigações legais fixadas no Orçamento**».

A deputada comunista Ilda Figueiredo, pela sua parte, interessou-se em conhecer a opinião do Primeiro-Ministro sobre a suposta adesão do povo e do País à sua política, fenómeno que seria tanto mais estranho quando se sabe que «**continua o flagelo dos salários em atraso, aumenta de forma assustadora a precarização do emprego incentivada pelo seu Governo na Administração Central e nas empresas públicas, prolifera a exploração do trabalho infantil, o desemprego atinge centenas de milhares de jovens, são criadas novas e graves situações de pobreza**». «**Como se pode dizer que melhorou o nível de vida — prosseguiu — quando se agrava o insucesso escolar, aumenta a tuberculose pulmonar e a taxa de mortalidade infantil?**» ■



Carlos Carvalhas: «O que é que este Governo fez com os mais de 200 milhões de contos da melhoria das relações de troca? Onde está a modernização que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu ao País? Onde está a substituição da produção estrangeira pela produção nacional? Onde está o adensamento da malha industrial, o aproveitamento dos nossos recursos e onde estão as indústrias novas? Onde está tudo isto que foi prometido na campanha eleitoral e no programa do Governo?»



Octávio Teixeira: «A realidade dos factos é esta: a massa salarial diminuiu o seu peso relativo no Rendimento Nacional em 1986 e da sua parte é tecnicamente desonesto vir aqui dizer que isso não se verificou. Diz o Sr. Ministro que não houve Orçamento Suplementar, mas não diz as operações de cosmética que têm vindo a ser feitas no Orçamento de Estado de 1986. Não diz, por exemplo, que para esse Orçamento o Sr. Ministro foi «sacar» duas vezes os resultados — os lucros — do Banco de Portugal de 2 anos (relativos a 1985 e 86) que só deveriam ser sacados em 1987»



Assembleia da República, 21 horas do dia 2 de Abril de 1987: o Governo de Cavaco vai para a rua...

«Vocês prolongam em Portugal a instabilidade que o general Eanes instalou no País durante dez anos»
(Ángelo Correia)

«O estilo Cavaco Silva é hoje o estilo MRPP da direita portuguesa»
(Jorge Lacão)

«O secretário-geral do PSD é um deputado videofónico: não existe aqui no Parlamento; existe só para as câmaras de televisão»
(José Magalhães)

«O sr. Primeiro-Ministro não suporta a contradição e eu percebo porque: é muito mais fácil ouvir sins-sins obedientes»
(Idem)

«Da parte do seu partido (PSD) e de alguns analistas políticos tem sido feito um grande esforço para demonstrarem que o PRD está feito num oito. Tenho a dizer que, para já, estamos feitos num dezoito»
(Hermínio Martinho)

«Assistimos a uma procissão desesperada dos deputados do PSD»
(Carlos Brito)

«O sr. Primeiro-Ministro não está talhado para a vida democrática. Não é caso original: a história política portuguesa conhece outros casos»
(Idem)

«O PRD é a nova caserna do velho MFA»
(Eurico de Melo)

«O PRD é um partido sem passado e sem futuro, caritativamente desejamos paz à sua alma»
(Idem)

«O PCP não conseguindo mobilizar os seus caciques para manifestações subversivas grita e suja paredes, continuando as suas mentiras»
(Idem)

«O PCP fomentou, apoiou e ajudou a criar o PRD. Infiltrou-o — com alguns inocentes à mistura, convenhamos — e transformou-o, no momento adequado e a seu bel-prazer, no seu novo MDP/CDE»
(Idem)

«V. Exa. (dirigindo-se a Eurico de Melo) diz isso no tom odioso que o sr. secretário de Estado Durão Barroso usava, em 1975, na Faculdade de Direito, quando rebentava cabeças à correnteza. V. Exa. herdou-lhe o gosto e os ademanes trauliteiros — e gosta»
(José Magalhães)

«Ao ouvi-lo, sr. Ministro de Estado, senti-me mais jovem e pensei que V. Exa. ia apelar para os cães polícia»
(Magalhães Mota)

«O Primeiro-Ministro utiliza o populismo demagógico como fonte de legitimidade política»
(Jorge Sampaio)

tro, recordando-lhe declarações suas ao jornal «Le Monde» em que afirmou que «**não há alternativa para o Governo a que presido o que me permite governar o País como se dispusesse de uma maioria no Parlamento (...)** sem ter necessidade de negociar o apoio dos partidos políticos para

manifesto e inequívoco oportunismo político».

A curiosidade de Ramos de Carvalho, PRD, foi por sua vez no sentido de saber quais os critérios estabelecidos para a distribuição de subsídios efectuada pelo Ministério da Indústria e Comércio, subsídios esses que atingiram

Não caiu. Foi derrubado.

E para isso existiam todas as razões.

Caiu. Ou antes: foi derrubado. Mas como poderia continuar, se o Governo Cavaco Silva, desde o início, enfrentou uma luta continuada das massas trabalhadoras, promoveu deliberadamente o conflito institucional com o segundo órgão de soberania e, mais grave ainda, era um Governo que não correspondia à composição da Assembleia da República expressa pelo povo português?

Caiu. Ou antes: foi derrubado. Há mais tempo já que deveria ter caído. Ou antes: ter sido derrubado. Beneficiando de uma conjuntura económica externa sem precedentes continuou a gerir a crise, permitiu que o desemprego aumentasse, que o custo de vida se elevasse (mascarando-o com percentagens irrealistas que os trabalhadores e o povo português não comprovam, semana após semana, nas compras que fazem), que o trabalho escravo se desenvolvesse.

Vocifera agora que é «politicamente ilegítima» a formação de qualquer Executivo a partir do actual quadro parlamentar. Mas quem foi o seu professor de direito constitucional? Onde aprendeu tais conceitos? Se é ilegítima a formação de um governo maioritário no quadro da actual composição parlamentar, então que dizer do Executivo que até agora esteve em funções, minoritário e confrontando tudo e todos? Na opinião de Cavaco e dos seus seguidores o seu Governo era o único legítimo, o bom, o da Bayer. Que venham as eleições, já! — reclama —, para então poder distribuir os milhões de contos que tem nos cofres preparados para esta situação. Só que essas benesses não irão resolver os problemas de fundo do País, não contribuirão para aumentar o emprego, apenas permitirão perpetuar uma situação de que em breve o povo português se iria arrepender e amargamente.

A ilegitimidade foi este Governo ter permanecido tanto tempo em funções, arrogando-se direitos que a sua percentagem de votos não permitia. Na noite do passado dia 3 de Abril foi reposta a lógica, a contragosto de uma clientela política que afluíu em peso à Assembleia da República esperada ainda na manutenção dos privilégios concedidos por ministros e secretários de Estado. Governadores civis, presidentes de conselhos de gerência e directores-gerais estavam a ver a vida andar para trás (entre os quais os familiares da ministra Leonor Beza, nomeados recentemente para chorudos cargos). O povo, esse, sentiu que se abria a possibilidade de mudar para melhor. É esse o seu desejo.

Sintomático é também o facto do «melhor» governo, o mais «transparente», o mais «competente» — cheio de qualidades que só os ministros viam — não ter sido alvo de uma manifestação de apoio. Se era assim tão bom, por que foi esquecido? A manifestação que houve, na tarde de sábado, em Lisboa, exigiu pelo contrário a formação de um governo na base do actual quadro parlamentar.

Este Governo teve contra si uma luta continuada, até de sectores sociais que habitualmente não se embrenham na contestação, mas como isto não bastasse, o Governo entendeu como sua obrigação promover o conflito institucional com a Assembleia da República, negando a minoria que era e querendo governar como se fosse todo poderoso e ocupasse a maioria dos lugares do Parlamento, não querendo ver que a composição da Assembleia da República pelo voto directo do povo, era muito diferente do Executivo que foi formado.

Três aspectos importantes e que o «Avante!», como órgão da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses acentuou ao longo de quase ano e meio, tanto foi o tempo que durou o Governo Cavaco Silva. É isso o que vamos recordar.

● «Eis um Governo que não ilude ninguém.

Pela sua composição, pela linha de pensamento dos seus principais mentores, saídos da ala mais reaccionária do partido mais representativo da direita, sabe-se qual será o seu «programa» e o que virá a ser a sua prática política.

Com este Governo de Cavaco Silva o povo português vai ser de novo submetido a uma política de falência e a uma fórmula governante já largamente experimentada e gasta que o País tem pago por elevado preço.» (Editorial, 14/11/85).

● «Programa do Governo: A única novidade visível é que já é velha a política de recuperação capitalista» (título, 21/11/85).

● «O PCP foi o primeiro partido político a manifestar a sua intenção de apresentar uma moção de rejeição do Pro-

grama do Governo PSD. (...) Considerando, além disto, que o Governo do PSD presidido pelo primeiro-ministro Cavaco Silva é de natureza minoritária e que, por isso, em vez de contribuir para a estabilidade de que o País carece, vai abrir um novo período de instabilidade governativa e institucional; (...) «Avante!», 21/11/85).

● «Toda a sua «filosofia» (do Programa do Governo) se inspira e assenta na «conquista da confiança empresarial» e dos «investidores», desprezando em absoluto a confiança dos trabalhadores.» (Editorial, 21/11/85).

● «Governo de Cavaco Silva quer entregar 50 mil hectares aos agrários» (título, 21/11/85).

● «Greves anunciadas na CP até dia 26» (título, 21/11/85).

● «Os gravosos aumentos de preços

decretados pelo Governo PSD/Cavaco Silva logo após a passagem do seu Programa na Assembleia da República constituem desde já uma esclarecedora indicação das prioridades do Governo. (...) Os produtos essenciais agora aumentados pelo Governo PSD/Cavaco Silva já tinham sido, na vigência do Governo PS/PSD, aumentados 3 e 4 vezes, a última das quais em Janeiro do ano corrente, designadamente com a justificação da «sobrevvalorização do dólar» (Nota da Comissão Política do CC do PCP, 28/11/85).

● «Os aumentos de preços: Qual ilusionista, Cavaco faz desaparecer a inflação» (título, 28/11/85).

● «Siderurgia Nacional às portas da falência» (título, 19/12/85).

● «... o actual Governo julga-se senhor e dono dos destinos do País. Para ele, só existe um órgão de soberania — ele próprio. A Presidência da República e a Assembleia da República deve considerá-las como órgãos decorativos, tal qual no tempo do antigamente, ou seja, no tempo do fascismo. Isto para não falarmos do Poder Judicial, que tão maltratado tem sido pelos ministros da Agricultura e do Trabalho.» (31/12/85).

● «Marcada nova greve na Carris: Lutas abrangem sectores amplos e diversificados — dos médicos aos metalúrgicos» (título, 24/1/86).

● «Um não unânime aos despedimentos na UTIC» (título, 30/1/86).

● «Posições do Governo endurecem luta dos policlinicos» (30/1/86).

● «Carreiras médicas — Parlamento recusa decreto governamental» (título, 6/3/86).

● «Assembleia da República — Carreiras médicas voltam à forma inicial: PSD usou todas as «mezinhas» para evitar a não-ratificação» (título, 6/3/86).

● «Encerramento dos matadouros gera protesto» (título, 13/3/86).

● «Governo em dificuldades no Parlamento» (título, 20/3/86).

● «PSD contra inquérito ao Ministério da Agricultura aprovado pela Assembleia» (título, 20/3/86).

● «Governo Cavaco em xeque na AR — Parlamento não cede à vergonhosa operação de chantagem do Primeiro-Ministro» (título, 27/3/86).

● «Cavaco Silva no final do debate do Orçamento: «Neste momento estou em condições de assumir o compromisso perante a Assembleia da República e perante o povo português de que, se o Orçamento de Estado para 1986 for aprovado em alterações nas suas orientações básicas, o Governo procederá seguidamente a um abaixamento nos preços de venda de certos combustíveis» (27/3/86).

● «Maioria na Assembleia corrige Orçamento do Governo minoritário do PSD — Derrotada a operação de chantagem em que Cavaco Silva insiste até ao último momento» (título, 3/4/86).

● «CGTP-IN protesta contra os 15% do primeiro-ministro. Ameaça de desmantelamento na Sorefame. Prossegue a greve na CP. Continuam os protestos contra o decreto do Governo que espolia os sem salários da Segurança Social. Vidreiros concentram-se em Lisboa, depois de uma caminhada a pé desde a Marinha Grande. (3/4/86).

● «Um Governo arrogante que se impõe substituir» (3/4/86).

● «O Primeiro-Ministro teve o arrojo de apresentar as alterações introduzidas no Orçamento de Estado pelos partidos da oposição democrática como altamente lesivas dos interesses do povo e do País, quando na verdade tais alterações se traduziram em indiscutíveis benefícios sociais, designadamente com o desagravamento dos impostos que recaem sobre os trabalhadores, com o aumento das verbas para as autarquias, com o reforço das verbas para a acção social escolar (especialmente para o leite fornecido nas escolas às crianças)» (10/4/86).

● «Convirá ao Governo a inutilização da CP? A greve atinge dentro de dias um mês, sem que a «conciliação» do Ministério do Trabalho funcione. A desestabilização instala-se em todo o sector dos transportes. CGTP-IN acusa o Executivo de radicalizar os conflitos laborais» (10/4/86).

● «Cavaco disse anteontem que o povo português lhe deu o voto e a confiança para governar. É uma dupla mentira. O povo não lhe deu nem uma coisa nem outra.

O Governo do PSD é minoritário não apenas em termos parlamentares — é-o também, e em escala crescente, em termos políticos e sobretudo em termos sociais.

Cavaco afirmou que o seu Governo é uma garantia de estabilidade. Os factos desmentem-no de maneira incontrovertida.» (Editorial, 10/4/86)

● «O Governo tem uma cassete: «Não nos deixam governar!» (título, 24/4/86)

● «CP — Trinta e oito dias de greves sectoriais rotativas impuseram a vontade dos ferroviários! Foi derrotada a recusa ao diálogo e à negociação do Governo Cavaco Silva que viu desmascarada a sua política perante os trabalhadores, os sindicatos e a população utente da CP.» (30/4/86)

● «Salários em atraso: Mal a lei foi votada vieram logo as ameaças de não ser cumprida.» (título, 8/5/86)

● «Governo Cavaco: tudo agravado nada resolvido.» (título, 22/5/86)

● ««O direito à habitação vai custar mais caro.» (título, 22/5/86)

● «Em defesa de uma banca honesta: Bancários concentram-se em Lisboa — Greve nos CTT em Braga teve expressiva adesão.» (título, 5/6/86)

● «Distrito de Santarém: Mais de 7 mil trabalhadores com salários em atraso — O «caso» das fábricas Mendes Godinho.» (título, 12/6/86)

● «Assembleia rejeitou pacote laboral de Cavaco — PCP interpela Governo.» (título, 26/6/86)

● «A moção de confiança do Governo Cavaco Silva/PSD, nas condições em que foi apresentada, mostra que a questão de uma alternativa ao Governo e à sua política se está tornando inadiável. (...) Uma possibilidade excepcional foi perdida de substituir o actual Governo por outro, de se pôr em prática outra política que abrisse o caminho a uma solução democrática da crise, resultante de uma plataforma que podia e deveria ter sido negociada entre os partidos da oposição democrática largamente maioritária em termos institucionais na

Assembleia da República.» (Editorial, 3/7/86)

● «Em defesa dos seus interesses: Mais de dois mil agricultores protestam no Porto.» (título, 3/7/86)

● «Greve na Banca: Política de degradação dos salários e de desemprego em xeque na Banca. Sindicatos recorrem à greve, a primeira em nova anos a nível nacional.» (título, 10/7/86)

● «Situação social gravíssima: Na vigência deste Governo a taxa oficial de desemprego sobe de 9,6 para 11,1% (mais do que a média da CEE: 10,5%.)» (título, 17/7/86)

● «Carlos Brito ao «Avante!»: «O Governo viu derrotadas ou adiadas na Assembleia da República quase todas as suas principais propostas e revogados ou modificados decretos em que punha particular empenho.» (31/7/86)

● «Greves nos transportes (Lisboa e Porto) com adesão total.» (título, 31/7/86)

● «Na saúde como nos transportes — Governo visado com a greve dos policlinicos.» (31/7/86)

● «Marcados para hoje e amanhã novos períodos de greve na RN e STCP.» (título, 7/8/86)

● ««Nem Agosto pára a luta: Trabalhadores dos transportes e doutros sectores prosseguem em luta por aumentos de salários e contra medidas de destruição do Governo PSD.» (título, 21/8/86)

● ««É notório que aumenta o descrédito do Governo Cavaco/PSD. A imagem do «governo forte», cada vez mais «querido» do povo fabricada pelo «marketing» da direita governante, é falsa, já não tem força bastante para iludir o simples telespectador desprevenido que vê a sua vida andar para trás e muito menos os democratas minimamente informados.» (Editorial, 28/8/86)

● «Médicos empenhados na luta contra a intransigência — elevada adesão à greve administrativa.» 22/8/86)

● «Lutas e greves em vários sectores — Médicos anunciam paralisação geral.» (título, 4/9/86)

● «70 por cento de adesão à greve dos CTT.» (título, 18/9/86)

● «Agravam-se as injustiças sociais: em dois meses sobem para 5497 os metalúrgicos sem salários só no distrito do Porto.» (título, 2/10/86)

● «Novas derrotas do Governo: CNP não será extinta; EPAC: condenado desmantelamento.» (título, 16/10/86)

● «O Governo — sempre fora de jogo — diz que o árbitro não o deixa jogar.» (16/10/86)

● «Anunciada greve dos médicos — Paralisação na CP.» 16/10/86)

● «É preciso substituir o Governo — Carlos Brito na Assembleia da República: (...) «Consideramos absurdo que dispois os partidos de oposição de uma tão larga maioria na AR consintam que prossiga uma acção governativa tão claramente nefasta aos interesses do País, ao funcionamento das instituições e à salvaguarda do regime democrático. Entendemos que a actuação do Governo pós na ordem do dia a necessidade da sua demissão e substituição.» (...) 23/10/86)

● «Bragança: Luta firme dos agricultores impede encerramento do matadouro.» (título, 13/11/86)



● «Paralisação nas moagens do Norte; Prossegue a luta na Taboan; Sindicatistas de Setúbal manifestam-se em Lisboa.» (títulos, 20/11/86)

● «Onze mil trabalhadores nas vigílias em defesa da Reforma Agrária.» (título, 27/11/86)

● «Função Pública na rua: exigido novamente o direito de negociar.» (título, 27/11/86)

● «Trabalhadores manifestam-se no Porto contra política de Cavaco/Manifestação hoje do Rossio a S. Bento/Reforma Agrária vem a Lisboa.» (títulos, 4/12/86)

● «A luta continua, Cavaco para a rua — gritaram milhares de trabalhadores no Porto.» (título, 4/12/86)

● «Ainda mal começou o ano lectivo e já os problemas se avolumam e os conflitos estalam. Os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa cumpriram, na passada semana, uma greve de dois dias (...). Em causa está a falta de verbas para a contratação de docentes, facto que faz com que, nesta altura do ano, mais de um milhar de estudantes estejam ainda sem aulas.» (4/12/86)

● «Governo Cavaco aumenta preços — desnecessário, injustificado e socialmente injusto: O novo «pacote» de aumentos ontem anunciado pelo Governo PSD/Cavaco Silva (electricidade, transportes, leite, etc.) confirma, uma vez mais, a natureza profundamente anti-social e antipopular da política do governo minoritário de Cavaco Silva.

Na verdade, os aumentos agora anunciados, além de desnecessários e injustificados — face às excepcionais facilidades criadas pela conjuntura económica externa (baixa do petróleo e de matérias-primas com grande peso na balança comercial; baixa das taxas de juro e da cotação do dólar) — são também socialmente injustas, pois incidem exclusivamente em bens de grande consumo que atingem particularmente as classes e camadas sociais de mais baixos rendimentos, cuja situação se tem degradado progressivamente nos últimos anos.» (...) (nota da SIP do PCP, 11/12/86)

● «Para exigir o fim da ofensiva: Reforma Agrária em S. Bento — desde terça e até amanhã delegações dos cinco distritos tentam avistar-se com Cavaco.» (título, 11/12/86)

● «Manifestação em Leiria.» (título, 11/12/86)

● «Ministro de Cavaco no tribunal — A Comissão Parlamentar de Inquérito à actuação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Alimentação propôs na passada semana que seja instaurado processo judicial contra o ministro Álvaro Barreto por ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária.» (23/12/86)

● «Pelo emprego! Pelo salário! Governo novo e outra política — Archotes de protesto encheram a Avenida da Liberdade.» (23/12/86)

● «Se o conjunto dos partidos de oposição democrática maioritária souber fazer uma leitura correcta da situação actual, se daí souber tirar conclusões atinentes, o ano de 1987 poderá trazer a necessária viragem política que o País necessita e que a defesa do regime democrático e do 25 de Abril coloca com força na ordem do dia.» (Editorial, 30/12/86)

● «Distrito de Lisboa: Trabalhadores da Administração Local estão hoje em greve.» (título, 30/12/86)

● «Luta dos trabalhadores consulares impõe aplicação do estatuto profissional.» (30/12/86)

● «Ministro recua perante exigências dos estudantes.» (30/12/86)

● «MDF/Tramagal: Mais de 500 trabalhadores em greve.» (título, 8/1/87)

● «Vitória da Reforma Agrária: Governo derrotado no Parlamento.» (título, 15/1/87)

● «Médicos exigem demissão da ministra e marcam para 18 reunião nacional.» (título, 15/1/87)

● «Na Covina: Cresce a luta contra a destruição e os despedimentos.» (título, 15/1/87)

● «Parlamento retira competências ao Ministro — Importante vitória da Reforma Agrária.» (título, 15/1/87)

● «Médicos e enfermeiros radicalizam combate à política do Governo no sector da Saúde.» (título, 22/1/87)

● «Destituição do Governo, tarefa imperiosa das forças democráticas — resolução do CC do PCP.» (título, 22/1/87)

● «Professores — Descontentamento e disposição para a luta.» (título, 22/1/87)

● «Covina — suspensos os despedimentos.» (título, 22/1/87)

● «A crise não está ultrapassada: Ultrapassados estão este governo e a sua política — afirma a CGTP.» (título, 22/1/87)

● «Jornada nacional de luta e protesto promovida pelo movimento sindical unitário no dia 31 de Janeiro teve uma forte adesão em todo o País. Por iniciativa da CGTP-IN e das organizações sindicais de 11 distritos, realizaram-se no passado sábado concentrações, manifestações e comícios em Aveiro, Beja, Braga, Covilhã, Tortosendo, Coimbra, Figueira da Foz, Évora, Leiria, Lisboa, Campo Maior, Avis, Coruche e Tramagal.» (5/2/87)

● «Oposição democrática põe Beleza na linha.» (título, 5/2/87)

● «Estudantes de Letras em greve.» (título, 5/2/87)

● «Grande manifestação dos ferroviários.» (título, 12/2/87)

● «Escolas contestam política do Governo.» (título, 12/2/87)

● «Nova derrota de Cavaco: Parlamento aprova Lei da Rádio.» (título, 19/2/87)

● «Cada vez mais sectores contra a política de Cavaco: Em luta: metalúrgicos, ferroviários, médicos, estudantes, Reforma Agrária, mineiros.» (título, 26/2/87)

● «Professores mantêm greve nacional — Metalúrgicos contra a vaga de desemprego que continua a atingir fortemente o sector.» (título, 5/3/87)

● «Em Lisboa, Porto, Coimbra e Guarda: Grandes concentrações reclamam eficácia na CP — em causa salários, carreiras, boa gestão.» (título, 5/3/87)

● «Seis mil trabalhadores da Reforma Agrária marcharam sobre Lisboa.» (título, 12/3/87)

● «Professores confirmam greve nacional nos dias 26 e 27 de Março — Ensino superior também é abrangido — Cordão humano hoje no MEC.» (título, 12/3/87)

● «Trabalhadores das escolas param dia 26.» (título, 12/3/87)

● «Adesão total à greve do Metro.» (título, 12/3/87)

● «Jornada de luta na Segurança Social.» (título, 12/3/87)

● «Governo não deixa outra alternativa: Depois de várias formas de luta ferroviários impelidos para a greve.» (título, 12/3/87)

● «Nova derrota de Cavaco Silva: Assembleia da República condena acção do Governo no caso da visita à URSS da delegação parlamentar.» (título, 19/3/87)

● «Mais de vinte mil trabalhadores participaram na jornada da Segurança Social organizada pelo Sindicato da Função Pública.» (título, 19/3/87)

● «Unidade e forte adesão contra os baixos salários — Greves e outras lutas na CP, metalúrgicos, mineiros, construção civil, segurança social.» (título, 19/3/87)

● «Motoristas da Petrolgal — em greve dia 23.» (título, 19/3/87)

● «Por que é que o Governo Cavaco continua no Poder? (88 dos 250 deputados da AR).» (19/3/87)

● «Contra a vontade do PSD: Parlamento aprova subsídios para jovens desempregados.» (19/3/87)

● «Em Letras e não só: Prossegue a luta dos estudantes!» (título, 19/3/87)

● «Greves contra a política do Governo — Greve, hoje, na construção civil abrange 300 mil trabalhadores. Um Governo sem resposta na CP: ferroviários voltam às paralisações no dia 30. Ensino e pessoal escolar mantêm anteontem os anúncios de greve para hoje e amanhã. Conferências regionais mobilizam os sindicatos.» (26/3/87)

● «O Partido Comunista Português de há muito vem sublinhando o imperativo democrático e a necessidade nacional de se alcançar a demissão do Governo PSD/Cavaco Silva e de se promover a sua substituição por um governo democrático, respeitador da Constituição e da legalidade e dotado de uma política capaz de dar solução aos graves problemas do povo e do País. (...) A apresentação de uma moção de censura ao Governo constitui, assim, objectivamente, uma oportunidade que não deve ser perdida. Seria absolutamente incompreensível que critérios e cálculos egoístas e sectários, divorciados da situação e problemas do povo e do País, levassem a desperdiçar a possibilidade real de se operar uma viragem política que,

quanto mais tardar, maior margem de manobra dará ao Governo e mais tempo lhe oferecerá para golpear as conquistas democráticas do Povo português e para agudizar ainda mais todos os problemas nacionais.» (nota da Comissão Política do CC do PCP, 26/3/87)

● «Construção civil volta à luta — Greve anunciada para hoje.» (título, 26/3/87)

● «Depois das paralisações de 11 e 16: Novas greves na CP.» (título, 26/3/87)

● «Governo insiste em criar conflitos com o Parlamento.» (título, 26/3/87)

● «Greve nacional dos professores foi das mais participadas de sempre.» (título, 2/4/87)

● «Grande adesão à greve dos não-docentes.» (título, 2/4/87)

● «Octávio Pato em Alhandra: Há uma maioria na AR.» (título, 2/4/87)

● «A concretização da perspectiva imediata de um momento possível de viragem está nas mãos das forças democráticas e dos órgãos de soberania que permanecem fiéis ao regime democrático.

É isso que o Povo português espera na conjuntura actual.» (Editorial, 2/4/87) ■



A víscera

De vez em quando ele volta a atacar. Não sabemos qual a sua perigosidade em França, país natal do sujeito. Sabemos do seu ridículo em Portugal, onde a RTP, em tempos, lhe comprou um enlatado a falar do perigo «russo». Chegou mesmo a ser citado na Assembleia da República, como um perito desses perigos. Trata-se de uma espécie de actor-canastrão que nunca teve grandes talentos, tendo estes vindo a diminuir à medida que lhe subia à cabeça o fel anticomunista devidamente embebido em álcool de fabricação ocidental.

Atacou de novo. Desta feita nas páginas do «Correio da Manhã», edição de domingo — a tal que tem pouco que ler e muita imagem a mostrar. Sobre a carantonha de Yves Montand, a frase: «Sou esquerdista pró-Reagan»...

Se o leitor não percebeu, o homenzinho explica, socorrendo-se da frase de um outro: «Intelectualmente sou de esquerda e visceralmente de direita».

Se o leitor ainda não percebeu, a gente dá uma ajuda — o que Montand tem na cabeça é certamente uma víscera. Um mau fígado, por exemplo.

Toto-sondagens

Durante muitos anos, os semanários que fazem das sondagens a isca para os seus eventuais leitores estendendo-lhes de cada vez uma pratada recheada de números favoráveis

sempre às suas clientelas e, ao mesmo tempo, às clientelas partidárias que estão na base das publicações, apresentaram sempre os resultados como dados cientificamente obtidos, pouco importando que as consultas eleitorais subsequentes desmentissem a cada passo as percentagens divulgadas. Chegou a hora, parece, de modificar um pouco o carácter «científico» dos resultados. Assim, no «Expresso» do passado fim-de-semana — semanário que não ligou nenhuma à censura feita ao Governo na AR, «preferindo» servir o Governo já em campanha eleitoral — aparecem curiosas «sondagens».

Curiosas não porque o «Expresso» não dê ao PSD e às suas teses os melhores resultados — lá vem que 56 por cento dos inquiridos «preferem eleições»; que o PSD «pode alcançar maioria absoluta»; que o «PS sobe pouco»; que o «PRD mantém»; que o «PCP e o CDS descem»...

Curiosas porque, atribuindo aos comunistas uma percentagem de 6,2 por cento, o «Expresso» explica que «a percentagem da APU apresenta habitualmente tendência para surgir subestimada nestas sondagens, em virtude das características do seu eleitorado»...

Que características serão essas que levam as sondagens a enganar-se sempre contra os comunistas?

Ou será que, em vez de inquiridos, se trata apenas de uma espécie de concursos a ver quem acerta, uma espécie de totobola em que o cliente aposta sempre no seu clube, mesmo

Pontos Cardeais

quando ele jogue fora contra uma equipa forte?

Água na fervura

Os mesmos motivos que levaram o «Expresso» a entrar em cheio na campanha pró-Cavaco, divulgando sondagens em que pode ler-se a preocupação de convencer que toda a gente — 56 por cento — quer eleições e ninguém — dois terços — queria a moção de censura, fizeram com que a mesma moção sofresse tratos de coisa de somenos. Quase que não existiu, empenhado este semanário na especulação do que vai acontecer — de bom... — a Cavaco e seus amigos.

Deitar água na fervura da censura que a Assembleia da República votou, foi, pois, o que o «Expresso» decidiu fazer. Quase acusou a oposição de «não ter vibrado» com a queda de Cavaco. Apelidou o debate de morno, apesar das ásperas críticas ao Governo e do tom intempestivo que presidiu às intervenções do Ministério e do seu isolado apoiante. E, sobre «os momentos de tensão» vividos no debate, achou que eles tiveram alguma «piada» por causa de algumas «picardias» trocadas.

Esta água na fervura é com

certeza a água que o «Expresso» quis levar a Cavaco. Que bem precisa.

A praga dos cientistas

Ser cientista na Grã-Bretanha tornou-se, de alguns tempos a esta parte, particularmente perigoso. Em especial para os que trabalham em projectos militares classificados como «top secret». Depois de uma primeira morte estranha registada em 1982, a praga que parece afectar os cientistas britânicos entrou em intensa actividade a partir de meados do ano passado e até à data já lá vão seis mortes e um desaparecimento, para os quais não se encontra explicação. Todos os casos apresentam em comum o facto dos «acidentados» mortais envolverem carros (que se despistam, incendiam, libertam gases, etc.) e dos «acidentados» trabalharem em projectos militares. O governo da senhora Thatcher recusa-se a abrir um inquérito a tão estranhos acontecimentos por considerar que não estão «relacionados». Imagine-se se estivessem!

A coerência do CDS

Andrade Pereira, vice-presidente do grupo parlamentar do CDS, acusou há dias o Governo de Cavaco Silva de «arrogância para com a Assembleia da República e incapacidade total de dialogar com este órgão de soberania»; mais acrescentou que «os governos minoritários são inconvenientes como a experiência deste Governo demonstrou». Semelhante apreciação, no entanto, não evitou que o CDS votasse contra a moção de censura ao Governo. Com a coerência que se lhe conhece, o citado dirigente centrista afirmou que tal voto contra «não quer dizer que concorde ou aplauda a actuação do Governo do PSD». Pois, por isso é que vota a favor... do Governo.

As vantagens da CEE

Anda a CEE muito preocupada em nivelar as coisas (quer dizer, algumas) nos Estados membros e vai daí decidiu que os medicamentos, caros nuns países e baratos noutros, devem passar a vender-se pela mesma bitola, tanto aqui neste jardim à beira-mar plantado como lá pelas franças e errefeás. Assim, os medicamentos da nossa desgraça vão aumentar 100 por cento; diz-se que as participações do Governo também devem aumentar, não se sabe é quanto, que nestas coisas toda a prudência é pouca. Esqueceu-se a CEE foi dos salários, do nível de vida das gentes de cada país, que até é bem desnivelada, como ainda há tempos se viu naquele estudo que mostrava que os portugueses já são os que, proporcionalmente, pagam os medicamentos mais caros. Serão estas as vantagens CEE?

Gazetilha
por Ignotus Sum

I

Num constante vai-vem grita o Cavaco à gente que ele «governa bem» e que o povo, afinal, está contente...

Esperteza maloia!
Pois se o Governo tem o dom de ser tão bom quem é que o apoia?
Quem é, por aí fora, que não deseje que ele vá embora?

Enfim, neste despique de verborreia e fraque batem-lhe palmas só os granjolas da CIP e os agrários da CAP. Para além, sem mistério, dos graúdos de cada ministério...

«Ceguinhos» eles são.
O povo, não.

II

Há quem na TV pense, por castigo, que este é um mundo de cegos. O Ângelo dá a prova do que digo. Vocês sabem, o Ângelo dos pregos...

Pois diz o tal e nem uma pestana lhe estremece que ele é que sabe o que é o «interesse nacional...»
Outros muitos e vários só encaram projectos partidários enquanto ele (e o seu psd) além do interesse nacional nada mais vê...

Admire-se a batota neste momento crítico: como exigir de alguém senso político se ele não tem sequer o senso da anedota...

III

O Eurico de Melo ergueu-se pra falar e toda a gente viu o que se ia passar...

Mas o que se passou foi muito mais além do que ali já tivesse imaginado alguém...

A palavra grosseira, o gesto malcriado ah, em que estado ficou o «sentido de Estado»...

Não foi transformação. Somente acontecera que a moção mostrou bem o que o sujeito era...

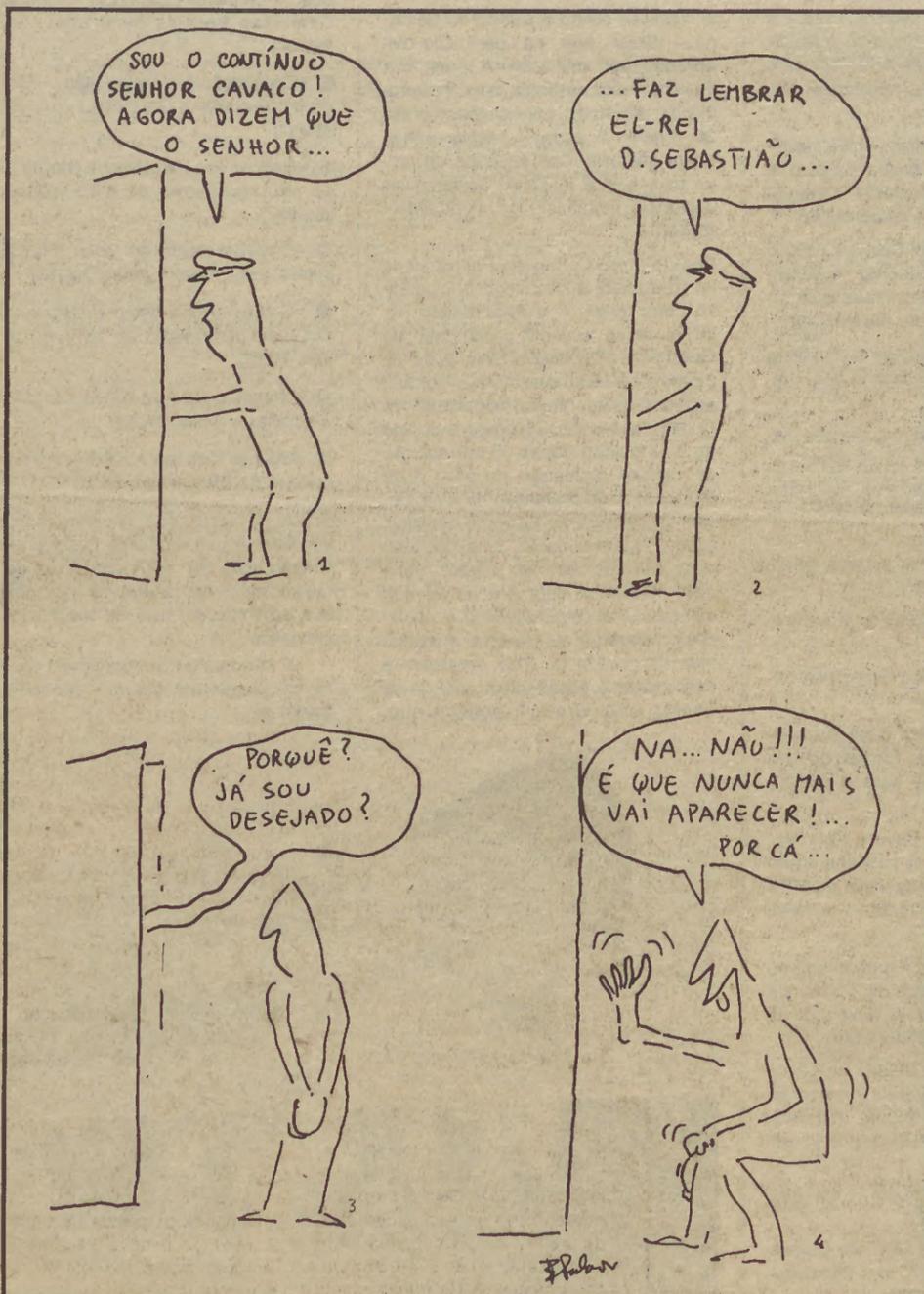
Eurico não passou da mais perfeita imagem da gente de Cavaco e sua traulitagem!

IV

Já partiu tanto caco com tanto frenesim que enfim se fez em cacos o Cavaco pim!

O governo era fraco e a política vã.
Tinha de ser, Cavaco pam!

Buraco após buraco sem sentido nenhum lá estoura o governo do Cavaco pum!



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 693

9 de Abril de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

AMAR
O TEJO
VIVER
A PAZ



JUVENTUDE
EM FESTIVAL
11/2 DE ABRIL
NA FIL

Domingo, 12

Passelo Fluvial integrado no desfile náutico pelo Tejo, pela Paz:

- 08.30 — Concentração no Cais do Terreiro do Paço
- 09.00 — Partida
- 13.00 — Piquenique (cada um leva o seu!), em Vila Franca de Xira
- 14.30 — Regresso a Lisboa
- 17.00 — Chegada ao Cais de Belém, ida para o concerto na FIL.



Espectáculo de encerramento a partir das 16.00 na FIL com: Carlos Paredes, Paulo de Carvalho, Naná Sousa Dias, Lena D'Água, Júlio Pereira, Rádio Macau. Às 23.00, Fogo de Artifício.

Para programa mais detalhado, consultar a página 13 da «Semana».



Quinta

• LISBOA

Comício de Amizade, às 21.30, no Cinema Alvalade. Intervenções de Gerardo Iglesias, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português.

Sexta

• PORTO

Comício de Amizade, às 21.30, no Cinema Vale Formoso. Intervenções de Gerardo Iglesias, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português.

Sábado

• PORTO

Conferência-debate sobre o tema: «O Terrorismo, Arma do Imperialismo», às 15.00 no CT da Rua Barão de S. Cosme, com a presença de José Goulão.

• FELGUEIRAS

Sessão de esclarecimento, às 15.00 no CT de Felgueiras.

• GAIA

Visita-debate com a população da Escarpa da Serra, com a participação de vereadores e eleitos municipais.

Reunião Concelhia de eleitos nos órgãos autárquicos, às 15.00 no CT de Gaia.

• ALMADA

Plenário Concelhia de Quadros, das 14.30 às 20.00 no CT Concelhia.

• LISBOA

Visita de deputados do PCP eleitos pelo distrito de Lisboa, com início às 9.30 na sede do «Adicense», colectividade de Alfama. Plano de Intervenção e de Reabilitação das Zonas da Mouraria e Alfama, almoço na Voz do Operário com deputados e representantes das Juntas de Freguesia.

Domingo

• SEIXAL

IV Assembleia de Organização Concelhia, que terá como lema: «Fortalecer o Partido — Em Unidade e Luta — Construir a Alternativa». Realiza-se nas instalações do Ginásio Clube de Corroios, a partir das 9.30 horas.



Política do CC do PCP.

• GUIMARÃES

Encontro de Jovens Trabalhadores Comunistas do distrito de Braga, no CT de Guimarães.

Segunda

• LISBOA

«Ler e Dialogar», uma série de encontros-debate, em que a partir da leitura de um livro e com a presença do autor, os leitores poderão comentar, questionar, melhor entender livros e autores. Hoje, às 21 horas, por iniciativa da célula de Escritores da ORL do PCP, no auditório do CT Vitória «Jangada de Pedra», um romance de José Saramago.

Quarta

• PORTO

Debate sobre «Estatuto da Carreira Docente», às 15.00 no CT da Boavista, iniciativa do Organismo de Direcção dos Professores, integrado no Ciclo de Colóquios «Educação por Abril».

• BRAGANÇA

Reunião de Quadros do Distrito de Bragança, às 14.30, na Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros.

• MARMELEIRO (Chamusca)

Almoço comemorativo do Aniversário do Partido, na sede da Cooperativa 21 de Maio. Estarão presentes: Sérgio Carrinho, presidente da Câmara da Chamusca, e José Luís, presidente da

Cooperativa 1.º de Maio, de Avis.

• ALMADA

Para comemorar o 25 de Abril e o aniversário do Partido, almoço-convívio entre taxistas, no restaurante Forno de Cima.

• BEJA

Plenário Distrital de Quadros, com a presença do camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão

COMÍCIO amizade



INTERVENÇÕES DE

GERARDO IGLESIAS

Secretário Geral do Partido Comunista de Espanha

ÁLVARO CUNHAL

Secretário Geral do Partido Comunista Português

LISBOA

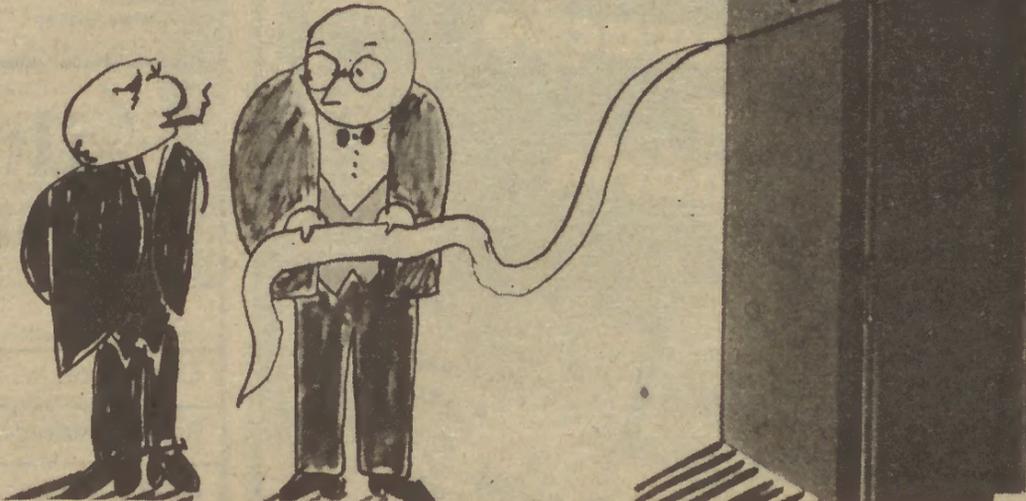
5.ª FEIRA / 9 DE ABRIL 87 / 21.30 H.
CINEMA ALVALADE

PORTO

6.ª FEIRA / 10 DE ABRIL 87 / 21.30 H.
CINEMA VALE FORMOSO



LO SIENTO, PERO
EL ORDENADOR DICE:
"EUROPA PARA
LOS AMERICANOS"



MÁXIMO, Espanha in «La Codorniz, la revista más audaz para el lector más inteligente», 1970.

TV **O Programa**

Quinta ⁹

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho» (69.º epis.)
 13.00 - Jornal da Tarde
 13.35 - Ciclo Preparatório
 17.30 - Brinca Brincando
 18.00 - Sumário
 18.05 - Série: «Santa Teresa d'Ávila»
 19.30 - Telejornal
 20.00 - Boletim Meteorológico
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas» (64.º epis.)
 20.45 - Alf - Uma Coisa do Outro Mundo
 21.15 - Face a Face
 23.45 - Boa Noite: Bailado
 23.50 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor» (34.º epis.)
 15.05 - Agora, Escolha!
 16.30 - Notícias
 16.35 - Trinta Minutos Com...
 17.05 - Countdown
 18.00 - Estádio
 19.00 - Nino Show
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
 21.00 - Jornal das Nove
 21.30 - Montra de Livros
 21.35 - Série: «O Tempo e o Vento» (1.º epis.)
 22.30 - Série: «África» (1.º epis.).

Sexta ¹⁰

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - Jornal da Tarde
 13.35 - Ciclo Preparatório
 17.30 - Brinca Brincando
 18.00 - Sumário
 18.05 - Série: «Santa Teresa d'Ávila»
 19.30 - Telejornal
 20.00 - Boletim Meteorológico
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 20.55 - Pedro o Grande
 22.25 - Especial: Fernando Pereira
 23.15 - 24 Horas
 23.50 - Remate
 24.00 - Pela Noite Dentro: «Selvagens».

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
 15.05 - Agora, Escolha!
 16.30 - Notícias
 16.35 - Trinta Minutos Com...
 17.05 - Countdown
 18.00 - Estádio
 19.00 - Nino Show
 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
 21.00 - Jornal das Nove
 21.55 - Montra de Livros
 22.00 - Troféu
 22.30 - Série: «Goya».

Sábado ¹¹

RTP1

09.00 - Juventude e Família
 10.45 - Série: «No Reino dos Monchichis» (último epis.)
 11.00 - Série: «Os Amigos do Tejo» (1.º epis.)
 11.30 - Outros Mundos
 12.00 - Série: «O Tempo e o Vento» (1.º epis.)
 13.00 - Sumário
 13.10 - Série: «As Vagas do Tempo» - Raízes do Poder Local (1.º epis.)
 13.35 - Parlamento
 14.00 - Videopolis
 14.45 - 20 Anos
 16.00 - Concurso: «A Quinta do Dois»
 18.15 - Série: «Tudo em Cima»
 19.00 - Descobrimientos Portugueses
 19.45 - Totoloto
 20.00 - Jornal de Sábado
 20.50 - Boletim Meteorológico
 20.55 - 7 Folhas
 21.25 - Pedro o Grande
 23.00 - Sammy Davis Jr.: Paz e Amor
 24.00 - Boa Noite: «Opus Ensemble»
 00.05 - O Filme de Sábado: «The Silent Partner».

RTP2

09.00 - Compacto Countdown
 13.00 - Compacto Cambalacho
 16.00 - Troféu

20.00 - Agatha Christie Mata Polrot
 20.55 - Quem Te Viu e Quem TV
 22.00 - Concorde ou Talvez Não: «A Saudade»
 23.30 - Troféu.

Domingo ¹²

RTP1

09.00 - Juventude e Família
 10.00 - TV Mulher
 10.45 - Terra Santa Maria
 11.15 - Missa
 12.05 - 70x7
 12.35 - TV Rural
 13.00 - Sumário
 13.10 - Série: «Portugal de Faca e Garfo» (1.º epis.)
 13.35 - Série: «Os Roberts»



14.00 - O Junco
 15.35 - Primeira Matinée: «A Solteira e o Atravido»
 17.30 - Clube Amigos Disney
 19.00 - Série: «O Justiceiro»
 20.00 - Jornal de Domingo
 20.30 - Boletim Meteorológico
 20.35 - Roberto Carlos Especial: «Um Circo Chamdo Brasil»
 22.00 - Série: «Dallas»
 23.00 - Domingo Desportivo
 24.00 - Boa Noite: «Bailado».

RTP2

09.00 - Music Box
 10.00 - Troféu
 12.30 - Caminhos
 13.00 - Novos Horizontes
 13.30 - Fantasia e Realidade
 14.00 - Série: «Destino Aventura»
 15.00 - Série: «Defesa do Ambiente» (1.º epis.)
 15.30 - Revista de Tolros
 16.00 - Troféu
 19.00 - Série: «O Triunfo do Ocidente»
 20.00 - Série: «Benson»
 20.30 - Quatro Compositores Americanos
 21.30 - Cine-Clube: «Corn is Green». Real. George Cukor
 23.00 - Top Video.

Segunda ¹³

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - Jornal da Tarde
 13.30 - Série: «Viagem Através do Homem»
 14.00 - Vamos Muscar

15.00 - Rapsódia
 17.00 - Série: «Vamos Dançar»
 17.30 - Brinca Brincando
 18.00 - Sumário
 18.05 - Série: «Santa Teresa d'Ávila»
 19.30 - Telejornal
 20.00 - Boletim Meteorológico
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 20.50 - Vamos ao Teatro: «Teatro de Cordel»



21.45 - Josephine Backer
 22.40 - 24 Horas
 23.10 - Boa Noite: «Poesia»
 23.15 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
 15.05 - Agora, Escolha!
 16.30 - Notícias
 16.35 - Trinta Minutos Com...
 17.05 - Countdown
 18.00 - Estádio
 19.00 - Nino Show
 20.00 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
 21.00 - Jornal das Nove
 21.30 - Montra de Livros
 21.35 - Ópera: «Albert Herring».

Terça ¹⁴

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - Jornal da Tarde
 13.30 - Série: «Viagem Através do Homem»
 14.00 - Vamos Muscar
 15.00 - Escola de Serelas
 17.00 - Série: «Vamos Dançar»
 17.30 - Brinca Brincando
 18.00 - Sumário
 18.05 - Série: «Santa Teresa d'Ávila»
 19.30 - Telejornal
 20.00 - Boletim Meteorológico
 20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 20.50 - Portugal Sem Fim
 21.45 - Série: «Dempsey e Makepeace»
 22.35 - 24 Horas
 23.05 - Boa Noite: «Opus Ensemble»
 23.10 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
 15.05 - Agora, Escolha!
 16.30 - Notícias

16.35 - Trinta Minutos Com...
 17.05 - Countdown
 18.00 - Estádio
 19.00 - Nino Show
 20.00 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
 21.00 - Jornal das Nove
 21.30 - Montra de Livros
 21.35 - CinemaDois: «O Acontecimento Mais Importante...».

Quarta ¹⁵

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
 13.00 - Jornal da Tarde
 13.30 - Série: «Viagem Através do Homem»
 14.00 - Vamos Muscar
 15.00 - Trapézio
 17.00 - Série: «Vamos Dançar»
 17.30 - Brinca Brincando
 18.00 - Sumário
 18.05 - Série: «Santa Teresa d'Ávila»
 19.30 - Telejornal
 20.00 - Boletim Meteorológico
 20.05 - Vamos Jogar no Totobola
 20.20 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
 21.00 - Lotação Esgotada: «Zorba o Grego»
 23.25 - 24 Horas
 23.55 - Boa Noite: «Bailado»



24.00 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Novo Amor»
 15.05 - Agora, Escolha!
 16.30 - Notícias
 16.35 - Trinta Minutos Com...
 17.05 - Countdown
 18.00 - Estádio
 19.00 - Nino Show
 20.00 - Série: «5.ª Dimensão»
 20.30 - Série: «Uma Família às Di-reitas»
 21.00 - Jornal das Nove
 21.30 - Montra de Livros
 21.35 - Série: «Paródia»
 22.00 - Clube Português de Imprensa
 22.40 - Música na América.

Palestina: solução à norte-americana? Pura ilusão!

problemas da paz e do socialismo

Revista Internacional

revista dos partidos comunistas e operários

2 (151)

FEVEREIRO 1987

Preço: 50\$00

URSS

A reestruturação
uma causa revolucionária

O PENSAMENTO CIENTÍFICO DO SÉCULO CÓSMICO SERVIRÁ A PAZ OU A GUERRA?

A DEMOCRACIA NA PRODUÇÃO COMO FACTOR DE ENRIQUECIMENTO

à VENDA

Avante!

TABELA DE ASSINATURAS

	25 números	50 números
Continente	1150\$00	2250\$00
Regiões Autónomas.....	1500\$00	3000\$00
Europa.....	3650\$00	7250\$00
Angola, C. Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé.....	4000\$00	7950\$00
Outros Países.....	5100\$00	10 250\$00

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	★★★	★★★
B	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	O Local do Crime	★★★	★★★★	★★★	—	—
D	Matador	★★	★★★	★★	—	—
E	Mona Lisa	★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
F	O Nome da Rosa	★★★	★★	★	★★	★★★
G	Perigosamente Juntos	—	—	★★	—	—
H	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
I	Therése	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

• LISBOA

Aida Nobre, Madalena Coelho e Pedro Tutela - Pintura. Galeria Bertrand do Chiado, Rua Garrett.

Alvaro Carneiro - Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes. Rua Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00. Inaugura dia 1 (até 26/4).

Amaral da Cunha - Escultura. Galeria Quadrado, Coruchéus. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (exceto domingos).

Ana Leonor - Pintura e Serigrafia. Instituto Alemão. Campo Mártires da Pátria, 37 (até 29/4).

80 Anos de Arte Moderna Portuguesa. Galeria de S. Bento, Rua do Machado (ao Quilhas). De 3.ª a sáb., das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00; dom. e 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 11/4).

«Artistas da Paula Cooper Gallery» - Galeria EMI/Valentim de Carvalho. Palácio das Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom., das 15.00 às 19.00 (até 24/4).

I Bienal Infanto-Juvenil de Letras e Artes - Sociedade de Língua Portuguesa, Rua de São José, 41-2.ª (até ao fim de Abril).

Carlos Barroco - Pintura. «Bar Atlântico», Galeria Novo Século, Rua do Século 23-A (até 20/4).

Colectiva de Pintura e Homenagem a Carlos Botelho - Galeria de Arte da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade (até 24/4).

Colectiva - De Isabel Augusto Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Polígrafo/Renascença, R. Ivens, 14.

Colectiva - Pintura de Batarda, João Hoggan, Jorge Martins, Menez, António Sena, Nikias Skapinikis e João Vieira. Av. Roma, 11-A.

Colectiva - de Júlio Alves, Fernando Brito e Paulo Seabra. Faculdade de Letras, Espaço de Exposições.

Colectiva - Gil Teixeira Lopes, João Hoggan, Matilde Marçal, Rogério Ribeiro, Rui Filipe e Virgílio Domingues. Escada Centro de Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 12.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 24.00 (até 11/4).

Costa Pinheiro - Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.30.

Espiga Pinto - Pintura. Triângulo 48. Av. Vasco da Gama, 48-A (ao Restelo).

Inácio Matsinho - Oficina Galeria de Arte, Escadinhas do Arco da D. Rosa, 7 (a Alfama). Das 10.00 às 20.00.

Índios da Amazônia - Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

«A Inquisição em Portugal» - bibliocronográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses - Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

João Camacho - Gravura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 24/4).

João Vieira - Ganchos. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª.

José Luís Guimarães - Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica. Rua das Chagas, 17-2.ª dt.ª, 3.ª a 6.ª das 18.30 às 22.30 (até 28/4).

• LISBOA

Marina - Pintura e gravura. Codilivro, Pct.º dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 16/4).

Mike Felten - Pintura. Galeria de Arte da livraria Bertrand (ao Chiado).

H. Mourato - Pintura. Galeria Paulino Ferreira. Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00; sáb. das 9.00 às 13.00.

Museu Nacional de Arte Moderna - Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Todos os dias (exceto 2.ª), das 10.00 às 12.00.

Nadir Afonso, pintura (rectrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Pedro Amâncio - Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.

Pedro Homem de Melo - «O Orgânico e o Geométrico». Espaço Polígrafo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00; sáb., das 9.00 às 14.00.

Pepe Diniz - «Notas Novaioquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Rui Sanches - Pintura - «Preto e Branco». Galeria Diferença. Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00. Inaugura hoje (até 3/5).

Sérgio Pombo - Pintura. Galeria Quadrado. Rua Alberto de Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 24/4).

Yersan - Gravura e litografia. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Valente Alves - Fotografia. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Diariamente das 14.00 às 20.00. Inaugura a 6 (até 26/4).

Viena 1900, apresenta-se - Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

Porto

Dário Alves - Pintura. Galeria EG. Caminho da Fonte Nova de Cima 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Filipe Rocha da Silva - Desenhos. Cooperativa Árvore. R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 23.30, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00, dom. das 14.30 às 18.30 (até 19/4).

Júlio Resende - Óleos e aguarelas. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30; sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.

Manuel Botelho - Pintura e desenho. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 6/5).

Mário Cabrita Gil - Fotografia. Cooperativa Árvore. Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 23.30, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 22.00 (até 24/4) - SETÚBAL.

Rui Mesquita - Fora de Moda, Rua Baluarte do Socorro, 20. Todos os dias das 16.00 às 20.00 (até 19/4) - SETÚBAL.

A Região Saloia-A Terra e o Mar - Instituto de Sintra (até 16/4) - SINTRA.

Oruliveraria - Colecção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena - SINTRA.

Carlos Lança - Pintura. Galeria de Arte de Tavira, Rua Jacques Pessoa, 17. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 17/4) - TAVIRA.

Colectiva - Bual, Cargaleiro, Cesariny, Dourdil, Gifelo, Matilde Marçal. Galeria Neurgama. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb., das 10.00 às 13.00 e das 17.00 às 18.00; dom., das 17.00 às 18.00 (até 18/4) - TORRES NOVAS.

des Tomás. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00 (até 30/4) - COIMBRA.

Oscar d'Almeida - Associação Académica de Coimbra, Centro de Estudos de Fotografia, Rua Padre António Vieira - COIMBRA.

Colectiva - Desenho, pintura e escultura. Galeria de Constância, Rua Luís de Camões. De 4.ª a dom., das 14.00 às 20.00 (até 21/4) - CONSTÂNCIA.

Laura Cesana - Pintura. Junta de Turismo da Costa do Sol. Arcadas do Parque. Diariamente das 9.00 às 19.00 (até 15/4) - ESTORIL.

Emma Berta - Pintura. Galeria Lapub, Rua D. Luís I, bloco B-r/c (12/4) - FIGUEIRA DA FOZ.

Chichorro - Pintura. Pousada de Palmeira - PALMEIRA.

«Resistência Alemã 1933-1945» - Museu Nacional de Peniche (até 19/4) - PENICHE.

José Saralva-Olivia Fletcher - Pintura. Cetária, Pousada de S. Filipe, todos os dias das 10.00 às 22.00 (até 24/4) - SETÚBAL.

Rui Mesquita - Fora de Moda, Rua Baluarte do Socorro, 20. Todos os dias das 16.00 às 20.00 (até 19/4) - SETÚBAL.

A Região Saloia-A Terra e o Mar - Instituto de Sintra (até 16/4) - SINTRA.

Oruliveraria - Colecção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena - SINTRA.

Carlos Lança - Pintura. Galeria de Arte de Tavira, Rua Jacques Pessoa, 17. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 17/4) - TAVIRA.

Colectiva - Bual, Cargaleiro, Cesariny, Dourdil, Gifelo, Matilde Marçal. Galeria Neurgama. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb., das 10.00 às 13.00 e das 17.00 às 18.00; dom., das 17.00 às 18.00 (até 18/4) - TORRES NOVAS.

Fotografia Contemporânea Mundial - Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 - VILA REAL.

Classificação de 5 a 1

- A - Real. José Fonseca e Costa - Castil (15.30, 18.30, 21.30), Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- B - Real. Martin Scorsese - Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- C - Real. André Techiné - Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- D - Real. Pedro Almodovar - Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- E - Real. Neil Jordan - Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Alfa/4 (15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- F - Real. Jean-Jacques Annaud - Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- G - Real. Ivan Reitman - Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.45, 24.00), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30) - Lisboa.
- H - Real. Olivier Stone - Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Hollywood/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (15.15, 18.15, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- I - Real. Alain Cavalier - Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) - Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Concurso

Entendeu a Direcção da Festa do «Avante!», que se realizará este ano nos dias 4, 5 e 6 de Setembro no Alto da Ajuda em Lisboa, promover um concurso para a elaboração do Cartaz da Festa.

As propostas, a entregar, até ao próximo dia 20/4/87, deverão satisfazer as seguintes normas:

Normas do concurso

- 1 O Cartaz deverá conter as seguintes ideias de força:
 - Festa/Cor/Alegria/Multidão
 - Juventude/Criatividade
 - Liberdade/Democracia/Paz
 - Trabalho/Luta
- 2 Indicação dos dias da Festa - 4, 5 e 6 de Setembro Alto da Ajuda
- 3 O Cartaz será impresso no formato 50x70 e 70x100, podendo ir até 4 cores
- 4 As maquetas devem ser apresentadas com a dimensão de 35x50
- 5 Prazo de entrega das propostas: até 20 de Abril de 1987 na Avenida António Serpa, 26, 2.ª Esq., Lisboa. As propostas recebidas serão expostas, no âmbito da Festa do «Avante!» de 1987



Cinema

Sessão de cinema na Sede da Associação Portugal-URSS, rua de S. Caetano, 30. Sexta-feira, com início às 21.30, o filme: «O Regresso da Órbita», realização Aleksandre Sourdine/1984, legendado em português e é especialmente dedicado ao Dia da Cosmonáutica.

Forum Picoas, Ciclo «A Cor do Talento Newman/Cruise».

Sábados, domingos e feriados, sessões às 16.00, 19.00 e 22.00; dias úteis, às 19.00 e 22.00. Dia 9, «O Confronto»; 10 e 11, «O Veredicto»; 12 e 13, «A Calúnia»; 14, «Gata em Tejado de Zinco Quente».

Cinematca Portuguesa, rua Barata

Salgueiro, 39. Prossegue o Ciclo Francis Ford Coppola em Contexto, dia 9, «Finnian's Rainbow» (1968); dia 10, «O Feiticeiro de Oz» (1939); às 21.30, «A Lenda dos Beijos Perdidos» (1954); dia 11, às 15.30, «The Godfather - The Epic» (1977); dia 13, às 18.30, «Bonnie and Clyde» (1967), às 21.30 «Mishima» (1985); dia 14, às 18.30, «Hammett» (1982).

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. Dia 9, às 17 horas «Architecture - Environnement Urbain», seguido de vários documentários, sobre o ambiente.

Bailado



Tempo Fim de Semana

Segundo a previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana, o céu estará geralmente pouco nublado, tornando-se muito nublado nas regiões Norte. Vento moderado de Noroeste.



Teatro

O Cartaz

• LISBOA

1.º Acto, R. Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. Alzira Power, de António Bivar, pelo Grupo Teatro Espaço, enc. de Aegueda Sena.

Comuna, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.30; dom., 17.00. Victor - ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota.; sáb. e dom., às 17.00 - O Tesouro, de Eça de Queirós.

Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul - Av. D. Carlos I, 61-1.ª. Morte no Bairro, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova

versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Brancinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Sala de Teatro do IFICT, Rua de Santiago, 19 (junto ao Miradouro de St.ª Luzia). 2.ª, 3.ª e 4.ª, às 19.00; 5.ª, 6.ª e sáb., às 21.30. Um Jipe em Segunda Mão, de Fernando Dacosta, pelo Grupo de Teatro Maizum, enc. de Adolfo Gutkin (até 25/4).

Teatro Aberto, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª, às 21.30; dom., 16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. Sylvia Plath - Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Ibérico, Convento de Xabre-

gas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. Quem Tem Farellos e O Pranto de Maria Parda, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Branco-Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. Cá Estão Eles!, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom., às 16.00. Anatól de Artur Schnitzler, enc. Ricardo Pais.

Sala Experimental. De 3.ª a sáb., às 21.45; sáb. e dom., às 16 e 30. O Diabinho da Mão Furada, versão e encenação de Hélder Costa.

Varietades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. Aqui Há Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. Merope - Liberdade ou Morte!, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. O Motim, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã,

sobre textos de Jaime Salazar Sampaio.

Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª, às 10.30 e 15.30, enc. de Carlos César.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. Sala 1: O Tesouro, de Eça de Queirós, enc. de Geraldo Tucho e Zé Gouveia.

As 17.00, A Viagem, de Sophia de Mello Breyner, pelo Teatro o Bando, enc. de João Brites.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Às 17.30, sáb., dom. e feriados «O Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã,

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã,

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã,

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. Até Amanhã,

a TV

Cavaco derrotado — até na televisão

Houve quem tivesse ficado de boca aberta diante daquela imagem de um Eurico de Melo, desvairado, atacando tudo e todos na Assembleia da República. «Como é possível — pensaram muitos telespectadores — acontecer aquilo no nosso tempo? E como foi possível terem feito daquele homem um ministro?»

Posso garantir que a cena desagradou inclusive a muitos membros ou simpatizantes do PSD e que a imagem de Cavaco saiu ferida daquela cena.

Está escrito: o poder da televisão tanto faz como desfaz. Cavaco, desta feita, não perdeu apenas no Parlamento: também perdeu na televisão. Nos tempos que correm, ambas as derrotas são graves.

«Não há nada na lei...»

Quem vê, porém, alguma televisão com regularidade, sabe que o Eurico de Melo não constitui uma excepção nas hostes de Cavaco: ele, pelo contrário, é exemplo paradigmático.

Na quarta-feira, dia 1 (e não era mentira...) organizou 24 Horas um debate com Ivo Pinho, do PRD, e Ângelo Correia. O resultado foi igualmente desastroso para a imagem do PSD, liderança Cavaco.

Na rubrica **Parlamento** os representantes daquele partido usam em geral uma linguagem... exagerada. Por dá cá aquela palha, perdem logo o verniz...

A arrogância, o horror à democracia, aparecem nos mais simples pormenores. Por exemplo, o ministro, perdão, o ex-ministro João de Deus Pinheiro. Acusado de recusar o diálogo com os sindicatos, declarou ao telejornal: «Mas não há na lei nada que me obrigue a receber os sindicatos...»

Sem falar já da linguagem-punhal-nos-dentes do próprio Cavaco Silva. Enfim, eram demasiado evidentes os perigos para a democracia.

Seleção de futebol: situação intolerável

Já lá vão os tempos em que a televisão dava o melhor do seu interesse e do seu tempo aos jogos em que participava a selecção de futebol a que Ricardo Ornelas chamou «a equipa de todos nós».

Vale a pena referir o que nesta expressão se contém. Diz-nos ela que, quando está em acção a selecção de Portugal, já ninguém é mais do Benfica, do Porto, do Sporting, etc., etc. — mas «todos» torcem por aquela equipa.

Que é que se verifica agora? Verifica-se um alheamento acentuado das partidas em que a nossa selecção participa.

E esse alheamento é a consequência mais gravosa de atitudes opressivas, intolerantes, ditatoriais dos organismos dirigentes do futebol.

Quer dizer: esses dirigentes, ao afastar da selecção alguns jogadores de maior classe **por motivos que nada têm a ver com a sua capacidade desportiva**, afastaram igualmente o público da selecção. O divórcio é total. Nestas condições adivinhava-se o desastre. Foi o que sucedeu.

A transmissão do jogo não foi rodeada de grandes atenções. Era como se todos achassem que não valia a pena...

Tristeza, leitores. Já nem ao menos as pequenas alegrias futebolísticas nos consentem...

Thatcher: impacto na TV

Pode dizer-se que causaram grande impacto as reportagens sobre a visita de Thatcher à União Soviética.

Todos — milhões de pessoas — puderam vê-la dialogando com a população, sem qualquer necessidade de guarda-costas. Aquela imagem dos estadistas couraçados por milhares de gorilas, quando se deslocam a outros países, não se apresentou agora. Eis aí um valioso motivo de reflexão.

Outro pormenor de grande significado esteve nos encontros que Thatcher manteve com as autoridades religiosas. E lá caiu por terra mais um fantasma: o da perseguição da liberdade religiosa na URSS...

Assistimos também a imagens de Thatcher entrevistada para a televisão soviética. A entrevista, soubemo-lo, durou 45 minutos. Lá se foi ao ar outro «pivot» de propaganda: a ausência de liberdade. Thatcher teve a «brincadeira» de 45 minutos para falar directamente ao povo soviético.

Desafiamos a televisão portuguesa a proceder de igual forma em relação a personalidades ilustres que nos visitam. Imaginem só a importância histórica de uma entrevista a Mikhail Gorbatchov... quando ele esteve em Portugal...

Por ocasião dos congressos do PCP ou da Festa do «Avante!», deslocam-se a Portugal grandes nomes da política, da cultura, da inteligência. Que faz a televisão? Faz ouvidos de mercador...

Onde está a sua liberdade e o seu sentido jornalístico?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Florilégios da crise

Dona Crise tem destas: **mai sai à rua vem sempre** acompanhada por uma chusma de analistas das melhores famílias do pensamento «independente». São aqueles que garantiram a pés juntos nas últimas presidenciais que a direita não se distingue da esquerda e vice-versa e que garantem hoje que só a continuação de um governo da direita permitirá à esquerda (à «não totalitária», claro) encontrar a sua identidade. Que é ser direita?

O falso argumento da «ilegitimidade política»

«O Conselho Nacional do PSD decidiu ontem que o partido só deverá participar num novo governo, em qualquer situação, com a realização de eleições antecipadas o mais rápido possível.

A moção, aprovada por unanimidade e aclamação no Conselho Nacional que decorreu num hotel do Estoril, salienta que só com o recurso a eleições, só devolvendo a voz ao povo português, a crise poderá ser ultrapassada.

Em conferência de Imprensa no final da reunião em que foi o único dirigente social-democrata presente, Dias Loureiro, secretário-geral do PSD, disse não ser legítimo outro governo para substituir o Governo Cavaco Silva.

Dias Loureiro considerou que o actual Executivo poderá manter-se em funções, como Governo de gestão, até à realização de novas eleições, como «tem sido prática até aqui».

O dirigente social-democrata admitiu que um eventual governo PS-PRD fosse «institucionalmente legítimo» mas seria — acrescentou — «politicamente ilegítimo».

(«Correio da Manhã», 6. Abril)

«A realização de eleições antecipadas seria uma cedência à chantagem da reacção», considerou Álvaro Cunhal, numa sessão do PCP, sábado à noite, em Coimbra, ao visar a posição de Cavaco Silva de que a constituição de novo governo sem recurso a eleições seria uma falta de respeito para com o eleito-rado.

Perguntou, a propósito, o líder comunista: «Qual é a maior falta de respeito pelo eleitorado? Constituir um governo que conta como seu apoio 29,8 por cento dos votos (percentagem do PSD nas legislativas-85) ou constituir um governo que por convergência dos partidos democráticos poderá dispor à partida de 54,4 por cento dos votos dos eleitores?».

(«Diário de Lisboa», 6. Abril)

Eu, Sousa, me confesso...

«Mas, também acontece que os agentes empresariais estão, porventura, na expectativa de realização de novas eleições, as quais poderão contribuir para reforçar a posição de Cavaco Silva.

Já o comportamento dos agentes económicos — em particular, dos empresários — poderia ser diferente se se perfilasse no horizonte um cenário de coligação entre o PS (partido que tem dado provas de sentido de realismo e de apego aos princípios de economia pluralista) e um PRD que não passa de uma União Nacional de «desiludidos da vida» que têm como objectivo fundamental viabilizar a criação de um «espaço de diálogo» que evite o isolamento dos comunistas, com o apoio parlamentar do PCP.

O exemplo da experiência do governo de esquerda em França não deverá ser ensaiado em Portugal: em primeiro lugar, porque não conhecemos uma fase de maturação de um Programa Comum que, de alguma forma, preparasse psicologicamente os socialistas portugueses para uma aliança com os comunistas; em segundo lugar, porque sempre será mais fácil aos socialistas aceitar uma coligação com um PC, de que não precisam para obter uma maioria, como, aliás, sucedeu em França, do que enveredar por uma negociação em que a própria sobrevivência do Executivo fica na dependência de um partido totalitário; em terceiro e último lugar, porque os portugueses ainda não se esqueceram dos acontecimentos de 75, em que foi visível a estratégia de tomada do poder pelos comunistas, utilizando métodos de cariz antidemocráticos e lesando os mais elementares interesses gerais da comunidade a que pertencemos.

Um cenário de «maioria de esquerda», traduzido num governo de coligação PS/PRD apresentar-se-á negativo para o País em geral e para os socialistas, em particular. Em alternativa, a realização de eleições — mesmo que se admita que a inevitabilidade de um reforço de voto no PSD — iria permitir a obtenção de soluções mais transparentes e estáveis, dando tempo aos socialistas para repensarem a sua estratégia e para formular, finalmente, um modelo de política económico-financeira de alternativa ao do presente Executivo, criando-se na opinião pública a ideia de que a Esquerda é portadora de um projecto criativo construtivo e não apenas executora de um conjunto de intervenções pontuais bloqueadoras do «reformismo de direita».

Acreditamos no bom senso dos principais responsáveis políticos que, no Governo ou na Oposição, terão, certamente, uma palavra a dizer sobre esta matéria.

(A. Rebelo de Sousa, «Jornal do Comércio», 7. Abril)

A posição dos extra-parlamentares

«As três associações políticas constituídas a partir do movimento de apoio à candidatura presidencial de Lourdes Pintasilgo defenderam, sábado, em Coimbra, que «não se justifica a realização de eleições legislativas antecipadas».

Em comunicado distribuído no final desta reunião nacional, as três associações sustentaram que eventuais eleições antecipadas não têm razão de ser «sem se esgotar no actual quadro parlamentar todas as possibilidades de formação de um novo Governo».

Na sua perspectiva, «cabe aos partidos que derrubaram o Governo, e em particular ao PS, como o mais votado entre eles, gerarem uma alternativa de Governo, que garanta as condições sociais e institucionais de estabilidade e de progresso». «No estreito respeito pelas normas constitucionais é obrigação do Presidente da República não inviabilizar essa alternativa», lê-se no documento.

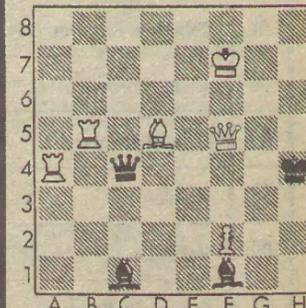
(«Diário de Lisboa», 6. Abril)

«A comissão política da UDP desafiou anteontem o PS (o maior partido da oposição) a que se proponha formar novo Governo «com o único objectivo de afastar a direita do poder». «O PS — acrescenta — está preparado com um governo-sombra, é o maior partido da oposição parlamentar, tem pois todas as condições para assumir uma tal posição».

(idem)

Xadrez

XCVII — 9 de Abril de 1987
Proposição N.º 97
Por: Charles Pelle
«Les Nouveaux Temps», 1943
Pr.: (4): Bs.c1, f1-Dc4-Rh4



Br.: (6): f12-Bd5-Ts.a4,b5-Df5-Rf7
Mate em 2 lances

Jogo N.º 97

Berlim, 1926

Br.: Holhausen

Pr.: Bogoljubov

1. b4, c5; 2. Cf3, e6; 3. d4, c:d4; 4. C:d4, Cf6; 5. Cc3, d6; 6. Bc2, Bc7; 7. 0-0, 0-0; 8. Rh1, a6; 9. a4, b6; 10. f4, Bb7; 11. Bf3, d5; 12. e:d5, e:d5; 13. Dd3, Cc6; 14. C:c6, B:c6; 15. Bc3, Tc8; 16. Td1, Bb4; 17. Bd4, Cc4; 18. B:g7, Dh4; 19. Rg1, f6; 20. g3, Dh3; 21. C:e4, d:e4; 22. Dc4+, R:g7; 23. D:c6, Bc5+; 24. Rh1, d:f3; 25. D:f3, Tc3; 26. Db7+, Rh6 e abandonam!

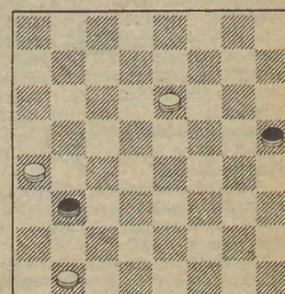
Solução do N.º 97

Chave: 1. B6f1 (ameaça: 2. Dh5+) 1. ..., Df4; 2. Df6+ (Tema Pelle) 1. ..., Bc2; 2. Dh3+ 1. ..., Bg5; 2. Dg5+

A. de M.M.

Damas

XCVIII — 2 de Abril de 1987
Proposição N.º 97
Por: Orlando Augusto Lopes
«Século Ilustrado», 1947
Br.: 4-16-22 Pr.: 12-17



Jogam as brancas e ganham

Jogo N.º 97

Almada, 9 de Julho de 1977

Br.: Adelino S. Ribeiro

Pr.: Joaquim Bravo

1. 12-16, 21-18; 2. 10-14, 25-21; 3. 5-10, 22-19; 4. 8-12, 24-20; 5. 10-13, 19-10; 6. 13-22, 26-19; 7. 6-13, 28-24; 7. 13-18, 21-14; 8. 11-18, 19-14; 9. 2-6, 23-19; 10. 16-23, 27-20; 11. 12-16, 20-15; 12. 9-13, 31-27; 13. 13-17, 32-28; 14. 18-21, 28-23; 15. 6-10, 14-5; 16. 1-10, 15-12; 17. 21-26, 30-21; 18. 17-26, 29-22; 19. 4-8, 19-15; 20. 10-13, 23-19; 21. 13-18, 22-13; 22. 7-1, 15-6; 23. 8-31 e Empate.

Golpe N.º 97

Por: António Freitas Ferreira

Lisboa, 1956.V.23

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 28-23; 4. 1-5, 32-28; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 18-13; 7. 9-18, 21-14; 8. 11-18, 20-11; 9. 7-14, 24-20; 10. 5-9, 20-15; 11. 6-10, 28-24; 12. 3-7, 15-11; 13. 10-13? Perdedor! (Br.: 2-4-7-8-9-13-14-18-19 Pr.: 11-24-25-26-27-29-30-31) J. Pr. G.

Soluções do N.º XCVII

N.º 97 (dr. O.A.L.): 22-27, 17-13; 27-31, 13-10; 31-9, 10-6; 4-7, 12-3; 9-2+ Golpe N.º 97 (A.F.F.): 13. ..., 11-6; 14. 2:11, 27-22; 15. 18:27, 31:6+

A. de M.M.

edições
Avante!

BARRANCO DE CEGOS

Alves Redol